

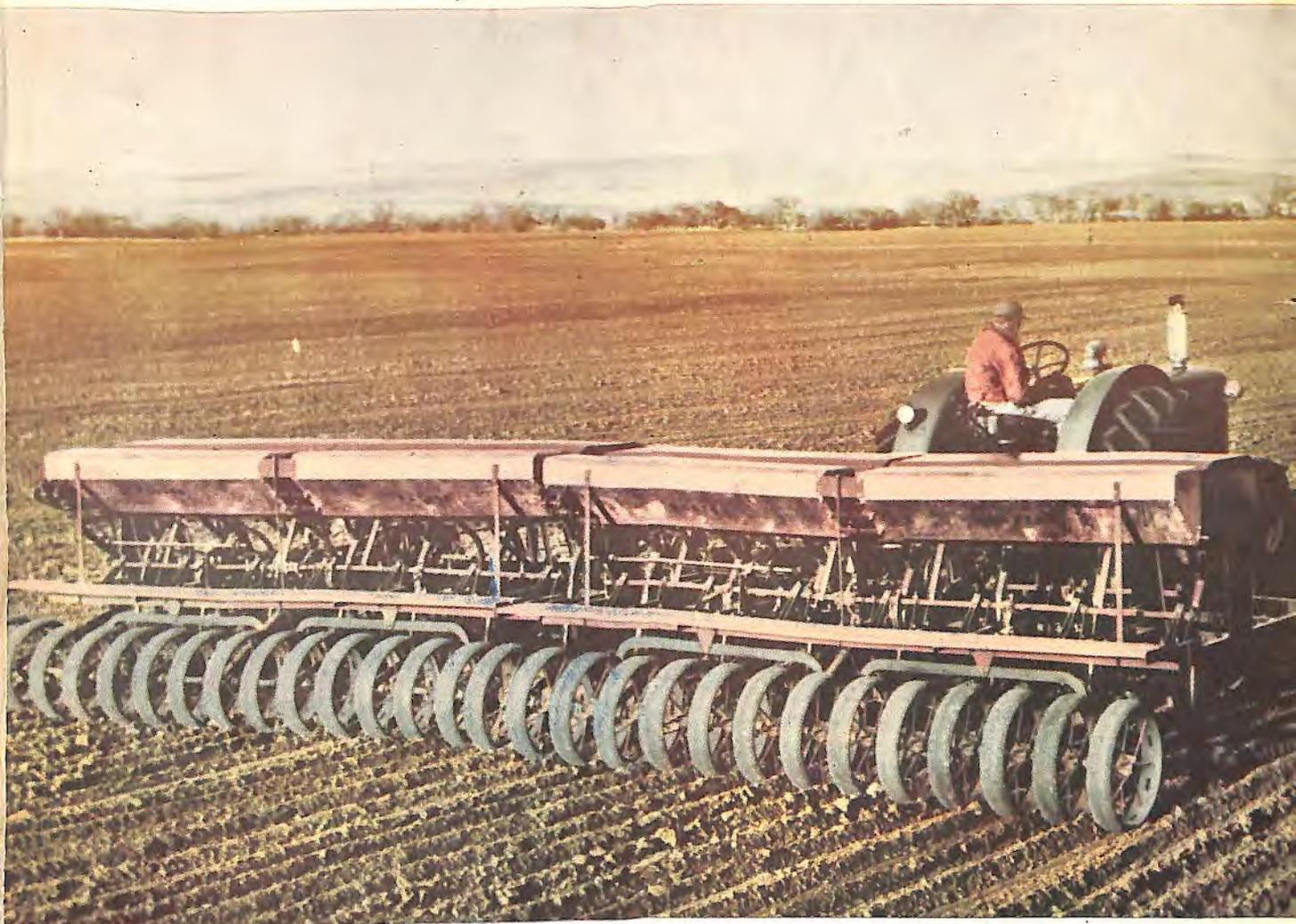
ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LXXII

MAIO-JUNHO 1969



Duas sementeiras conjugadas lançam simultaneamente dezenas de sementes nos canteiros de uma planície do nordeste dos EUA.



Uma presença familiar

Três gerações de brasileiros
vivem com a marca Nestlé.
A ela se habituaram,
como nos habituamos a tudo
o que significa presença,
convívio, lar.
Dois milhões e 500 mil crianças,
todos os anos, despertam

para ela. E dela se nutrirão,
e com ela irão crescer.
E continuarão a vê-la com olhos de
reconhecer, de amar, de sentir-se
em casa. Há símbolos
que permanecem.

PRODUTOS **NESTLÉ**

ÍNDICE

Sapos e Sapatos	2
História do café	5
Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" — Curso Rápido Agrícola	6
Reminiscências — Os 70 anos da Penha (I) — Luiz Marques Poliano	7
Reforma Agrária — J. Sampaio Fernandes	8
I Conferência Nacional de Comercialização	9
Ministro libera verba para Escola de Horticultura Wenceslão Bello	11
Roupas de Papel nos Estados Unidos	12
Reforma Agrária-Entrevista do Sen. Flávio da Costa Britto	13
Recordações de um centenário — Antônio Guedes Tavares	16
As Excelências do Arroz	17
Tributação da Atividade Rural de Pessoa Física	18
Agricultura na Guanabara	19
Cultura dos Citrus — Eng. Agr. Almiro Gonçalves de Castro	20
Insetos — Prós e Contras — Eng. Agr. Luiz Guimarães Júnior	22
Goiabeira — Ariosto Rodrigues Peixoto	25
A Foto Internacional	27
O Preço do Leite — Otto Frensel	28
INDA — Executa com Fidelidade suas metas	30
Pesquisa e Desenvolvimento — Prof. Heitor Grillo	33
Instantâneos de gente da roça — Tocaia — D. Carminha — Ilustração de Luiz Sá	39
Climas de Goiás — Adalberto Serra	40
Escola de Veterinária do Exército — Conclusão do Curso de Auxiliares de Granja	45
Livros e Publicações	56
"A Lavoura" — Há 70 anos	56
Notícias e Informações	57
Legislação Agrícola	57

Nossa Capa: Sementeira Múltipla. Métodos cada vez mais modernos de agricultura vêm sendo criados nos Estados Unidos, com a utilização de equipamentos maiores e mais rápidos, que desempenham papel importante para o melhor uso da terra. Na foto, duas sementeiras conjugadas lançam simultaneamente dezenas de sementes nos canteiros de uma planície do nordeste dos EUA. Um fertilizante é usado conjuntamente, para aplicar cerca de 56 quilos de fertilizante, por hectare. Essas máquinas de semear foram projetadas para operar em terras pobres. (IPS, especial para "A Lavoura").

(Distribuição Gratuita)

A LAVOURA

A mais antiga revista agrícola em circulação no Brasil e órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura.

ANO LXXII

Maio — Junho — 1969

Presidente da Sociedade

LUIZ SIMÕES LOPES
Eng.º Agrônomo

Diretor-Responsável
e Redator-Chefe

LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico

KURT REPSOLD
Eng.º Agrônomo

Consultor Técnico

LUIZ GUIMARÃES JÚNIOR
Eng.º Agrônomo

Chefe da Publicidade

CARLOS ALBERTO SOARES

Representante em São Paulo

"REVESPE"

Representação de Revistas
Especializadas

Rua Capitão Salomão, 40
CONJ. 604 — TEL. 34-8452

Redação e Administração:

AV. GENERAL JUSTO, 171
ZC-39 — GB

Telefones: 242-2981 e 242-7950

Caixa Postal: 1245

RIO DE JANEIRO

Estado da Guanabara

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

SAPOS E SAPATOS

O sapo estêve em cartaz recentemente, quando, em face da crescente exportação de suas peles, a imprensa chamou a atenção de nossas autoridades — advertindo-as de que, continuada a caça desenfreada àqueles benéficos animais, haveria o risco da extinção da espécie.

É que a letra de nossas leis não vinha sendo obedecida pelos que, à vista de lucro imediato, estavam armando um incalculável prejuízo para a nossa agricultura, sobretudo na parte referente às hortas e jardins.

É sabido que o sapo ingere consideráveis quantidades de larvas e insetos daninhos, livrando por um método natural e por isso barato e muito cômodo, o trabalho do homem do campo da maioria dos inimigos, também naturais, das plantas cultivadas.

A exportação de suas peles se destinava à feitura de bôlsas, sapatos e de outros artefatos, sobretudo de uso feminino.

A proibição da caça e pois da matança do sapo se enquadra na letra da lei que protege os animais úteis, entre os quais o sapo ocupa papel de destaque.

O seu veneno, a natureza lho deu — sem contudo permitir que o utilize à sua própria vontade. Se um animal o quiser engolir, e o comprime, aí a peçonha é expelida, o mesmo acontecendo quando o homem, geralmente por mera perversidade ou inadvertência, lhe pressiona as glândulas segregadoras da peçonha.

É crença, de longa data, segundo Eurico Santos, que numerosos efeitos e malefícios lhe eram devidos como o de que "por onde passasse, deixava germes de cobreiro; que a planta em que roçasse envenenaria quem a comesse; que o seu hálito era infecto. Animal impuro e mau, mamava nas vacas, fazia os vinhos azedarem, comia os ovos dos pássaros e mijava nos olhos das criaturas humanas, só de mau, para cegá-los".

Mas êsse tempo passou e o sapo conseguiu, graças à ciência moderna, um lugar de relêvo como animal de rara utilidade para o homem. Como voraz insetívoro, devorador de formigas, vespinhas, mariposas, vagalumes, coleópteros, lagartas, grilos, larvas de tôda espécie, aranhas, centopéias e outros animais nocivos ao homem e às plantas, tornou-se prestimoso auxiliar do agricultor.

Subsistem contudo alguns implacáveis inimigos do sapo: a magia negra, que o utiliza para os seus "despachos" nas encruzilhadas; o automóvel nas estradas, que o esmaga aos milhares e, mais recentemente, os produtores de peles que a indústria dos calçados está movimentando contra êle e contra o espírito e a letra da lei.

Diz, textualmente, o artigo 18 da Lei n.º 5.197, de 3 de janeiro de 1967, sancionada pelo saudoso Presidente Castello Branco: "É proibida a exportação para o exterior, de peles e couros de anfíbios e répteis, em bruto".

No final dêste artigo, nas suas duas últimas palavras, contudo, encontrou o interêsse comercial a válvula de escape para que continue o sacrifício do sapo, e a extinção da espécie sobrevenha, afinal, se não forem coibidas a sua caça e matança para fins industriais.

Sim, porque a exportação só é proibida "em bruto", daí deduzindo muitos e, recentemente, o senhor encarregado da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil no Recife, que a venda para o estrangeiro de artigos manufaturados com a pele de anfíbios e répteis é perfeitamente legal.

Eis o que noticia a respeito o "Diário Econômico e Financeiro do Banco do Brasil", de junho deste ano: "é possível a fabricação de calçados de pele de sapos, que tem a sua exportação proibida, porém uma vez industrializada, poderá sair livremente do país". E mais: que — "depois que o Governo concedeu isenção do IPI, do ICM e do imposto de Renda às exportações, os calçados brasileiros estão conseguindo mercado no exterior e inclusive algumas indústrias já enviaram amostras a importadores dos Estados Unidos e da Inglaterra".

Se se proíbe a exportação da pele para proteger a espécie, como permitir que esse mesmo produto, transformado em calçado, possa "sair livremente do país?"

Na lei citada e no Código de Caça e Pesca, permite-se a caça e apanha dos animais silvestres apenas em certas épocas no ano, ou quando se destinam a entidades públicas e privadas, de fins culturais e científicos.

Mas nesses diplomas é terminantemente proibida a "Caça profissional". Ora, quem apanha, mata e vende o produto da caça, está fazendo disso profissão e tal prática não é permitida no país.

A lei de 1967 abriu uma porta ao extermínio dêsse e de outros animais, mas o que é preciso deixar bem claro — e daqui o fazemos com toda a veemência, e que a intenção do legislador foi proteger, preservar esses animais. Mas o que se verifica, é que essa intenção está sendo burlada.

Os incentivos à exportação, inclusive de manufaturas, merecem de nossa parte todo o apoio. Em documento recente, elaborado pelo ilustre e operoso Ministro Delfim Neto se afirma que o calçado de fabricação brasileira (a indústria atravessa perigosa crise) está tendo grande aceitação, sobretudo nos Estados Unidos. Daí, a nosso ver, a sugestão do funcionário do Banco do Brasil: transforme-se em sapato o couro do sapo e, com isto, salve-se a indústria sapateira, e se obtenham as cobiçadas divisas, mesmo com o sacrifício do maior auxiliar natural da agricultura. Que importa à alta finança desapareça êle das nossas hortas e jardins?

Alertamos daqui, as autoridades para o fato de que o sapo pode ser hoje equiparado à cobra e a outros animais de laboratório. A indústria farmacêutica utiliza o seu veneno para a obtenção de uma droga que encerra propriedades tônico-cardíacas, vaso-constritoras, hipersecretoras, hemostáticas e analgésicas. Refere o já citado e saudoso divulgador agrícola que o "National Hart Institute", de Bethesda, Maryland, tomara conhecimento dos resultados obtidos com o veneno do sapo no tratamento das doenças que geralmente ocorrem no gado bovino após o ataque da aftosa. Os animais assim tratados se mostram mais resistentes à infecção, o apetite melhora pela hipersecreção gástrica. A bufotalina — princípio encontrado na secreção peçonhenta do sapo, estimula a diurese e reforça o miocárdio.

Não é sem razão que, segundo se lê em "La Vie des Animaux", de Leon Bertin, na França, em determinadas épocas do ano, chegam a um laboratório farmacêutico de Paris caminhões peçados de centenas de milhares de batráquios, os quais, uma vez aliviados da peçonha, destinada às manipulações a que o autor chama de "Bufoterapia", são, após, recambiados aos seus lugares de origem, para que continuem a "trabalhar" com a sua natureza em benefício do homem, exatamente daquele que o persegue, maltrata e o acabará exterminando!

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

(Fundada em 16-1-1897)

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.549 DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA

DIRETORIA GERAL

Presidente

1.º Vice-Presidente
2.º Vice-Presidente
3.º Vice-Presidente
1.º Secretário
2.º Secretário
3.º Secretário
4.º Secretário
1.º Tesoureiro
2.º Tesoureiro
Secretário-Geral

— LUIZ SIMÕES LOPES
— FLÁVIO DA COSTA BRITTO
— KURT REPSOLD
— HEITOR VINICIUS DA SILVEIRA GRILLO
— FREDERICO MURTINHO BRAGA
— LUIZ GUIMARAES JÚNIOR
— JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
— SUBAEL MAGALHAES DA SILVA
— RAFAEL XAVIER
— OTTO FRENSEL
— LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALBERTO TORRES FILHO
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENNIO LUIZ LEITÃO
CARLOS ARTHUR REPSOLD

LUIZ HERMANY FILHO
OSMAR LOPES REZENDE
JOÃO BATISTA LUSARDO
JÚLIO CÉSAR COVELLO
MÁRIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRAS

1 — ENNES DE SOUZA
2 — MOURA BRASIL
3 — CAMPOS DA PAZ
4 — BARÃO DE CAPANEMA
5 — ANTONINO FIALHO
6 — WENCESLAU BELLO
7 — SYLVIO RANGEL
8 — PACHECO LEAO
9 — LAURO MULLER
10 — MIGUEL CALMON
11 — LYRA CASTRO
12 — AUGUSTO RAMOS
13 — SIMÕES LOPES
14 — EDUARDO COTRIM
15 — PEDRO OZÓRIO
16 — TRAJANO DE MEDEIROS
17 — PAULINO CAVALCANTI
18 — FERNANDO COSTA
19 — SÉRGIO DE CARVALHO
20 — GUSTAVO DUTRA
21 — JOSÉ AUGUSTO TRINDADE
22 — IGNÁCIO TOSTA
23 — JOSÉ SATURNINO DE BRITTO
24 — JOSÉ BONIFÁCIO
25 — LUIZ DE QUEIROZ
26 — CARLOS MOREIRA
27 — ALBERTO SAMPAIO
28 — NAVARRO DE ANDRADE
29 — ALBERTO TORRES
30 — SA FORTES
31 — THEODORO PECKOLT
32 — RICARDO DE CARVALHO
33 — BARBOSA RODRIGUES
34 — GONZAGA DE CAMPOS
35 — AMÉRICO BRAGA
36 — EPAMINONDAS DE SOUZA
37 — MELLO LEITÃO
38 — ARISTIDES CAIRE
39 — VITAL BRASIL
40 — GETÓLIO VARGAS

OCUPANTES

— Rafael da Silva Xavier
— Alberto Ravache
— Geraldo Goulart da Silveira
— Kurt Repsold
— Luiz Marques Poliano
— Armênio da Rocha Miranda
— Ennio Luiz Leitão
— Frederico Murtinho Braga
— Heitor Grillo
— Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
— Edgard Teixeira Leite
— Luiz Simões Lopes
— Jayme Bernardes Cotrim
— Paulo Simões Lopes
— Luiz Hermann Filho
— Luiz Guimarães Júnior
— Iris Meinberg
— Júlio César Covello
— Oswaldo Balarin
— José Augusto Bezerra de Medeiros
— Fábio Luz Filho
— Mário Penteado de Faria e Silva
— Francisco de Assis Iglésias
— Honório Monteiro Filho
— Rômulo Cavina
— Otto Frensel
— Oswaldo Lazzarini Peckolt
— Rômulo Joviano
— José Sampaio Fernandes
— Sylvio Fróes Abreu
— João Carlos Bello Lisboa
— Milton Freitas de Souza
— Flávio da Costa Britto
— João Batista Lusardo

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes órgãos: Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Alberto Ravache; Suplente Luiz Marques Poliano; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Luiz Simões Lopes; Conselho Internacional de Comércio e Produção — Edgard T. Leite; Comissão Consultiva de Acórdos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Alberto Ravache; Conselho do Mérito Agrícola — Luiz Marques Poliano; Suplente, Ben-Hur Raposo; Conselho Superior de Recursos Fiscais do Est. da Guanabara — Juvenal da Silva Azevedo; Conselho Federal Consultivo da Agricultura (Ministério da Agricultura) — Flávio da Costa Britto.



Produzir café de boa qualidade para a conquista dos mercados internacionais, deve ser preocupação constante do cafeicultor.

HISTÓRIA DO CAFÉ

Embora o café tenha origem etiópica, os árabes foram os primeiros a cultivá-lo, no século XV, privilégio que se esforçaram em guardar, mas em vão. Em 1610, são plantados os primeiros cafeeiros em MISORE, na Índia. Em 1614, já os holandeses estudam as possibilidades da sua cultura; em 1696 prosperam os cafêzais em JAVA, de que o Jardim Botânico de AMSTERDAM recebe exemplares em 1706; PARIS, mais tarde, recebe cafeeiros de AMSTERDAM. Em 1714, os holandeses introduzem a planta em SURI-

NAM (GUIANA HOLANDESA). Em 1720, o oficial GABRIEL MATHIEU DE CLIEU embarca para as ANTILHAS, trazendo de PARIS três mudas de cafeeiro. Depois de uma viagem acidentada, pôde ser salva uma única muda, que foi levada à MARTINICA.

Foi da GUIANA HOLANDESA, entretanto, que o café se irradiou pelas ANTILHAS, passando à GUIANA FRANCESA, de onde o introduz no BRASIL, em BELÉM do PARÁ, em 1727, sob o reinado de D. JOÃO V, outro militar, o capitão-tenente guarda-cos-

ta, FRANCISCO DE MELO PALHETA. Dos Estados do Norte, o café vem ao RIO DE JANEIRO pelo Desembargador JOÃO ALBERTO CASTELLO BRANCO. O café foi plantado, inicialmente, nas fraldas do Corcovado e da Serra da Tijuca, espalhando-se logo a onda cafeeira pelos Distritos de Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba. Formou-se assim, na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro núcleo de mudas e sementes, invadindo os territórios: fluminense, mineiro, paulista, etc.

Nos primeiros anos da sua

ESCOLA DE HORTICULTURA "WENCESLÃO BELLO"

CURSOS RÁPIDOS AGRÍCOLAS

2ª série de 1969 — 7 de junho a 24 de agosto

Dias aula	CURSOS	Horário	Período	PROFESSORES
Sábados	Solos e Adubação	7.30 às 10 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Hélio Raposo
"	Práticas de Combate as Doenças e Pragas dos Vegetais	7.30 às 10 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Jalmirez Gomes
"	Multiplicação Vegetal	7.30 às 10 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. João Castello
"	Contabilidade Agrícola	7.30 às 10 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Pedro Goulart
"	Hortaliças Foliáceas	7.30 às 10 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Agrícola Borges
"	Apicultura	7.30 às 10 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. José Cordeiro
"	Conservação e Armazenagem de Produtos Vegetais	7.30 às 10 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Diogenes S. Cardoso
"	Avicultura	7.30 às 10 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Mainard Leite
"	Reflorestamento	10.00 às 12 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Helio Raposo
"	Doenças e Pragas dos Citrus	10.00 às 12 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Jalmirez Gomes
"	Citricultura	10.00 às 12 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. João Castello
"	Cooperativismo Rural	10.00 às 12 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Pedro Goulart
"	Hortaliças de Fruto	10.00 às 12 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Agrícola Borges
"	O Cinema e a Educação Rural	10.00 às 12 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Sylvio Amaral
"	Cunicultura	10.00 às 12 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. Mainard Leite
"	Suínocultura	10.00 às 12 horas	7-6 a 23-8-69	Prof. José Cordeiro
Domingos	Solos e Adubação	7.30 às 10 horas	8-6 a 24-8-69	Prof. Hélio Raposo
"	Prát. de Comb. às Doenc. e Prag. Vegetais	7.30 às 10 horas	8-6 a 24-8-69	Prof. Jalmirez Gomes
"	Avicultura	7.30 às 10 horas	8-6 a 24-8-69	Prof. Mainard Leite
"	Apicultura	7.30 às 10 horas	8-6 a 24-8-69	Prof. José Cordeiro
"	Reflorestamento	10.00 às 12 horas	8-6 a 24-8-96	Prof. Hélio Raposo
"	Doenças e Pragas dos Citrus	10.00 às 12 horas	8-6 a 24-8-69	Prof. Jalmirez Gomes
"	Cunicultura	10.00 às 12 horas	8-6 a 24-8-69	Prof. Mainard Leite
"	Suínocultura	10.00 às 12 horas	8-6 a 24-8-69	Prof. José Cordeiro

propagação, a "onda verde" seguiu dois rumos importantes em terras fluminenses: o do noroeste, destacando-se os centros de São Marcos e Rezende, e o do norte, dando origem às grandes lavouras de Vassouras e Paraíba do Sul. A onda cafeeira continuou a sua marcha penetrando em São Paulo pelo chamado norte paulista (fins do século XVIII — princípios do XIX) através das cidades de Areias, José do Barreiro e Bananal, contíguas ao território fluminense. A "onda verde" penetrou também em MINAS GERAIS, através do Vale da Paraíba, atingindo a Zona da Mata. Assim, Mar de Espanha, Leopoldina, Juiz de Fora, Cataguazes e Ubá, tornaram-se logo importantes núcleos cafeeiros.

De 1817 em diante a cultura do café chegou a Campinas, Limeira, Araras, Rio Claro, etc., atingindo a zona da Alta Mogiana, onde Ribeirão Preto se transformou na verdadeira capital do café, graças à féracidade das suas terras. Continuando a sua marcha, o café rumou para o oeste do Estado de São Paulo, expandindo-se para Minas Gerais (sul), Mato Grosso e, posteriormente, para o Norte do Paraná, que é hoje a região preferida para as grandes culturas cafeeiras. Muitos fatores concorreram para essa expansão: o clima, a altitude de planalto e, sobretudo as famosas "terras roxas", resultado da decomposição das rochas vulcânicas (diabásio), abundantes no planalto paulista.

Foi o café que deu ao Brasil nos últimos decênios um lugar proeminente na economia mundial. Os cafezais do Brasil abastecem o mundo e carregam para os cofres da nação as divisas indispensáveis para o seu desenvolvimento econômico.

O café é hoje uma bebida universal, a bebida favorita, senão a mais popular. Particularmente no Brasil, o café tem um consumo espantoso. O brasileiro toma café desde que se levanta até às últimas horas do dia. É um prazer estimulante, e nas horas dos encontros, utiliza-se o café como símbolo de hospitalidade, pois geralmente é a bebida que se oferece às visitas, quentinho e feito na hora.

(De uma publicação do IBC)

Os 70 anos da Penha (I)

A “Penha”, para os da Sociedade, é a designação da antiga “Estação Filoxérica”, do “Hôrto Vinícola”, do Hôrto Frutícola”, do “Aprendizado Agrícola” — que hoje é a “Escola de Horticultura “Wencesláo Bello”.

Tôdas essas designações, representando modificações estruturais do estabelecimento, denotam o constante empenho dos diretores da Sociedade Nacional de Agricultura em manter, sempre aperfeiçoando, o desprezioso “Aprendizado Agrícola” com que, desde 1899, vem funcionando na área da antiga “Fazenda Grande”. É estabelecimento de ensino por onde têm passado, desde aquela época milhares de jovens.

As notas que serão registradas a seguir correspondem a merecida homenagem aos que, desde o penúltimo ano do século passado, lá trabalharam e produziram, dando muito de si para que o atual Estado da Guanabara, não sendo forte em agricultura, não aparecesse no conjunto das unidades da federação com o seu panorama escolar falho em estabelecimentos de ensino agrícola médio. E também, louvor à tenacidade e à determinação de todos os Diretores da SNA em conservar, melhorando sempre, aquêle setor importantíssimo de suas atividades.

Pela ata da 113.^a sessão da Diretoria, *Lucio de Albuquerque* foi designado para, “provisoriamente”, fiscalizar os serviços a serem feitos na Fazenda Grande da Penha (março de 1901), tendo sido êsse portanto o primeiro delegado da entidade a ter ingerência nos negócios da “Fazenda”, havia um ano apenas fôra entregue à Sociedade.

Em 1902, *João Batista de Castro*, *Jens Sand* e *Silva Gandra*, todos Diretores da SNA, foram

nomeados para, em comissão, estudarem as condições em que se achava a “Fazenda da Penha”.

Na mesma reunião (15 de junho), *João Batista de Castro* foi designado “Presidente” do estabelecimento, onde ficou até 1902 (2-9) sob o nome de “Hôrto Vinícola da Penha”.

Em “A Lavoura”, de agosto de 1905, verifica-se que o Dr. Wencesláo Bello assumiu a “presidência” do “Hôrto da Penha”, sucedendo-o o Dr. João Batista de Castro, em 1907/1908.

Em 1905 havia tido início, segundo editorial de “A Lavoura”, de 1908, o funcionamento regular do “Hôrto Frutícola da Penha”.

Em 1908, a “presidência” e a “diretoria” cederam lugar a uma “superintendência”, e *Manoel Paulo Cavalcanti* foi colocado à frente do então “Aprendizado Agrícola da Penha”.

Aí ficou até 1911, quando *Vitor Leivas* foi nomeado seu “presidente”, e, com êste título, ficou encarregado do estabelecimento. Durante a gestão dêste ilustre e operoso gaúcho, engenheiro agrônomo, foram muito ativos o “Hôrto” e o “Aprendizado” até 1928, quando pediu demissão. Verifica-se que havia uma grande distinção entre uma e outra função da antiga “Fazenda Grande”. Talvez a do “Hôrto” sobrelevasse a do “Aprendizado”, pois é nessa época que a produção de mudas, principalmente cítricas, tomou grande impulso. Segundo uma estatística, havia o “Hôrto da Penha”, no período, produzido e distribuído mais de um milhão de mudas, da, surgindo a pujança da citricultura carioca e fluminense.

REFORMA AGRÁRIA

J. SAMPAIO FERNANDES

(Diretor Técnico da Sociedade Nacional de Agricultura)

Parece que afinal sairá a execução da REFORMA AGRÁRIA. E já não é sem tempo. O Brasil nunca terá um progresso sólido enquanto não tiver uma agricultura capaz de absorver em grande escala a produção industrial.

O equilíbrio entre a indústria e uma agricultura poderosa, dar-nos-á uma situação que nos aproximará da que existe nos Estados Unidos. Mas agricultura poderosa depende de classe agrícola rica, lidando junto à gleba. Isso precisa de propriedade rentável — não a grande propriedade tipo fazenda de café de quarenta anos atrás, nem da extensão de engorda, nos imensos pastoreios em que o gado para viver e engordar, precisa da época das chuvas, ou do andar quilométrico que o desgasta, nem ainda do minifúndio do antigo colono, que se vê hoje obrigado a emigrar da gleba que seus avós receberam, quando da sua vinda para o Brasil, nos idos da segunda metade do século passado, mas da propriedade de razoável tamanho que atenda às peculiaridades do solo, aguadas, montanhas, vales férteis, planícies aráveis — além das condições de escoamento e de mercado que permitam ao agricultor transformar em bens de consumo, em utilidades domésticas, em conforto para os seus e em ensino e encaminhamento dos filhos, o que receber do seu esforço de agricultor-produtor.

A reforma não deve e não pode ser violenta, como a que

sucedeu na Rússia, depois que os comunistas se apoderaram do poder, nem como a da China, mais recente, mas precisa ser real e não somente efetuada no papel: glebas de tamanho adequado, assistência centralizada e efetiva com maquinaria agrícola à disposição com seu pessoal habilitado, técnicos que orientem os cultivos ou tipos de criação mais apropriadas à região, aparelhagem de preparo da produção para os mercados, ou instalações que permitam ao produto seguir pronto para o intermediário ou diretamente para o consumidor; associações de tipo cooperativo, modeladas nas que já possuímos e que provaram como as de Cotia, ou da Brás Holanda e, principalmente, preços que permitam ao agricultor sentir que vale a pena o sacrifício de morar fora dos centros urbanos, porque com lucros poderá se dar ao luxo de “também” poder ir, de vez em quando, aos mesmos centros para o seu fim de semana ou para o gozo, com a família, das suas férias.

Os regimes a adotar deverão ser igual e cuidadosamente planejados, para que nas propriedades maiores, onde haja necessidade de braços estranhos, estes encontrem a compensação de uma justa meiação, ou de justos arrendamentos, se o proprietário não deseja, éle próprio, tocar a propriedade.

A todo custo convém evitar o perigo do minifúndio, reagrupando sempre que possível os que existirem.

As desapropriações devem ser efetuadas a preço justo e com moeda ou títulos de liquidez fácil, para não abrir uma fonte de descontentamento desnecessário.

Iniciar pelas áreas de produtividade garantida e de fácil escoamento, sempre em núcleos que permitam assistência técnico-econômico-financeira, que garantam o sucesso da atividade.

Na França de De Gaulle, algumas províncias antigas, como a Bretanha, de terras relativamente pobres, estão em luta com o Poder Central, justamente porque certas medidas restritivas deste, para evitar um maior encarecimento da vida do povo francês, vieram chocar-se com os interesses de uma população de vida difícil, que tem nos preços dos produtos agrícolas uma garantia do pão quotidiano, desde que o preço seja o justo, o que não significa que seja o desejado pelas populações das grandes cidades, os grandes consumidores, que fazem pressão, como em toda parte, para ficarem com a parte do leão — isto é, comprar barato o que o agricultor-criador produz à custa de ingentes esforços e alto custo as utilidades, (adubos, sementes selecionadas, implementos agrícolas, etc, que lhe custam caro).

A REFORMA AGRÁRIA pertence, por isso, a um conjunto de medidas que se devem entrosar, para a finalidade comum do progresso nacional. Que ela triunfe para o bem de todos.

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE COMERCIALIZAÇÃO

Do consócio Dr. Juvenal da Silva Azevedo, representante da SNA no Conselho de Contribuintes do Estado da Guanabara, e integrante de nossa delegação junto à Conferência Nacional de Comercialização, recebemos o seguinte Relatório:

“Antes, quero agradecer a honrosa designação de participar da Comissão Representativa de nossa Sociedade Nacional de Agricultura à I Conferência Nacional de Comercialização, instalada sob os auspícios da Confederação das Associações Comerciais do Brasil.

O presente relatório cinge-se tão-somente ao item 3 do temário da Conferência, referente a matéria tributária, assunto de minha especialização.

Assim, participei como membro atuante daquela Comissão, tomando parte de discussão e aprovação de tôdas as proposições ali apresentadas, devendo informar que o nosso trabalho obteve aprovação unânime da Comissão e do Plenário. (Vide trabalho anexo).

Como resultado dos citados trabalhos, as propostas aprovadas foram trabalhadas em relatório conclusivo para o envio às autoridades competentes do Governo, valendo destacar a indicação aprovada de se propor ao Governo a criação de uma Comissão permanente de alto nível, com composição paritária, isto é, com a participação de representantes das Confederações: Comércio, Indústria e Agricultura, para oferecer solução e dirimir controvérsias originadas da legislação tributária, no âmbito nacional”.

Segue-se o trabalho apresentado pelo nosso delegado àquele certame, no qual, aliás, a SNA estêve representada pela seguinte comissão, além do seu signatário Embaixador João Baptista Lusardo e Engs. Agros. Julio Cezar Covello e Carlos Arthur Repsold:

A nossa participação nessa I Conferência Nacional de Comercialização, instituída por feliz e oportuna iniciativa da prestimosa Confederação das Associações Comerciais do Brasil, reunindo em tôrno de interesses comuns tôdas as entidades representativas de atividades econômicas da iniciativa privada de nosso País, reafirma o alto interêsse que o conclave despertou em meio às classes empresariais.

Cabe-nos, por esta oportunidade, trazer a nossa colaboração, em parte, no que diz respeito ao item 3 do temário “PROBLEMAS TRIBUTÁRIOS” — com o nosso exame puramente técnico ao Código Tributário Nacional, cuja apreciação obedece à seguinte ordem:

- 1 — Código Tributário Nacional — Sistema Tributário Nacional e Normas Gerais de Direitos Tributários.
- 2 — Do Sistema Tributário.
- 3 — Das Normas Gerais de Direito Tributário.
- 4 — Do Processo e Justiça Fiscal.
- 5 — Conclusão.

A Reforma Tributária instituída pela Emenda Constitucional n.º 18, de 1.º de dezembro de 1965, e ratificada em termos pela Constituição de 1966, já agora com as alterações do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, encontra-se regulada pela norma complementar intitulada Código Tributário Nacional, Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966, em vigor

com as alterações que lhe foram feitas, estabelece em seus dois livros o Sistema Tributário e as normas Gerais de Direito Tributário, com império de âmbito nacional para a sua aplicação.

O sistema tributário então instituído e conceituado no primeiro livro do Código, repete enumeradamente os tributos constitucionalmente instituídos e partilhados entre a União, os Estados e os Municípios.

O nôvo sistema tributário, visto sob o aspecto sócio-econômico, há de sofrer a nossa crítica por haver acolhido o critério de basear a receita pública nos impostos indiretos, embora tecnicamente estejam tais impostos universalmente taxados como anti-econômicos e anti-sociais, e em contraposição determina-

do o papel quase inexpressivo dos impostos diretos.

Dos impostos indiretos então instituídos e que mais agravam por suas incidências a crise sócio-econômica com que nos defrontamos, são o Imposto de Produtos Industrializados (em substituição ao Imposto de Consumo) e o Imposto Sobre Operações de Circulação de Mercadorias (em substituição ao Imposto Sobre Vendas e Consignações), cujo ônus recai ora no produtor (industrial ou agropecuário), descapitalizando-o, embora de um modo geral por 60, 90 e 120 dias, nas vendas a prazo, ou repercutindo no comprador final, subtraindo em consequência mais de 60% da capacidade de consumo do mercado interno, causando sério entrave ao desenvolvimento econômico (aumento de produção); tendo em vista que o aumento da produção está naturalmente vinculado e condicional do correspondente de consumo. O ônus desses tributos tanto eleva o custo de nossas mercadorias que o próprio governo, em assim reconhecendo, para possibilitar o nosso comércio no mercado internacional, visando a paridade do custo com outros países produtores, suspendeu as incidências dos referidos impostos (ICM e IPI) para as operações de exportação. O que mostra a evidência o desajuste que os mesmos tributos causaram a nossa economia. Não só pelo aspecto — técnico — doutrinário contra-indicado, bem como pelo altíssimo índice das alíquotas fixadas, incompatíveis com a capacidade econômica dos contribuintes, isto é, o "de jure" e o de fato sobre o qual, por repercussão, recai via de regra o encargo fiscal.

Não perfilhamos a escola seguida pelos economistas do F.N.I. e do Banco Mundial denominada "poupança pela tributação", isto é, a elevação do nível das poupanças internas através da política orçamentária, quer dizer, reduzindo o consumo individual mediante o aumento de impostos, quando nos países subdesenvolvidos ou em fase de desenvolvimento estiverem a carecer de capital para pro-

porcionar aquele objetivo, e a sangria tributária diminui a capacidade de investimento do capital privado, única fonte real para a sua efetivação. Para que haja produção é preciso que existam os três fatores de produção: terra, capital e trabalho, em não assim sendo nada é possível fazer.

Outrossim, cabe-nos apontar os desajustamentos que revelam as normas estabelecidas no Sistema Tributário Nacional, em particular, para os tributos: ICM e IPI, cujas definições de incidência, do fato gerador e assento, encontram-se ao arrepio dos postulados jurídicos e a vontade constitucional vigente. Porque tais definições, fugindo ao sistema constitucional tributário, e por conseguinte a suas limitações no que tange, em especial, à conceituação de incidência e do fato gerador, faz caracterizar outros fatos e outros sujeitos passivos da obrigação forçando outro entendimento que não o jurídico, por prevalência da vontade arbitrária e da conveniência leiga que o inspirou, contrariando deste modo as limitações constitucionais, única garantia para uma perfeita justiça fiscal com a prevalência do direito, estabelecendo-se deste modo a coexistência, em clima de respeito mútuo, entre o fisco e os contribuintes.

Dentro deste aspecto, verifica-se na definição Constitucional a vontade expressa de vincular, em relação ao ICM o fato gerador às "operações de circulação de mercadorias configuradas no ato das respectivas saídas do estabelecimento produtor ou comercial, vinculando-se tais saídas à transferência de propriedade da mercadoria, porque só em havendo a transferência de propriedade ocorre a operação econômica tributária, pois, assim é a própria filosofia original do tributo então instituído entre nós, porque cada operação econômica resultante do ciclo de comercialização do produto, isto é, desde o momento em que produzida a mercadoria até a operação final do consumidor, quando se chega à tributação integral, calculada sobre o último valor obtido no ciclo de

comercialização. Se o princípio é o da não cumulatividade, neste se compreende que as referidas saídas só poderão ter o sentido econômico. Contra o que lutam os fiscos estaduais, obrigando a conceituação desvinculada do fato jurídico, e até mesmo de qualquer fato econômico, fazendo-o conceituar na simples acepção da transferência de fato do vocábulo — qualquer saída.

Não menos importante, é o aspecto do custo operacional imposto aos contribuintes em nome da exação fiscal de tais tributos, o que vem agravar ainda mais o Sistema Tributário em vigor. As obrigações impostas aos contribuintes pelo fisco, as quais evoluem dia a dia de modo inconseqüente, elevam por demais o custo operacional das referidas obrigações fiscais, ou seja a do pagamento do tributo devido. Não menos inconveniente para a sociedade em geral, é o custo da exação desses tributos, considerando-se o exército de fiscais que mantém o Poder Público e a participação destes na receita pública extraordinária (multas).

Outro fato que está a reclamar sérias providências às autoridades competentes, é a falta de estabilidade da legislação fiscal. Muda-se a estrutura de um tributo, ampliando-se não só o "quantum" da obrigação, mas também do custo operacional de tais tributos a todo momento, dificultando não só os contribuintes, mas também os auditores e demais profissionais que prestam os seus serviços técnicos a eles, por força da complexidade da implantação dos tributos instituídos, gerando completa confusão e com isto a criação de clima de corrupção e descrédito, com flagrante prejuízo para o interesse público.

Ante o demonstrado, e a experiência que nos trouxeram esses primeiros anos de implantação do novo sistema tributário, há de se sugerir ao governo, como medida que se impõe para atender o melhor interesse da economia Nacional, é o que propomos, a instituição do imposto único para os produtos agropecuários comercializa-

dos "in natura", com a incidência do imposto territorial sobre as propriedades rurais, com assento sobre o seu valor venal, dêste excluídas as benfeitorias.

Ainda sobre o tema do Sistema Tributário, trazemos o nosso apoio à tese levantada pelo ilustre delegado Roberto J. T. N. Osório, em relação à recomercialização de bens usados.

Realmente à mercadoria que após haver atingido o ciclo de comercialização com a operação ao consumidor final, quando já arrecadou o fisco o imposto integral ao fim do processo, e esta mercadoria volta a nova fase de comercialização, deve-se atribuir um crédito fiscal compensatório à operação seguinte, porque do contrário, haverá a quebra do princípio constitucional da não cumulatividade do tributo (ICM), pois que no valor da mercadoria, ainda que desvalorizada, persiste o do tributo pago que lhe está incorporado indiretamente.

Sobre as "Normas Gerais de Direito", constante do Livro II, do Código, vale a sugestão de louvamos a iniciativa do Poder Público, porque a inclusão de tais normas no direito positivo marcou entre nós orgulhosamente o aperfeiçoamento do nosso direito fiscal. Porquanto, se antes buscávamos vagamente na doutrina aquelas conceituações, hoje a temos como direito e obrigados por seu império. Entretanto, cabe aqui a advertência, de não ficar o direito no que diz respeito às Normas Gerais como letra morta, devendo os órgãos exatores observá-los como se fôra um mito religioso a ser seguido.

Em conclusão propomos:

1 — O reexame do sistema tributário Nacional objetivando-se a simplificação da exação fiscal e o barateamento do custo operacional do contribuinte, bem como a revisão dos impostos indiretos no sentido de se reduzir as suas alíquotas.

2 — a adoção do imposto único para a comercialização dos produtos agropecuários "in natura", com a incidência do imposto territorial calculado sobre o valor venal da propriedade rural.

Ministro libera verba para Escola de Horticultura "Wencesláo Bello"

A LIBERAÇÃO de NCr\$ 75 mil para custeio dos cursos agrícolas de nível médio, mantidos pela Escola de Horticultura "Wencesláo Bello", da Sociedade Nacional de Agricultura, foi anunciada pelo Ministro Ivo Arzua, ao ressaltar o caráter pioneiro daquele estabelecimento de ensino, que é o único no gênero existente na Guanabara e, portanto, indispensável para atender à crescente necessidade de mão-de-obra qualificada para as atividades agrícolas.

Esclareceu o Ministro que, em decorrência de convênio firmado entre o Ministério da Agricultura e a Sociedade Nacional de Agricultura, foi possível o aproveitamento de candidatos dos Estados da Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Goiás, Pará e Pernambuco, nos diversos cursos ministrados naquela Escola, que vêm assim contribuindo de forma decisiva para concretização da revolução tecnológica na agricultura.

CURSOS

A Escola de Horticultura "Wencesláo Bello" mantém um Curso Profissional, de

dois anos, para formação de hortelões, fruticultores e floricultores; um Curso Prévio, de quatro meses, destinado à preparação para o ingresso no Curso Profissional; Curso de Treinamento Agrícola, em oito meses, para formação de práticos rurais e Cursos Rápidos, em três meses, para especialização na Agricultura, sem qualquer exigência quanto à idade e grau de instrução, recebendo candidatos de ambos os sexos. São ministrados aos sábados e domingos, tendo sido realizados 29 desses cursos em 1968.

Mantém ainda Cursos Especiais e Rápidos Intensivos, com duração variável e de finalidades específicas, como os ministrados em 1968 a 26 tenentes, 20 cabos e 11 sargentos da Escola de Veterinária do Exército, como complemento dos ensinamentos especializados que esse estabelecimento militar vem proporcionando aos oficiais e praças que atuam em suas granjas, hoje em número de 200 em todo o Brasil, e aos destacados para as unidades de fronteira.

(Transcrito de **O Globo**, de 13-5-68)

3 — instituição de um processo fiscal uniforme com a indicação de autoridade julgadora de primeira instância para os litígios fiscais equidistantes do interesse na participação das multas, bem ainda da preservação dos Conselhos de Contribuintes, com atribuições de tribunais administrativos de última instância.

4 — concessão de crédito fiscal ao comerciante, quan-

do da aquisição de bens usados para nova comercialização na importância resultante do cálculo com alíquota vigente do imposto sobre o valor da operação de compra.

5 — recomendar ao Governo a consolidação da legislação tributária, estabelecendo um mínimo de tempo para sua vigência sem qualquer alteração".

ROUPAS DE PAPEL NOS ESTADOS UNIDOS

Roupas, lençóis, toalhas, cortinas, toalhas de mesa e centenas de outros artigos, fabricados com materiais especiais, usualmente identificados como "não-tecidos", estão-se tornando hoje um novo fator importante na economia dos EUA.

Os materiais são fabricados por companhias de papel dos EUA, que usam processo semelhante ao da fabricação do papel. Mas, em virtude de todos os papéis serem, em sentido literal, "não-tecidos", é importante identificar os novos tipos de materiais e saber como são produzidos.

Geralmente, os "não-tecidos" são formados de uma ou várias camadas de tecido — muito parecido com os conhecidos lenços de papel — que são reforçados com um tecido grosso ou recobertos de fibras sintéticas. O material resultante é forte e resiste muito mais à água e ao fogo do que qualquer produto de papel anteriormente o conseguia. É ainda bastante barato, em relação aos tecidos com os quais competirá.

A combinação de papel com materiais que lhe dão maior consistência resulta num produto macio, barato e durável, com possibilidades consideráveis no mercado.

Uma das principais companhias norte-americanas de fabricação de papel, a Kimberly-Clark, produz dois tipos. Um é denominado "scrim-reinforced material", ou SRM isto é, material reforçado com tecido grosseiro, usado para fabricar esfregões, toalhas, aventais e outras roupas. O material é feito com uma malha aberta de fios ou filamentos e a laminação de uma ou duas camadas de tecido de cada lado.

A Kimberly-Clark produziu pela primeira vez o SRM em 1952, quando procurava um substituto para a gaze de algodão.

O outro "não-tecido" produzido por essa empresa é o "tissue-fiber-laminate", TEL, ou laminado tecido-fibra. Difere do SRM por ser o seu reforço básico formado de fibras finas do mesmo tipo, que são dispostas umas muito junto das outras, para criar um material base macio e mais denso.

Uma camada de tecido é laminado de cada lado, o que torna o produto macio e forte, especial para lençóis, fronhas, vestidos e outros artigos semelhantes.

O mercado para produtos de papel é bastante extenso. Os hospitais pelo perigo de os germes se espalharem têm grande preferência por esses produtos que se usam e são jogados fora. Geralmente, há uma economia muito grande no espaço de armazenagem, quando se substituem os produtos que se usam muitas vezes pelos fabricados de papel.

Outros mercados incluem hotéis, escolas, ferrovias, empresas de aviação e forças militares.

O mercado doméstico está apresentando um crescimento fora do comum, principalmente em virtude da mudança do modo de viver dos norte-americanos. Há mais famílias jovens hoje, e elas dispõem de mais dinheiro. Muitas esposas jovens trabalham, ou participam em larga escala dos assuntos da comunidade, e a vida no lar obrigou a substituir os produtos formais de linho e bordado. As famílias nos EUA estão procurando produtos que dispensem o uso de em-

pregadas, pois estas são raras e dispendiosas. O resultado tem sido uma procura cada vez maior de confecções que se usam uma só ou poucas vezes. O bom gosto da mulher norte-americana é consciente, e suas preferências mudam rápida e regularmente. O mercado de roupas femininas tem-se aproveitado dos "não-tecidos", e mais de meio milhão de vestidos de papel foram vendidos em lojas de departamentos e pelo correio, nos últimos meses. O mercado está se ampliando para incluir artigos de uso limitado, tais como roupas de crianças, vestidos de formatura, vestidos de casamento, e até roupas de banho.

Não se espera uma expansão muito rápida, nem que esse tipo de produto seja usado com exclusividade, e uma penetração de 100 por cento não é considerada possível em hotéis e motéis em futuro próximo. Mas tais artigos deverão conseguir grande incremento nessas áreas, e seu uso deverá aumentar consideravelmente em residências, hospitais e na indústria, nos próximos anos.

Considerando tais fatores, o mercado em potencial para os artigos "não-tecidos" atualmente vai além de 1.000 milhões de dólares, embora apenas cinco por cento desse mercado estejam sendo utilizados. A expansão do uso de tais artigos, segundo se espera, será feita à razão de 20 por cento anuais, nos próximos cinco anos. (IPS).

N. da R.: E o que será do algodão, da lã, da seda e das várias fibras naturais? Aí fica a indagação, como advertência aos homens da agro-economia brasileira.

REFORMA AGRÁRIA

Entrevista do Presidente Flávio da Costa Britto, da C. N. A.

— Com respeito ao Ato Institucional n.º 9 e ao recente Decreto-Lei, ambos objetivando providências relacionadas com a Reforma Agrária, posso adiantar que a classe rural os recebeu com tranquilidade, pois ambos incluíram providências que a Confederação pleiteara para corrigir pontos de vista extremados de alguns elementos integrantes do Grupo Interministerial, incumbido do estudo do problema.

Ficou, assim, evidenciada a cautela com que a Presidência da República examina os projetos que lhe são apresentados, dando-lhes o indispensável tom de equilíbrio e prudência.

Com efeito, conforme tivemos oportunidade de ressaltar em nossas restrições a certas medidas propostas pelo Grupo, é indispensável não perder de vista tudo quanto as atividades agropecuárias já representam para a economia nacional, impondo-se respeitar o que já está feito e o que pode ser aperfeiçoado, em vez de pretender-se reabrir uma estaca zero.

Aliás, em matéria de atividades rurais, já hoje, no mundo todo, é pacífico que o verdadeiro problema é a produtividade, colocando-se a ampla distribuição de terras em plano até mesmo duvidoso quanto aos seus benefícios e receptividade pelos favorecidos.

Porém, não é a propósito disto que a imprensa solicita meu pronunciamento, nesta

oportunidade. Passo, pois, à análise dos atos a princípio referidos.

O AI-9 introduziu três modificações significativas no texto constitucional. A primeira eliminou a expressão "prévia", referindo-se à indenização do expropriado e a segunda qualificou a expressão "justa indenização", para acrescentar-lhe "fixada segundo critérios que a lei estabelecer".

Quanto à primeira, não me parece que tenha maiores efeitos práticos, já que o expropriado permanecia exposto à perda da posse desde o depósito preliminar. A cautela referia-se, pois, apenas à transferência do domínio. A modificação visou a facilitar a titulação dos beneficiários, já na posse, independentemente da conclusão do processo judicial.

Quanto à segunda alteração, deixando à lei ordinária definir critérios de fixação do justo valor, sem dúvida reduziu a margem de segurança. Porisso, certamente, o Presidente da República apressou-se em baixar, concomitantemente, o Decreto-Lei onde se considera justa a indenização baseada nos valores declarados pelo próprio interessado, abrindo-lhe prazo para rever, dentro de 80 dias, suas declarações cadastrais no IBRA.

Esta medida foi pleiteada pela CNA, atendendo a que, consoante critério aceito por essa autarquia, tais valores deveriam ser prudentes,

aqueém dos valores venais. Já agora, porém, a declaração valerá como uma verdadeira opção de venda.

É verdade que ficou reservado ao expropriante impugnar tais valores, quando os julgar exorbitantes, caso em que restará o arbitramento judicial, após o depósito prévio na base estimada pelo IBRA.

A terceira alteração constitucional substituiu a redação do § 5.º do artigo 157, revogando a exigência de a reforma agrária ser executada por um colegiado constituído por brasileiros de notável saber e idoneidade, nomeados pelo Presidente da República após a aprovação da escolha pelo Senado Federal. O novo texto apenas dispõe que é privativo do Presidente declarar as áreas prioritárias, podendo delegar os poderes para desapropriação.

Devo ressaltar que as situações de que estamos tratando somente se verificarão nas áreas consideradas prioritárias, tendo-se assentado, no Grupo Interministerial, que tais áreas não mais abrangerão grandes extensões e até mesmo Estados inteiros. Foi pensamento unânime que tais áreas serão limitadas aos diferentes projetos, aplicáveis a regiões que satisfaçam condições mínimas, características de tensão social e estrutura fundiária manifestamente condenável.

Finalmente, desejo louvar também, pela prudência e

elevado critério que presidiu a elaboração final dos textos, a proibição de aplicar-se a desapropriação excepcional de que se trata aos imóveis que, embora em área prioritária, preencham as condições de empresa rural. Estes ficarão sujeitos à regra geral das desapropriações, nos termos do artigo 150, § 22 da Constituição, isto é, mediante prévia e justa indenização em dinheiro.

Como se vê, não há motivo para preocupações de parte daqueles que, realmente, dedicam-se aos nobres labores da agricultura. Ameaçados somente podem sentir-se os latifundiários absenteístas, que conservam a terra para fins especulativos.

É o seguinte, na íntegra, o Ato Institucional n.º 9, ontem assinado:

"Considerando a motivação contida nos preâmbulos dos Atos Institucionais números 5 e 6, respectivamente de 13 de dezembro de 1968 e 1.º de fevereiro de 1969;

Considerando, ainda, que a reforma agrária, para a sua execução, reclama instrumentos hábeis que impliquem alterações de ordem constitucional, resolve editar o seguinte Ato Institucional:

"Art. 1.º — O Parágrafo 1.º, do Artigo 157 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 157 —

Parágrafo 1.º — Para os fins previstos neste Artigo, a União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de justa indenização, fixada segundo os critérios que a lei estabelecer, em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinquenta por cento do imposto territorial rural e como pagamento do preço de terras públicas.

Art. 2.º — É substituído o parágrafo 5.º do Artigo 157 da Constituição Federal pelo seguinte:

Parágrafo 5.º — O Presidente da República poderá

delegar as atribuições para a desapropriação de imóveis rurais, por interesse social, sendo-lhe privativa a declaração de zonas prioritárias.

Art. 3.º — Revoga-se o parágrafo 11 do Artigo 157 da Constituição Federal.

Art. 4.º — Este Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário".

COMO FAZER A REFORMA

O Decreto-Lei assinado juntamente com o AI-9 é do seguinte teor:

Art. 1.º — A união poderá promover a desapropriação, por interesse social, de imóveis rurais situados nas áreas declaradas prioritárias para fins de reforma agrária, nos termos do Artigo 157 da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pelo Ato Institucional n.º 9, de 25 de abril de 1969.

Parágrafo 1.º — A desapropriação a que se refere este artigo far-se-á por ato do Presidente da República, ou de outra autoridade a quem forem delegados poderes bastantes.

Parágrafo 2.º — O ato expropriatório deverá conter a descrição e demais características do imóvel.

Art. 2.º — Ainda quando situados nas áreas de que trata o Artigo 1.º, não serão objeto de desapropriação, na forma prevista neste decreto-lei, os imóveis que satisfizerem os requisitos para classificação como empresa rural, fixados na Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, e sua regulamentação.

Art. 3.º — Na desapropriação a que se refere o Artigo 1.º, considera-se justa indenização da propriedade:

I — o valor fixado por acordo entre o expropriante e o expropriado;

II — Na falta de acordo, o valor da propriedade, declarado pelo seu titular para fins de pagamento do imposto territorial rural, se aceito pelo expropriante; ou

III — O valor apurado em avaliação, levada a efeito pelo expropriante, quando este não aceitar o valor declarado pelo proprietário, na forma do inciso anterior, ou

quando inexistir essa declaração.

Parágrafo 1.º — Se entre a data da declaração a que se refere o inciso II e a do ato expropriatório houver decorrido mais de um ano, o valor da indenização será corrigido monetariamente, de acordo com os índices oficiais.

Parágrafo 2.º — Para a avaliação prevista no inciso III, que será precedida do cadastramento ex-officio, o expropriante basear-se-á no efetivo rendimento econômico do imóvel, verificado no ano agrícola imediatamente anterior.

Parágrafo 3.º — Dentro do prazo de cento e oitenta dias, contados da data da publicação deste decreto-lei, os proprietários de imóveis rurais poderão apresentar, mediante justificação, nova declaração do respectivo valor, em substituição à anteriormente formulada para efeito de pagamento do imposto territorial rural.

Art. 4.º — Não havendo acordo, o expropriante depositará, em banco oficial, o valor da indenização fixado nos termos do Artigo 3.º e seus parágrafos.

Parágrafo Único — O valor da terra nua será depositado em títulos especiais da dívida pública, e o das benfeitorias, em moeda corrente do País.

Art. 5.º — A ação da desapropriação será proposta perante o juiz federal do Distrito Federal, do Estado ou do Território onde estiver situado o imóvel.

Art. 6.º — Na petição inicial, o expropriante, juntando um exemplar da publicação, em órgão oficial, do ato de desapropriação, bem como o recibo bancário do depósito feito nos termos do Artigo 4.º e seu Parágrafo Único, requererá seja o depósito convertido em pagamento do preço e ordenadas em seu favor, a imissão na posse do bem e a respectiva transcrição no Registro de Imóveis.

Art. 7.º — De plano, ou no prazo máximo de quarenta e oito horas, o juiz deferirá a inicial, declarando efetuado o pagamento do preço e determinando a expedição, dentro de vinte e quatro horas, dos competentes man-

dados, em nome do expropriante.

Parágrafo Único — A transcrição da propriedade no Registro de Imóveis far-se-á no prazo improrrogável de três dias, contados da data da apresentação do mandado.

Art. 8.º — Certificado nos autos o cumprimento dos mandados de que trata o Artigo anterior, o juiz ordenará a citação do expropriado para responder aos termos da ação.

Art. 9.º — A contestação só poderá versar sobre o valor depositado pelo expropriante ou sobre vício do processo judicial.

Art. 10 — Contestada a ação, a causa seguirá o rito ordinário.

Art. 11 — Na revisão do valor da indenização deverá ser respeitado, em qualquer caso, como limite máximo, o valor declarado pelo proprietário, para efeito de pagamento do imposto territorial rural, e eventualmente reajustado nos termos do parágrafo 3.º do Artigo 3.º.

Art. 12 — Aplica-se às desapropriações por interesse social, de que trata este Decreto-Lei, o disposto, relativamente às desapropriações por utilidade pública, no Artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 13 — O depósito, que se haverá como feito à disposição do juiz da ação de desapropriação, será levantado mediante prova da propriedade, da quitação de dívidas que recaiam sobre o bem expropriado, e das multas delas decorrentes, e depois de publicados editais, na capital do Estado e na sede da comarca da situação do bem, com o prazo de trinta dias, para conhecimento de terceiros.

Parágrafo único — Havendo dúvida fundada sobre o domínio, o preço ficará em depósito, ressalvada aos interessados a ação própria para disputá-lo.

Art. 14 — Os bens expropriados, uma vez transcritos em nome do expropriante, não poderão ser objeto de reivindicação, ainda que fundada na nulidade da desapropriação.

A LAVOURA



- Plantas Cítricas de Clones Novos (Nucleares).
- Limoeiro Tahiti — (Linhagem "Pe-ruano").
- Nogueira Pecan — (A noz americana).
- Abacateiros — Coleção de 6 variedades.
- Mangueiras — Finas variedades.

Grande sortimento de outras plantas frutíferas e ornamentais

Folhetos GRÁTIS

DIERBERGER AGRÍCOLA S/A.

Fazenda Citra — Cx. Postal 48 — Limeira —
Est. de São Paulo

COMITÉ 4-S

Os programas educativos do Comitê Nacional de Clubes 4-S, entidade de apoio e incentivo à juventude rural, receberam novo suporte, através de um Acôrdio de Patrocínio assinado com a IBM do Brasil S/A, para o corrente ano. O CNC4-S considera que tais contribuições de empresas privadas constituem o "aceleramento do desenvolvimento social, educacional e econômico do meio rural, e sua integração no complexo de desenvolvimento do País."

O suporte concedido pelo IBM será aplicado no Fundo Nacional de Bolsas de Estu-

do, para a educação formal de sócios de Clubes 4-S, e no Congresso Interamericano de Clubes Juvenis Rurais, realizado anualmente em um país da América Latina selecionado pelo promotor do conclave, o Programa Interamericano para a Juventude Rural. Dêsse encontro participam sócios de Clubes, líderes e técnicos dos países congressistas. Parte da contribuição da IBM será, ainda, destinada às despesas administrativas do CNC4-S, que engloba gastos com a manutenção dos escritórios e dos funcionários.

Parágrafo único — Qualquer ação, julgada procedente, resolver-se-á em perdas e danos.

Art. 15 — O juiz que descumprir os prazos estabelecidos neste Decreto-Lei incorrerá na sanção prevista no Artigo 24 do Código de Processo Civil, aplicada mediante representação de uma das partes ao Conselho da Justiça Federal.

Parágrafo único — Tratando-se de serventuário da justiça, ou de oficial do Registro de Imóveis, ficará êle sujeito a multa igual a dois terços do maior salário-mínimo do País, por dia de retardamento.

Art. 16 — O presente Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RECORDAÇÕES DE UM CENTENÁRIO

de Antônio Guedes Tavares, dedicado ao seu distinto amigo sr. Luiz Marques Poliano, Secretário-Geral da SOCIEDADE NACIONAL DA AGRICULTURA.

Lavrador, com 25 anos de idade, recebi, na Prefeitura de Caçapava, as credenciais para representar o Município no 3.º Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária, no Rio de Janeiro, nas Festas de Homenagem ao 1.º Centenário da Independência do Brasil, onde defendi a tese "Pelo Norte Paulista", que foi plenamente aprovada.

Era o eminente estadista Dr. Miguel Calmon Du Pin e Almeida, — de quem tenho uma carta e a sua fotografia com dedicatória — o Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, e Presidente da Subcomissão dos Congressos do Centenário; o Dr. Ildefonso Simões Lopes, Presidente de Honra desse 3.º Congresso, e o Dr. Augusto Ramos, Presidente efetivo, Congresso promovido pela dita Sociedade Nacional de Agricultura, sob os auspícios do Ministério da Agricultura e da Comissão Executiva da Exposição Nacional, com a orientação de técnicos de reconhecido valor científico, como o Dr. Gonçalves Junior, o Dr. Victor Leivas, — que assinou o meu "Cartão de Congressista" — fazendo parte personalidades de destaque nos meios políticos, comerciais, industriais e agrários.

Para representar Sua Excelência o Senhor Dr. Epitácio Pessoa, Presidente da República, que, pouco antes, tinha ido presidir a reunião com banquete oferecido aos Embaixadores Especiais enviados do estrangeiro, inclusive o General Dr. Eduardo Costa, Chefe do Estado Maior

do Exército do Uruguai, para assistirem às festas programadas, e que, por isso, não pôde estar presente no momento solene da sessão inaugural do mencionado 3.º Congresso, compareceu o ilustre engenheiro Dr. Pires do Rio, Ministro da Viação e Interino da Agricultura, que, em brilhante oração, declarou abertos os trabalhos, dando a palavra ao Dr. Miguel Calmon para, em belíssimo improviso, expor os fins do importante certame. Em seguida, falou o sr. Carlos Jordão, representante da Associação Comercial do Rio de Janeiro, demonstrando o valor do comércio como principal veículo da produção agrícola. Falou, depois, pela Comissão Promotora dos Congressos, o Dr. Lemos de Brito que declarou, entre outros pontos de relêvo: "Nenhuma classe melhor do que a agricultura e a pecuária, poderá falar em nome do Brasil. Nenhuma outra falará com a mesma autoridade. Não é só o movimento da nossa grandeza econômica, o que lhe devemos nós; a própria emancipação política, é a sua obra, porque foi seu labor indefesso na colônia, que nos fez prósperos e fortes, e foi na consciência dessa pujança que se debuxou, cresceu e se expandiu o ideal nativista dos nossos avós."

Como delegado do Governo do Estado de São Paulo, o Dr. Paulo de Moraes Barros, Presidente da Sociedade Rural Brasileira, e ex-Secretário de Agricultura desse mesmo Estado, discorreu longamente

sobre o aproveitamento e re-plantação das florestas e fibras, a necessidade da irrigação no nordeste, a utilização do álcool como combustível, a forma de preparar os couros para a exportação, o cultivo da vinha no Rio Grande do Sul e a sua influência na diminuição da compra de vinhos estrangeiros, a redução de fretes nas vias férreas, o crédito agrícola, a eletrificação das usinas de açúcar, o tratamento da medicina veterinária e muitos outros problemas de interesse agrário e financeiro.

Em nome da Sociedade Nacional de Agricultura falou, finalmente, o Dr. Augusto Ramos, enumerando tudo o que o Governo tinha feito para o desenvolvimento dos centros produtores do País, e salientando importantes considerações relativas aos notáveis progressos da lavoura, discurso que causou excelente impressão. E, agradecendo aos altos dirigentes da Nação os auxílios que prestaram para a realização do citado 3.º Congresso, concluiu, dizendo: "Aos ilustres representantes dos Estados, dos Municípios, de associações rurais e de lavradores que nos vieram trazer as suas valiosas contribuições, a nossa profunda e eterna gratidão."

Salve! a agricultura nacional na sociedade,

Salve! a Sociedade Nacional de Agricultura!

Da côrte imperial chinêsa, há cinco mil anos passados, o arroz passou a figurar nas mesas de quase tôdas as nações do mundo. Os Estados Unidos, atualmente, consomem tipos insípidos, atendendo "conveniências".

AS EXCELÊNCIAS DO ARROZ

Em Roma o arroz é denominado *risotto*. Em Madri, *paella*. No Cairo faz-se dêle o *pilaf*. Porém, em qualquer parte dos Estados Unidos é arroz mesmo.

Dos antigos campos asiáticos, o arroz foi-se integrando, durante séculos, nos cardápios de quase todos os países do mundo.

O cidadão americano consome atualmente, em média, 7,3 libras-pêso de arroz por ano — justamente como o fazia no ano de 1909. Durante todos êsses anos passados seu apetite diminuiu durante algum tempo, até que em 1956 êle absorvia apenas 5,6 libras-pêso.

Pode ser mera coincidência, porém o apetite das classes menos favorecidas do povo americano começou a despertar para o arroz, ao mesmo tempo que os tipos "convenientes" daquele cereal começaram a aparecer nas prateleiras das mercearias.

Antes de chegar ao atual processo de empacotamento do arroz, houve uma longa história de um dos alimentos mais versáteis da humanidade.

Essa planta é nativa nos deltas dos rios asiáticos — o Yangtze, o Ganges, e o Tigre e o Eufrates.

Há cinco mil anos atrás, na China, o cerimonial completo para o plantio do arroz era reservado somente ao imperador. Hoje em dia, sua cultura se estende pelo mundo inteiro, desde os campos aplainados do Oriente, onde o plantio é feito a mão, às fazendas modernas, altamente mecanizadas, dos Estados Unidos.

O arroz demorou algum tempo a chegar no Nôvo



Plantio de arroz da Colônia Agrícola de Itaborá — Goiás

Mundo. Dizem os historiadores que êle foi introduzido acidentalmente, no último quartel do século XVII, quando um navio estrangeiro, carregado do cereal, perdeu a rota e aproou nas praias coloniais da Carolina do Sul.

Mais tarde, no Século Dezenove, seu cultivo se espalhou da Carolina do Sul até a Luisiana e o Texas e, daí até Arkansas e o Mississipi. Desde essa época, a Califórnia tornou-se o maior produtor de arroz do país.

Espalhadas pelo mundo, existem, pelo menos 7.000 variedades conhecidas de arroz. Felizmente para o consumidor americano, não terá êle que enfrentar uma escolha tão variada, para a sua aquisição.

Aqui neste país, há apenas umas poucas variedades. Muitas delas são naturais, ou híbridas-controladas, selecionadas de acôrdo com sua adaptabilidade ao nosso solo e clima.

O arroz branco, pilado, usado por nossas avós, ainda existe em boa quantidade, e é preferido por muitos consumidores. Êsse tipo provém de três variedades.

O arroz agulha é de grão longo, cujo comprimento é de três ou quatro vezes a largura. Fica perfeitamente sêco e macio quando preparado. Os grãos são tenros e geralmente permanecem separados após o cozimento. Essas propriedades fazem daquele tipo de arroz um prato ideal.

Os grãos de variedades mé-

Tributação da Atividade Rural de Pessoa Física

Para conhecimento da classe, transcrevemos mais abaixo dispositivos do Decreto-lei n.º 401, de 30 de dezembro último, que trata do regime da tributação dos rendimentos das atividades rurais, modificando fundamentalmente a situação até agora vigente.

Esse sistema deverá entrar em vigor a partir das declarações do imposto de renda de 1971, o que vale dizer que, salvo opção pela renda presumida, elevada para 5% sobre a renda bruta, a lei exigirá a organização de contabilidade na atividade individual do agricultor e criador.

Em circular às suas filiadas, a Confederação Nacional da Agricultura está pedindo sugestões, sobretudo no que se refere à exequibilidade do novo sistema, dado o seu custo e a notória carência de profissionais de contabilidade no país.

Daqui, reforçamos o pedido da CNA com a divulgação do texto legal, que é o seguinte:

DECRETO-LEI N.º 401 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1968.

Art. 14. A partir do exercício de 1971, ano-base de 1970, os rendimentos decorrentes da exploração por pessoas físicas, das atividades rurais enumeradas no artigo 9.º do Decreto-lei número 5.844, de 23 de setembro de 1943, inclusive as componentes de parcerias rurais contratadas por escrito, ficarão sujeitas ao imposto de renda de acordo com o disposto neste artigo.

§ 1.º — O exercício das atividades referidas neste artigo, por pessoas físicas é

considerado empresa individual, cujo rendimento anual será apurado com base em escrituração regular de receita e despesas relativas à exploração.

§ 2.º — O rendimento apurado em cada ano ficará sujeito ao imposto de renda à alíquota de 10% (dez por cento), como lucro da empresa individual. Só quando distribuído ao titular da empresa, o lucro será incluído na cédula G de sua declaração de rendimentos de pessoas físicas, no exercício a que corresponder.

§ 3.º — As pessoas físicas que explorarem as atividades mencionadas neste artigo poderão optar pela inclusão do rendimento na cédula G de sua declaração de rendimentos, dispensada a declaração de empresa individual.

§ 4.º — Na hipótese do parágrafo anterior, o rendimento a ser incluído na cédula G será equivalente a 5% da receita bruta, especificada esta em anexo à declaração.

dias e pequenas são sujeitos a empapar quando cozidos, tornando-os facilmente empregados como matéria-prima de pudins, panquecas e broas quentes.

Há pouco mais de 10 anos foi introduzido no mercado o arroz pré-cozido, ou conversível. Nesse caso o arroz é tratado por um processo especial de pressão-vapor antes de ser moído. As vitaminas naturais e os sais minerais contidos na cutícula são incorporados ao mesocarpo

(massa do grão). O processo também faz com que os grãos se mantenham firmes e separados durante o cozimento. Ao contrário do arroz pilado, que aumenta três vezes o seu volume durante o processo de cocção, o arroz pré-cozido aumenta quase quatro vezes.

Possivelmente, o arroz mais fácil de ser preparado é o pré-cozido, o qual na realidade, não precisa, absolutamente, de ser cozido. Necessita apenas ser aquecido em água

fervente, de onde sai com o seu volume dobrado.

O arroz escuro é a qualidade mais nutritiva que existe, uma vez que, no beneficiamento, é apenas removida a casca. O arroz assim contém vitaminas do complexo B, bem como sais minerais. (13).

(Traduzido de "The Farm Intense", do U. S. Dept. of Agriculture, março 1968).

maio/1968

§ 5.º — O Ministro da Fazenda fixará o limite da receita bruta anual a que se refere o § 4.º deste artigo.

§ 6.º — O regime deste artigo aplica-se também à exploração das atividades citadas em terras arrendadas.

§ 7.º — Nos exercícios de 1969 a 1970, o rendimento das atividades a que se refere este artigo será apurado e tributado de acordo com as normas legais em vigor.

§ 8.º — O contribuinte obrigado à escrituração e que não a tiver ou que não a mantiver em ordem, ficará sujeito ao arbitramento, pela autoridade competente, de seu lucro tributável, aplicando-se, para esse efeito, no que couber, as normas legais que regem o arbitramento das pessoas jurídicas em geral.

§ 9.º — As empresas individuais que declararem seus rendimentos conforme apurados em escrituração regular poderão compensar os prejuízos ocorridos num exercício com os lucros obtidos com a mesma atividade nos exercícios subsequentes.

§ 10.º — O Ministro da Fazenda expedirá as normas para a escrituração das empresas individuais a que se refere este artigo.

Art. 15. Até 30 de junho de 1969, as pessoas jurídicas poderão atualizar além dos limites de correção monetária o valor dos terrenos e construções constantes do seu ativo imobilizado, desde que recolham, tão-somente, imposto na fonte de 15% (quinze por cento) sobre a reavaliação adicional assim efetuada, o qual poderá ser pago, parceladamente, a requerimento do interessado, nos termos das normas em vigor.

§ 1.º — O imposto a que se refere este artigo não será cobrado se a empresa optar pela compra em dobro do seu valor, de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, intransferíveis por cinco anos, a serem adquiridas no mesmo número de parcelas.

§ 2.º — O valor da reavaliação deverá ser levado à conta do capital da empresa, que não poderá ser reduzido antes do prazo de cinco anos.

§ 3.º — No caso de alienação de imóvel objeto da reavaliação de que trata este artigo, eventuais prejuízos não serão dedutíveis de lucro tributável.

Art. 16. A despesa operacional relativa à remuneração dos sócios, diretores ou administradores de sociedades comerciais ou civis, de qualquer espécie, assim como a dos titulares das empresas individuais, não poderá exceder, para cada beneficiado, até o limite colegial de 7 (sete), a 5 (cinco) vezes o valor fixado como mínimo

de isenção na tabela de desconto do imposto na fonte sobre rendimentos do trabalho assalariado.

§ 1.º — A dedução das remunerações pagas na forma deste artigo em cada ano-base não poderá ser superior a 30% (trinta por cento) do lucro tributável antes de feita a dedução dessas mesmas remunerações.

§ 2.º — Em qualquer hipótese, mesmo no caso de prejuízo, será sempre admitida para cada um dos sócios, diretores ou administradores, retirada mensal igual ao valor do limite mínimo de isenção para efeito do desconto na fonte de rendimentos do trabalho assalariado.

AGRICULTURA NA GUANABARA

Calendário para Julho e Agosto

OLERÍCOLAS

Julho — Continuam os plantios de foliáceas, cenoura, nabo e rabanete, e inicia-se o do pepino e do melão.

Agosto — Neste mês inicia-se o semeio em local definitivo de abóbora, maxixe, melancia, pepino e quiabo. Semeia-se em canteiros de sementeira, beringela, jiló, pimentão, plantando-se ainda batata doce e aipim.

FRUTÍCOLAS

Julho — Continuam os trabalhos iniciados no mês anterior, poda e adu-

bação. Inicia-se a colheita de laranjas tardias (pêra, valência e natal) e termina a colheita do caqui.

Agosto — Início da brotação e floração das árvores frutícolas, tais como: mangueiras, abacateiros, cajueiros, laranjeiras etc. É boa época para a formação de novos pomares com o transplante de mudas.

Inicia-se o plantio da melancia e melão e termina a colheita das laranjas precoces, tais como: lima, baianinha e seleta.

CULTURA DOS CITRUS

A citricultura já teve grande desenvolvimento em nosso Estado, representando ainda a laranjeira, a fruteira que ocupa a maior área cultivada. Hoje, os objetivos são o da produção de laranjas, para o consumo interno, escolhendo-se variedades seletas, para a mesa, ao lado das tangerinas e dos limões.

Variedades — Dentre as laranjas, recomendamos o plantio de variedades precoces, isto é, de maturação mais cedo (março-maio) e tardias. Das variedades precoces indicamos: Hamlin, Baianinha e a Lima. Das variedades tardias indicamos: Pêra, Valência, Natal e Seleta.

Dentre as tangerinas, dificilmente outra variedade, em nossas condições poderá concorrer com a tangerina Rio, no entanto, mais tardia que a Rio e que apresenta boas características de fruto, é a tangerina Dancy.

Dos limões, as variedades mais recomendáveis são o limão Rio (casca fina) e o limão Tahiti, este sem sementes e com frutos bem maiores que o casca fina.

Solo — As plantas cítricas são pouco exigentes em solo, adaptando-se a qualquer tipo. Se tivéssemos que indicar um tipo de solo diríamos que elas dão preferência a um solo sílico-argiloso, de boa profundidade, e bem provido de elementos nutritivos.

As condições físicas do solo são mais importantes que as químicas, assim, terrenos pouco profundos e com subsolo impermeável não devem ser escolhidos, pelas despesas que obrigariam, a fim de manter em boas condições a cultura.

Eng.º Agr.º
Almiro Gonçalves
de Castro

Mudas — É da maior importância para o agricultor, conhecer uma boa muda ou enxerto, pois dela dependerá o sucesso ou fracasso do seu pomar.

Uma muda bem formada apresenta-se com haste reta, sem curvas, tendo 60 a 65 cm de altura, terminando por 3 a 4 galhos que saem dos últimos 15 cm de haste. O seu sistema radicular deve ter uma única raiz pivotante (pião), reta e longa, provida de abundantes raízes secundárias e radiculas. A grossura da muda, na altura do ponto de enxertia deve ser de 2 cm.

Para se obter uma muda nessas condições, são necessárias de 2 a 2 1/2 anos, a partir da sementeira.

Se o lavrador preferir fazer êle próprio suas mudas, ao invés de adquiri-las de viveiristas tradicionais, deve antes se instruir sobre o tipo de cavalo mais conveniente, bem como da obtenção de borbulhas, que deverão ser retiradas de plantas isentas de viroses (doenças que são transmitidas pela enxertia) nos Postos Agrícolas e Serviço de Horticultura do Estado.

A muda poderá ser planta-

da de raiz nua ou com torrão; no primeiro caso, as raízes mais grossas devem ser podadas, retirando-se suas extremidades, bem como todas aquelas que se apresentarem defeituosas, no caso do plantio com torrão, evitar seu rompimento a fim de não danificar as raízes finas.

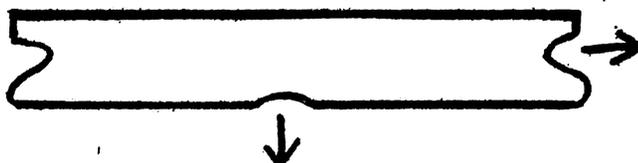
Preparo do Solo — A ração profunda, feita com bastante antecedência e se possível com duas arações, gradeações de modo que o terreno fique bem pulverizado.

Marcação e abertura de covas — Marcar as covas em linha de nível, espaçadas de 5 x 5 m em solos pobres ou 6 x 6 em solos férteis. As covas deverão ter 60 x 60 x 60 cm, enchendo-as com terra da superfície, enriquecida com a seguinte adubação:

Farinha de ossos — 500 gr
Cloreto de potássio — 50 "
Salitre do Chile — 30 "

Plantio — Com auxílio de uma tábua de plantar, que consiste em uma peça de madeira com 2 cm de espessura, 15 cm de largura e 1,20 cm de comprimento, tendo três cavidades, uma em cada extremidade e uma central. As duas extremidades serão as guias da tábua e a central será colocada na estaca de alinhamento do pomar. Abertas as covas sem retirar as estacas guias, recoloca-se a tábua de plantio sendo a muda alinhada pela cavidade central da tábua.

Estaca guia



estaca do alinhamento

O plantio deverá ser efetuado nos meses de junho a novembro, com a disposição triangular ou quadrangular, irrigando-se as mudas até sua pega.

Tratos culturais — Durante a formação do laranjal pode e deve o lavrador efetuar plantios intercalares com plantas hortícolas, que devem ser adubadas convenientemente.

As mudas cítricas devem receber uma vigilância constante, a fim de que não sejam atacadas por pulgões ou outras pragas que atrasam sua formação, bem como a retirada da brotação que surja na haste, abaixo da formação da copa.

Formado o pomar, não se deve fazer mais culturas intercalares, recebendo capinas na época seca e roçadas no verão com coroamento das árvores, bem como, os tratamentos fito-sanitários indispensáveis e adubações anuais.

Adubação — A partir do 2.º ano deverá o pomar receber uma adubação química, de acordo com o que a análise do solo determinar.

Recomenda-se que para cada caixa de laranja produzida, deverá o pomar receber anualmente, a fim de repor ao solo o que lhe foi retirado, os seguintes adubos:

1000	gramas de nitrocálcio
350	" de fosforita de Olinda
160	" de cloreto de potássio

Adubos esses que serão aplicados em cobertura, sendo que o nitrocálcio deverá ser parcelado em quatro aplicações, a primeira junto com os demais adubos, em março, ou abril e as outras três em: agosto, novembro e fevereiro.

Nos terrenos com elevada acidez, pH entre 4,0 e 5,5, deverá ser efetuada uma calagem usando-se calcário dolomítico até que o pH se eleve ao índice 6,0. Deficiências de elementos menores (zinco, manganês, ferro, etc) poderão ser corrigidas com adubações foliares, utilizando-se adubos existentes no comércio.

A LAVOURA

Poda — Essa operação deve se limitar à retirada de galhos secos ou de brotação que surja do cavalo. Qualquer redução de galhos da copa ocasiona diminuição da produção.

Irrigação — Quando possível é uma prática da maior importância, concorrendo para a precocidade na florada, e na maturação, o que possibilita melhores preços da fruta que sai primeiro que a safra.

Colheita — As plantas cítricas, atingem a fase de produção no 4.º ano. A colheita deve ser feita com cuidado, utilizando tesoura de colheita, evitando deixar que a fruta caia no chão.

As frutas não devem ser jogadas, o seu manuseio deve merecer toda a atenção do lavrador, que receberá em troca melhores preços pelas suas frutas.

O rendimento dos citrus varia conforme a idade da árvore e as condições culturais do pomar, de 1/2 caixa a 5 caixas pequenas, por árvore.

— (Chefe do Serviço de Horticultura do DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, da SECRETARIA DE ECONOMIA do ESTADO DA GUANABARA — BOLETIM TÉCNICO N.º 1 — MAIO/1968.)

INCENTIVOS EM ÁREA RURAL

Portaria baixada pelo Superintendente da Sudene, General Tácito de Oliveira, prevê que os recursos provenientes dos incentivos fiscais para o Nordeste que não tiveram sua aplicação indicada pelos depositantes, serão destinados, prioritariamente, para a execução de projetos agropecuários na região.

Foi iniciada, também, uma campanha para aumentar

as deduções do imposto de renda em favor do Nordeste, com a expedição de cinco mil cartas aos principais empresários do país, onde se explica que 78 mil pessoas jurídicas já deduziram NCr\$ 1 bilhão para aplicar na região e solicitando-lhes que participem de um dos 680 projetos já aprovados pela Sudene. Acompanha as cartas amplo material explicativo sobre o desenvolvimento da região.

PLANO DA SAFRA CAFEEIRA

O Plano da safra cafeeira para 69-70, já em fase final de discussão, prevê a adoção do registro móvel e da taxa cambial acompanhando a posição dos preços internos, segundo revelou fonte governamental. Os produtores exigem 90 cruzeiros novos por saca, sendo que "talvez seja atendida parte das reivindicações dos produtores. Estão sendo examinadas também com atenção as reivindicações dos exportadores".

Os países-membros do Acordo Internacional do Café deverão chegar a um acordo para a redução das quotas de todos os países produtores, inclusive o Brasil, para evitar que o atual critério de seletividade prejudique os produtores de "robusta" e "arábicas sua-

ves", face a agressividade do Brasil no mercado internacional. Julgam esses países que a redução do preço desses tipos forçará também a baixa do preço do café brasileiro, prejudicando a todos os produtores.

As quotas de exportação dos produtores de café da categoria "outros arábicos suaves" foram reduzidas definitivamente em três por cento, automaticamente, pelo órgão executivo da OIC. Em consequência, 291 mil sacas de café procedentes principalmente da América Central ficam assim retiradas do mercado. Com as 347 mil sacas da variedade robusta afetados já pela seletividade, um total de 638 mil sacas desaparecem do mercado, pelo resto do ano cafeeiro.

Prós e Contras

Eng. Agr. LUIZ GUIMARÃES JUNIOR

É sabido que alguns insetos e outras formas vivas afins, constituem destacado e tremendo problema do nosso homem do campo e, diga-se de passagem, de toda a humanidade.

Sirvo-me, porém, para iniciar o assunto, dos profundos e universais conceitos de dois grandes entomólogos norte-americanos, Metcalf e Flint:

“A guerra entre o homem e os insetos teve início muito antes dos pródromos da civilização; vem prosseguindo, sem cessar, até os tempos atuais e continuará por certo, enquanto a humanidade existir. E a razão disso é que, tanto o homem quanto certas espécies de insetos vivem em constante anseio pelas mesmas coisas, ao mesmo tempo.

A intensidade dessa luta é oriunda da importância vital, para ambos, do objeto pretendido, e, o constante entrechoque resulta da situação de igualdade em que se firmaram os contendores. Nós geralmente nos supomos os senhores e conquistadores da Natureza, porém, os insetos já vêm dominando o mundo, em toda a plenitude, muito antes de qualquer tentativa do homem. Obtiveram eles, por conseguinte, toda a vantagem dessa posse antecipada até o início da contenda, e vêm disputando conosco, palmo a palmo, o terreno já conquistado com tanta persistência e sucesso, que mal nos podemos vangloriar de algumas pequenas vantagens sobre eles. Em certos casos tem havido tréguas, acórdos tácitos ou até mesmo sociedades, com vantagem para ambas as partes (é o caso das abelhas e do bicho da seda, por exemplo), porém,

tôda vez que os interesses se chocam, a luta prossegue e nenhum dos litigantes poderá reivindicar para si a vitória final”.

Ninguém, homem nenhum, talvez, seria capaz de afirmar que ainda não foi vítima de qualquer prejuízo ou foi afetado, de qualquer maneira, por insetos. Esses terríveis bichinhos fazem de nós, quase sempre, o que bem entendem, sobretudo se não nos precavemos da melhor maneira possível, contra seus ataques. Se decidem devorar nossas plantações, eles o fazem com rapidez e insidiosamente; se pretendem chupar o sangue de nossos animais domésticos; bois, cavalos, galinhas e o nosso próprio sangue, chupam-no à vontade, sob as nossas vistas, às vêzes; estragam cereais e grãos em nossos depósitos; devoram nossos alimentos nas despensas e até em nossas próprias mesas; perturbam o nosso sono; transmitem-nos moléstias terríveis, enfim, trazem-nos em constantes preocupações, em guerra surda e interminável.

Felizmente para nós, os insetos também movem terrível guerra entre si. E pobre da humanidade se isto não acontecesse, porque eles se reproduzem e se multiplicam quase sempre de maneira prodigiosa, aos milhares, aos milhões. Alguns há que se dão ao capricho de formar novas gerações em três a quatro dias, desde o momento da postura do ovo até a saída ao eclosão das formas jovens, ou filhotes. Ora, o que seria de nós se eles mesmos não se entredevorasses com pleno êxito?

Responde um biólogo que a humanidade seguramente

não sobreviveria por mais de seis anos.

O combate aos insetos e outras pragas afins tem sido tão intenso e tem exigido tanto dinheiro e tanto elemento humano, em alguns países, que qualquer pessoa que não esteja a par do assunto ficaria, por certo, estarecida e talvez até nem acreditasse. E a intensidade do combate a essas pragas, ousou dizer, está na razão direta do grau de civilização de cada povo.

Nas múltiplas formas de atividades dos insetos, quero destacar algumas, ou porque sejam mais comuns, ou porque afetam mais seriamente os nossos interesses. Para conhecimento geral daqueles que ainda não tiveram oportunidade de verificá-las, diremos apenas que eles, dados os seus hábitos de vida, podem comer as folhas das plantas; devoram as raízes, fazem galerias nos troncos ou em outras partes do vegetal; sugam a seiva; servem de vetores ou transmissores de doenças várias; formam “galhas” ou excrescências nas plantas (aliás, é este talvez um dos casos mais extraordinários da Biologia no tocante à profunda influência de um organismo sobre o outro); os insetos incomodam com seu zão-zão ou seu zumbido, com seu cheiro nauseante, seu mau gosto, sua insistência em pousar na pele, com sua própria presença repelente; ferem-nos com suas picadas, enojam-nos com seus dejetos... e mais.

Para conseguirem toda essa série de ataques eles adotam vários e ardilosos estratagemas. Por exemplo: um dos casos interessantes e já bem conhecidos é o que se

refere à proteção dispensada por algumas formigas a certas formas nocivas de afídeos e percevejos. Em troca de algumas gotinhas açucaradas, segregadas pelos afídeos (ou piolhos das plantas), elas, as formigas, dispensam-lhes proteção carinhosa, imprescindível à vida daqueles humildes animalinhos. Carregam-nos como o fazem as mães mais extremosas. Cuidam de sua alimentação e até de seus hábitos de higiene. Levam-nos aonde se encontram os seus mais apreciados acepipes, isto é, às nossas plantas cultivadas, especialmente o milho e as frutas cítricas. Já ouvi, de um cientista brasileiro, que essas formigas cuidam de seus protegidos como um bom estancieiro de suas vacas leiteiras; fazem currais liliputianos para onde conduzem as vaquinhas (no caso os afídeos) e ali tiram o seu leite açucarado, o que, aliás, deve ser um ótimo quitute para elas, está claro.

Quem não conhece também as estruturas variadas, como as casas dos termitas — os terríveis cupinzeiros — que já têm inutilizado grandes áreas de terras agricultáveis? Eu mesmo já vi, e com tristeza, a perda total de extensa zona paulista onde se encontrava, praticamente, em cada dois metros quadrados, no máximo, um cupinzeiro. E os terríveis exércitos de formigas saúvas que deixam atrás de si terra devastada — verdadeira calamidade pública e que constituem um dos mais sérios problemas da economia rural brasileira?

Os surtos de gafanhotos, como há tempos se verificou no sul do país e recentemente em outras regiões, têm sido também na América do Norte, no Japão e em outros países, verdadeiras pragas do Egito. Arrasam tudo. E exigem gastos enormes no seu combate. Mas, não precisamos ir tão longe, na Europa ou na Ásia. Quem, como eu, estava acostumado, desde longa data, a saborear com grande proveito alimentar, as deliciosas e, inigualáveis laranjas do antigo Distrito Federal e do Estado do Rio, forçosamente há de estar sorumbático, senão revoltado mesmo, com a interferência indébita (houve outros fatô-

res também) e inamistosa da môsca do Mediterrâneo. Tirou-nos, inapelavelmente, o mel da bôca. As laranjas de hoje, na Guanabara e adjacências, são geralmente ruins e caras!

Estêve, há anos passados, em debate público, o grave problema do estefanoderis, isto é, da broca do café. Uns argumentavam, com sobejas razões técnicas, que a eficiência do combate estaria na aplicação das famosas vespas de Uganda, ao passo que outros preconizavam apenas o *repassé* e limpeza dos cafêzais. Enquanto isto, a praga continuava a arrasarr culturas e mais culturas, causando prejuízos tremendos à economia pública e particular.

Há tôda uma série de coisas e fatos com que os insetos nos castigam e nos prejudicam... Seria um nunca acabar!

Entretanto, se tôda medalha tem duas faces e se as coisas, por piores que sejam, podem ter alguma utilidade, não seria justo que deixássemos aqui, de fazer alusão ao lado útil dos insetos. Abstrair-nos-emos, porém, dos casos das abelhas e do bicho da sêda por serem demasiadamente conhecidos, e cuja utilidade e volume de produção (o mel, a cêra, a sêda) já de longa data fazem parte da economia universal e das necessidades humanas. Falaremos resumidamente de alguns outros.

Há insetos que produzem tintas indelêveis e inimitáveis; outros, como a célebre cochonilha que se transforma em laca, produto de alto consumo; alguns produzem ou servem de medicamento (cantaridas e outros), outros ainda se constituem em alimentos. Na própria Bíblia há passagens a respeito de indivíduos que se alimentam de gafanhotos e outros insetos. Mas não precisamos ir até no Livro Santo. Aqui mesmo no Brasil, em vários Estados, muitas pessoas, sobretudo crianças, que na época do vôo das tanajuras se põem a persegui-las, não com o intuito mais nobre de evitar que essas terríveis funcionárias de setembro e outubro dêem início, cada uma, a um novo formigueiro, mas, para transformá-las em substancial acepipe nas chapas dos

fogões! Retiram, para comer, a parte posterior do inseto — a ovoteca — diriam os neologistas. E apregoam seu magnífico sabor!

Alguém já disse (se não me engano Tilliard) que as libélulas "são o fator decisivo na manutenção do equilíbrio da vida insetífera das lagoas, rios, lagos e cercanias". Apesar de serem chamados pelo povo, de *cavalo-de-judeu*, *cavalo-do-cão* ou *do diabo*, *feiticeira*, *come-cobra* e outros nomes que tais, as pobrezinhas não fazem feitiço, não se alimentam de cobras, não picam, não ferroam e nada têm com o Diabo! Pelo contrário, são boas amigas do homem. Limpam as águas de miasmas e imundícies.

As formigas, as abelhas e outros insetos de vida social, têm servido de exemplo extraordinário para as sociedades humanas e de motivo a belas e instrutivas páginas literárias. São paradigmas da divisão do trabalho e de graves princípios de economia política.

Encontramos insetos e outras formas vivas inferiores que representam papel importante na formação e conservação dos solos produtivos. Auxiliam a desagregação das partículas das rochas, trazendo-as à superfície, onde ficam expostas à ação da água e de outros agentes. As numerosas galerias e túneis por eles construídos facilitam a circulação do ar no solo, fator essencial para a conservação da saúde das plantas: são larvas brancas, ninfas de cigarras, minhocas e muitos outros.

Alguns insetos têm grande valor estético.

As borboletas e mariposas são universalmente conhecidas e apreciadas como tais.

Há inúmeros besouros, abelhas, môscas, vespas, mantídeos (Louva-Deus), etc. que servem de objeto de adorno e de modelo para floristas, modistas e artistas em geral.

A influência do inseto na polinização das plantas é enorme e valiosíssima.

Há frutos, como o figo de Beirute, que somente apresentam suas esplêndidas e peculiares características, quando têm as flôres polinizadas por um certo tipo de vespas muito miudinhas.

IRRIGAÇÃO POR GOTEJAMENTO

De Israel, do Sr. S. Blass, criador do sistema de irrigação designado pelo título acima, recebeu o Redator-Chefe desta revista — que já publicou anteriormente duas notas a respeito — a carta que se segue:

"Há poucos meses atrás escrevi um memorando em hebreu, no qual descrevia um novo sistema de irrigação que estava sendo aperfeiçoado em Israel, e que se denomina "O Sistema de Irrigação em Gotejamento".

Segundo penso, este sistema irá provocar uma revolução na Agricultura de todos os países carentes de irrigação, em futuro próximo.

O "Sistema de Irrigação em Gotejamento" se baseia em fazer pingar a água através de tubos de polietileno, regando tratos de terra com gotejadores também feitos de material plástico.

Desde que comecei a fazer experiências com esse aparelho, há dez anos passados, muitos aperfeiçoamentos já foram a ele incorporados, e

em comparação com o sistema de aspersores a céu aberto, por exemplo, economiza a água, e o braço; reduz o aparecimento de ervas daninhas e ainda facilita a aplicação de fertilizantes juntamente com a água, além de permitir a entrada na área de trabalho de irrigação a qualquer tempo, sem causar qualquer perturbação.

Porém, o fato mais digno de nota verificado durante esses experimentos, foi o revolucionário aumento de produção das safras.

Isto ficou perfeitamente provado nas áreas quentes e áridas do sul de Israel, onde, em muitos casos, houve aumento de 100% e mesmo mais.

Conseqüentemente, devido a esses fantásticos resulta-

dos, o "Drip Irrigation System" está sendo empregado em todas as fazendas do sul de Israel e atualmente, se estendendo também às áreas do nordeste.

Estou lhe remetendo, pelo correio, em separado, a tradução em inglês do memorando que escrevi, o qual, penso, será de interesse para V.S. e no qual poderá obter uma descrição desse sistema.

Estamos certos de que, após uma experiência do referido sistema de irrigação, em seu país, poderá verificar as vantagens do mesmo a que acima me referi, assim como está acontecendo no país de Israel.

Agradecemos as informações complementares prometidas pelo Sr. Blass.

Nas ciências como a Genética, por exemplo, a mosca drosófila suplantou todos os elementos experimentais até há pouco em uso, pelas condições especiais que apresenta: grande poder de multiplicação, ciclo vital reduzido, manutenção e manuseio fáceis e baratos; e, afinal, manifesta, com fidelidade, todos os fenômenos da hereditariedade. Além disso, dadas certas condições das células dos insetos, têm eles servido de campo vasto ao estudo da Citologia, ciência que interessa de perto à vida do homem, sobretudo para os que desejam viver muito. Creio que não cometo qualquer indiscrição em arrolar a todos nós nessa categoria!

Os naturais de certas regiões da América do Sul,

África, Itália e Portugal, aprisionam grilos e esperanças para ouvir seus cantos e fabricam galolas ornamentais que oferecem à venda, nas ruas, com esses pequenos cantores. Quem já não ouviu falar das brigas de grilos arquitetadas pelos japoneses? Criam e adestram esses insetos com tal habilidade e paciência que isto hoje se tornou em apreciadíssimo esporte e tem servido até de diversão em circos de cavalinhos. E cada exemplar adestrado custa, relativamente, uma fortuna; por milhões de cruzeiros tem-se vendido grilos de briga!

Nas Bahamas, Austrália e outros lugares, os nativos freqüentemente usam colares feitos com o que eles de-

nominam "pérola da terra" e que nada mais é do que a casca ou concha segregada pela ninfa de uma espécie de coecídeo. São de cores variadas e têm, muitas vezes, belíssimo brilho furta-côr. Nas Antilhas as mulheres costumam colocar insetos fosforescentes, vivos (vagalumes), dentro de gazes, para enfeitar os cabelos. E assim por diante...

Como vêem, neste rápido esboço, os insetos têm sido acérrimos inimigos da humanidade, mas também, têm concorrido para grande soma de conhecimentos do homem em vários campos da Ciência e ainda, fornecido produtos de imensa utilidade e hoje indispensáveis à sua vida comum.

GOIABEIRA

Ariosto Rodrigues
Peixoto

É pomareira de grande valor econômico, embora seja mais explorada extrativamente desde o Acre até o Rio Grande do Sul; seus produtos alcançam elevado preço no País e no estrangeiro.

Solo — Pode-se dizer que produz em qualquer solo, exceto quando o lençol de água é muito superficial. Prefere, todavia, o solo arenoso-argiloso, profundo, não muito fértil, o de tabatinga convém ser desprezado.

Clima — Prospera em clima quente desde o litoral até mil e seiscentos metros de altitude; nos temperados, prospera melhor nas imediações do mar.

Propagação — Faz-se quase somente de pé franco ou semente sem seleção; pode-se adotar a multiplicação por alporquia e enxertia de escudo e de garfo. O escudo pode ter a forma de losango, de 2,5 x 1,2 cm, retirado do galho com uma fôrma de ferro desse feitio, de bordos cortantes; enxerta-se de preferência entre dezembro e fevereiro. O enxerto é empregado quando o galho é do mesmo diâmetro que o cavalo de um ano; a melhor época para operar vai de junho a outubro.

As raízes de 1/2 a 1 cm também podem fornecer mudas; são descobertas, cortadas em pedaços de 15 cm de comprimento e plantadas deitadas na profundidade de 10-16 cm; conserva-se o solo sempre fresco e coberto de palha.

Semeadura — Empregam-se caixotes rasos, que se enchem da mistura de 5 partes de terra, 3 de estêrco e 1 de areia; as carreiras terão 5 cm entre si e as se-

mentes ficam a 1-2 cm uma da outra. Cobre-se com 1/2 cm de terra e estrume bem curtido, peneirado e misturado em partes iguais. No fim de 3 semanas as sementes germinarão, se a terra fôr mantida fresca.

Repicagem — Quando têm 5-7 cm, as mudas de hastes mais grossas e sadias vão para jacazinhos, laminados, sacos plásticos perfurados ou outro invólucro. As regas são indispensáveis. Podem ser pulverizadas, quinzenalmente, com solução nutritiva contendo 50 g de superfosfato, 25 g de salitre e 10 g de cloreto potássico, dissolvidos em dez litros de água (solução suficiente para 250 mudas); no dia da aspersão não se faz a rega normal.

Transplantação — Levam-se para o campo as mudas outra vez selecionadas; as mais robustas, com 25 cm mais ou menos de altura. As regas são imprescindíveis, mesmo se a transplantação é feita durante as chuvas.

Preparo do solo — Processa-se com muita antecedência, lavrando-se uma vez e gradeando-se em sentido cruzado duas ou mais vezes em épocas diferentes. Se o terreno é ácido, pode-se aplicar 1.000 kg. de calcário por hectare.

Compasso — Pode-se adotar 4 x 6 ou 5 x 5.

Coveamento — As covas devem ter 60 cm em todos os sentidos. Cada uma receberá 15-20 litros de estrume, 500 g de fosforita ou farinha de ossos, 150 g de cloreto de potássio, misturados na terra raspada próxima à cova. Pode-se aplicar 500 g de cal-

cário nas paredes da cova.

Plantação — Duas ou mais semanas de cheias as covas, plantam-se as mudas sem enterrar a haste, retirando-se o invólucro sem quebrar o bloco. Depois da muda plantada faz-se uma bacia em volta e rega-se bem, cobre-se de palha. Nos terrenos inclinados planta-se a goiabeira em linhas niveladas.

Capinas — Coroa-se ou espelha-se o solo em redor de cada muda; o terreno restante pode ser apenas ceifado para evitar a erosão; em vez de ceifar, pode-se gradear.

Cobertura morta — Proporciona grande vantagem manter a superfície do solo coberta com capim colônio ou jaraguá picado em pedaços de 10-12 cm; e evita a perda de umidade por evaporação, impede a erosão e a prejudicial ação direta do sol e dispensam-se as capinas onerosas.

Consociação — Nos dois primeiros anos pode-se cultivar feijão, batata-doce, batatinha, amendoim e outras culturas de pequeno porte. Nos terrenos pobres usa-se adubo verde ou processa-se a cobertura morta.

Adubação anual — Cada goiabeira em produção, antes do florescimento, pode receber 100-200 g de sulfato de amônio, 100 g de superfosfato, 400-600 g de fosforita ou farinha de ossos, 150 g de cloreto potássico misturados a vinte litros de estêrco. Enterra-se na superfície da periferia da projeção da copa.

O salitre é aplicado cada 3-4 meses, 20 g por m².

Poda de formação — Do solo até 60 cm eliminam-se todos os galhos; de 60 a 80 cm deixam-se crescer 3 ou 4 ramos partindo e tomando direções diferentes; estes galhos são depois podados para que se bifurquem lateralmente; desta forma obtém-se uma planta com os ramos cada vez mais abertos, depois das podas sucessivas; a goiabeira fica, assim, de porte baixo, o que facilita as pulverizações para debelar as pragas e doenças, selecionar ou ralejar os frutos para aumento de tamanho e facilitar a colheita.

Poda de limpeza — Consta de eliminação dos galhos secos, doentes, entrelaçados, o que concorre para melhor arejamento e eliminação da árvore e, assim, aumento de produção e melhor sanidade.

Poda de restauração — Os frutos são menores nas árvores velhas; nesse caso renova-se a planta, raleando e rebaixando os ramos de 2 a 3 anos, o que estimula a produção de ramos frutíferos, fortes, que fornecerão frutos volumosos. Repete-se essa poda de 2 em 2, ou de 3 em 3 anos.

Colheita — Realiza-se de janeiro a abril a colheita de frutos maduros para uso imediato, ou "de vez", quando são transportados; estão maduros quando passam de cor verde para a amarela. Obtém-se uma safrinha em novembro.

Acondicionamento — As caixas tipo querosene são as que comumente se empregam; as caixas maiores esmagam os frutos nos transportes descuidados.

Uso e aplicações — É uma das frutas mais ricas em vitamina C, que se conserva, embora em reduzida quantidade, ainda na goiabada; daí se infere a vantagem do seu uso na alimentação, principalmente no estado natural, pelo valor nutritivo e teor em vitamina C, em média, 100 mg por 100 g de fruto.

É utilizada para o preparo de doce em calda ou compota, geléia, sorvete, além da goiabada.

Variedades — Classificam-se as goiabas quanto à cor da polpa em:

a) vermelho carregado, tipo preferido no fabrico da goiabada.

b) rosada ou cor de rosa, mais utilizada para o preparo de compota.

c) amarela, que não tem preferência específica.

d) branca, mais apreciada para consumo no estado natural.

As goiabas preferidas devem ter polpa de grossa espessura e firme, tamanho médio, rica em açúcar e sadias. Os frutos prediletos para alimentação em estado fresco devem ser aromáticos e livres de bicho.

Esta fruta ainda tem sido classificada segundo a sua forma em pêra, oval e oblonga.

Pragas — A broca é a pior praga; ataca-a e pode matá-la. O combate é de preferência preventivo, pulverizando com "malatox" ou calda bordaleza a 1%, contendo enxofre. Depois de broqueado o tronco, injeta-se com conta-gotas no orifício, 2 cm3 de bissulfureto de carbono ou formicida comum, tapando em seguida com cera ou barro; costuma-se, ainda, combater a broca, introduzindo um arame no furo e matando-a.

O bicho das moscas causa sérios prejuízos em certos períodos de ano. Reduz-se a infestação, colhendo-se os frutos bichados na árvore e caídos no chão e enterrando-se a meio metro, no mínimo, no solo.

Convém aplicar as pulverizações com "malatox", ou calda bordaleza com enxofre. Os frutos para comer em estado natural devem ser ensacados.

Acondicionamento preferido — Para consumo "in natura" convém utilizar caixas semelhantes às de figo. Frutos de forma e de tamanho uniformes, mesmo grau de amadurecimento, sem bro-

ca, aromáticos, devem ser reunidos na mesma embalagem.

Irrigação — Nas regiões áridas e semi-áridas, onde as estiagens são prolongadas, convém irrigar as goiabeiras, 3 ou 4 vezes por mês, dando em cada rega uma espessura de 4 a 6 mm de água, correspondendo, assim, a 4 a 6 mm de chuva.

Rendimento — Uma goiabeira em plena produção e bem tratada pode fornecer até 20 kg de frutos anuais. A produção média é de 10 a 15 quilos.

(INSTRUÇÃO TÉCNICA N.º 5, M.A.)



Medicação preventiva e curativa das pipocas (ou carogós) dos pintos e aves adultos

À venda à

RUA DO MATOSO, 33 - RIO

Para o interior enviamos pelo reembolso postal

A FOTO INTERNACIONAL



Há trinta anos, ao sul do Estado do Novo México, as duas regiões que nos mostra a foto acima eram idênticas. Tudo igual. A que vemos na parte superior da foto está a pouco mais de dois quilômetros da que vemos na parte inferior, que foi tratada para se tornar fértil, com a destruição completa do tipo de vegetação nociva à terra e à agricultura em si mesma. Em diferentes e extensas áreas nos Estados Unidos, o U. S. Agricultural Service vem atuando no sentido de limpar a terra da vegetação daninha, para torná-la não somente útil à agricultura, mas cada vez menos árida no sentido de mudar condições ambientes, que vão desde as de ordem climática até as de natureza alimentar para o homem e os animais (Foto IPS, especial para A LAVOURA).

O PREÇO DO LEITE

Especial para
"A Lavoura"

OTTO FRENSEL

Como em tudo, também em economia há duas estradas a seguir: uma suave, bem tratada, a qual leva ao fracasso certo; outra, cheia de óbices, cansativa e longa, que permite alcançar, com muita persistência e esforço, o resultado almejado. É o que ocorre, tanto com a economia em geral, como com a economia lacticinista em particular.

Desde que as vacas produzem este precioso alimento que é o leite, não desprezando o das demais fêmeas, discute-se o preço do leite com o qual os produtores, ou sejam os proprietários das citadas vacas, jamais estiveram satisfeitos, tanto aqui no Brasil, como nos demais países.

Por enquanto se tem procurado a solução no aumento simplista do preço do leite. Não assim facilmente, é certo, pois, cada aumento é sempre precedido de uma grande barganha, a qual finda num preço que não satisfaz ninguém, pois jamais foi objeto de estudo profundo, nem acompanhado de medidas adequadas, as quais realmente pudessem garantir a produção e o consumo.

Aqui no Brasil somente houve, uma única vez, um levantamento de profundidade do preço de custo do leite, o que ocorreu em 1952 pela Comissão Nacional de Pecuária do Leite, sob a elevada orientação do nosso grande zootecnista Dr. Romulo Joviano. Embora dispondo de tão excelente base, jamais este precioso trabalho foi atualizado, embora se reconhecesse a imprescindível necessidade de tal medida, a fim de per-

mitir o conhecimento real do preço de custo do leite.

Muitas medidas de incentivo à produção foram tomadas não vamos relacionar das no correr destes anos, as aqui, mas que teriam produzido resultados muito maiores, se obedecessem a uma orientação realística e unificada, além de complementadas por outras medidas imperiosamente necessárias, como a racionalização da própria produção, da industrialização e da comercialização do leite e de seus derivados. É o que vimos apregoando reiteradamente nestas colunas e continuamos convencidos de que de outra forma jamais se chegará a resultados satisfató-

rios. Muito ao contrário, esta falta de uma orientação rigorosamente coordenada e completa, está enfraquecendo, cada vez mais, o consumo de leite e derivados, o que é tanto mais lamentável, quando este aqui no Brasil, ainda não atingiu uma média "per capita" aceitável.

O aumento desordenado da produção, mesmo motivada por aumento de preço e incentivos vários, não resolve o problema, se, simultaneamente, não houver uma racionalização em todos os setores. A prova se encontra no recente "preço de cavaleiros" o qual, somente pôde ser mantido para a quota do leite de consumo e pouco leite industrial. A ex-



Mais leite, graças aos processos que nos últimos anos vem alcançando a medicina veterinária.

tra-quota, freqüentemente, foi paga por muito menos, não porque não houvesse consumo, mas sim porque não há racionalização em setor algum. Mesmo os grandes produtores, como as grandes organizações, cooperativas, industriais e comerciais, são arrastadas por esta falta de racionalização geral. O aumento simplista do preço do leite e dos incentivos, pode apenas levar ao ilusório sistema subvencionista, cujas malfadadas conseqüências vemos imperar em outros países, com os seus excedentes. Subvencionismo, certamente, não é uma solução, pois, sempre beneficia aparentemente uns em detrimento de outros. Não, a solução está na racionalização e na organização de todos os setores, não em apenas alguns, já se vê. Dizem que a média de produção de leite no Brasil Central é de 25 litros por estabelecimento. A sua renda mensal na base de NCr\$ 0,26 é, portanto, de NCr\$ 195,00. Mesmo a duplicação dessa renda ou sejam NCr\$ 390,00 mensais, não resolveria os problemas desse produtor de leite em cujo nome tanto se argumenta. Há muitas cooperativas que manipulam diariamente 3.000, 4.000 e 5.000 litros de leite. No momento a sua margem permite auferir bruto NCr\$ 405,00 — 480,00 e 675,00 respectivamente. Como é que pode existir um estabelecimento com tal margem? Como cumprir as mínimas necessidades sanitárias, econômicas, etc.? Aumentando ou dobrando mesmo a margem? Passariam para NCr\$ 810,00 — 960,00 e 1.350,00 respectivamente. É claro que continuaria insuficiente, mas também sobrecarregaria excessivamente o preço para atender ao poder aquisitivo de grande maioria dos consumidores. Convém lembrar que esta grande maioria dos consumidores, são aqueles que ganham salário-mínimo, raramente mais e às vezes até menos. No setor da industrialização não é diferente, mesmo em se tratando de cooperativas, donde resulta o pagamento da extra-quota ou mesmo simplesmente do leite destinado à industrialização por preço bem inferior ao tal do acôrdo de cavalhei-

ros, resultando numa média bem inferior.

A única solução é mesmo a diversificação, a racionalização e, principalmente, o esforço sério de querer sobreviver. Os incentivos oficiais são muito úteis, mas não podem, nem devem, servir de base para a sobrevivência. A sobrevivência depende do esforço de cada um e da cooperação em geral. Pode parecer utopia, mas o crescimento da população mundial e as suas crescentes necessidades alimentares, não tem outra solução: ou trabalhar ou desaparecer. Mas trabalhar racional — e coordenadamente. Os tempos são outros mesmo e ainda mudarão muito mais com o correr dos anos. A racionalização e unificação dos estabelecimentos produtores, industrializadores e mercantilizadores se torna cada vez mais uma necessidade imperiosa. Lembramo-nos muito bem de recente esforço para unificar grupos de coopera-

tivas, a fim de torná-los mais aptos economicamente. Todos concordaram com esta inegável necessidade, mas, na hora de concretizar, não foi possível conseguir maioria, quanto mais unanimidade para a localização do estabelecimento. Em se tratando de estabelecimentos particulares, a sobrevivência depende das possibilidades econômicas. As cooperativas "sobrevivem" mais tempo apenas à custa dos seus cooperados, o que é evidentemente ilusório.

Quando falamos em racionalização, não nos referimos apenas à capacidade do estabelecimento, mas também ao aproveitamento integral do leite, evitando desperdícios e mantendo orientação adequada na qualidade, no transporte e na comercialização. Um produto de boa qualidade, bem promovido e apresentado, não terá falta de consumidor satisfeito.

SEMENTES

Chegou ao Brasil a 16 de maio o Prof. A. S. Carter, Consultor especializado em Legislação de Sementes e Execução de Programas, que aqui veio sob o patrocínio do Ministério da Agricultura, pelo Projeto IV — Política Nacional de Sementes, pela Universidade do Estado do Mississippi e pela USAID para, na qualidade de Assessor a Curto Prazo, colaborar com as autoridades brasileiras no desenvolvimento da implantação da Lei de Sementes.

Para a estada daquele técnico, foi organizado pelo Projeto IV um roteiro para a sua permanência entre nós, de 16 de maio a 3 de julho, quando regressará aos Estados Unidos.

A pedido do Projeto referido, a SNA terá junto ao Prof. A. S. Carter um representante.



RECURSOS DO INDA PARA PUC NO RS

Foi celebrado convênio entre o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA — e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pelo qual a autarquia de desenvolvimento agrário contribuirá com recursos, visando a beneficiar a Faculdade de Zootecnia da PUC-RS. O Convênio foi firmado pelo sr. Dix-Huit Rosa-

do, presidente do INDA, e pelo Irmão José Otão, reitor da Pontifícia Universidade Católica do RS, presentes ainda os srs. Fernando Freire e Luís Carlos Hosken, funcionários da autarquia. Para mais essa medida de estímulo e incentivo ao ensino técnico e à agropecuária o INDA contribuirá com recursos no valor de NCr0 138.985,58.

DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO LEVOU INDA EM STA. CATARINA A OPERAR TAMBÉM NA PESCA

O convênio do INDA com a Secretaria da Agricultura de Santa Catarina possibilitou a Diretoria de Organização da Produção do Estado a ampliar suas atividades de promoção, assistência e fiscalização do cooperativismo no Estado, durante o ano de 1968, movimentando oito inspetorias regionais no interior catarinense, respectivamente sediadas em Florianópolis, Blumenau, Joinville, Araranguá, Pôrto União, Chapecó, Curitibanos e Joaçaba, dando, assim, satisfatória assistência ao meio rural e realizando fiscalização mais direta às Cooperativas, como ressalta a inspeção da

Delegacia Regional do INDA em Santa Catarina, constante do seu relatório anual.

Destaca ainda a Delegacia do INDA que com a contribuição financeira ao Serviço de Extensão da Pesca do Estado, para execução do Projeto de Desenvolvimento do Cooperativismo Pesqueiro em Santa Catarina, foram executados estágios de líderes dos pescadores catarinenses em cooperativas de pescadores dos Estados da Guanabara, Rio de Janeiro e S. Paulo, como executados cursos sobre cooperativismo pesqueiro como parte do pré-serviço do pessoal a ser admitido no Serviço de Extensão Pesqueira implantado em Santa Catarina como plano-piloto nacional, estando, assim, funcionando os Escritórios de Laguna, Florianópolis, Itajaí e São Francisco do

INDA

EXECUTA COM SUAS

Sul, completando-se o serviço com a organização e funcionamento de cooperativas de pescadores.

COLÉGIO AGRÍCOLA NO PARANÁ TERÁ CAPACIDADE AMPLIADA

O Colégio Agrícola Getúlio Vargas, localizado em Palmeira, Paraná, tendo em vista a procura de vagas por parte dos filhos dos agricultores, solicitou e obteve ajuda do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário para a ampliação de suas instalações. Nesse sentido, foi firmado um termo aditivo ao convênio anteriormente firmado com o Governo daquele Estado.

COLÉGIO AGRÍCOLA DE ARACAJU SERÁ REFORMADO

O INDA aplicará a soma de NCr\$ 10 mil na ampliação e melhoramentos do Colégio Agrícola Fazenda de Bom Jesus, em Aracaju, Sergipe. Nesse sentido foram mantidos os entendimentos com o Mosteiro de São João Batista de Aracaju, responsável pelo estabelecimento.

VETERINÁRIOS FAZEM CONGRESSO EM MINAS

A Sociedade Mineira de Medicina e Veterinária fará realizar no período de 26 a

A LAVOURA

FIDELIDADE METAS

31 de agosto próximo, o I Congresso Mineiro de Medicina Veterinária. O INDA, apoiando a iniciativa, liberou a verba de NCr\$ 10 mil para ajuda financeira à realização do aludido Congresso.

ELETRIFICAÇÃO RURAL BENEFICIA 4.800 HABITANTES EM SANTA CATARINA

O relatório da Delegacia Regional do INDA no Estado de Santa Catarina ressalta que "a execução de obras de eletrificação rural em diversos municípios do Estado, apesar das dificuldades em virtude da seleção de áreas a serem eletrificadas, operou numa extensão aproximada de linhas e rêsdes de 292,30Km., no cumprimento do Convênio INDA — Governo do Estado de Santa Catarina, executado pela CEE, órgão governamental".

Os municípios e distritos atendidos, nos trabalhos realizados, somam a uma população servida, aproximadamente, de 4.800 habitantes; com 1.170 consumidores de imediato, em 44 rêsdes com transformadores de 360 KVA e 24 outros de 705 KVA.

APROVADOS LOTEAMENTOS RURAIS NO PR E MG

O sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, Presidente do Instituto Nacional do Desen-



INDA HOMENAGEIA SEU PRESIDENTE

O sr. Dix-Huit Rosado, presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA — pelo transcurso de seu aniversário natalício foi alvo, em seu gabinete de trabalho, de carinhosa e expressiva homenagem prestada por seus colaboradores

imediatos — diretores, assessôres, auxiliares da presidência — e demais funcionários da autarquia. Na oportunidade, o sr. Dix-Huit Rosado completava, ainda, dois anos de efetiva administração à frente do órgão federal de desenvolvimento agrário.

volvimento Agrário, aprovou projetos de loteamentos nos Municípios de São José dos Pinhais, no Paraná, e Divinópolis, em Minas, o primeiro com 968 mil metros quadrados, para a formação de 44 sítios, e o segundo com área de 474 mil metros quadrados, na localidade denominada Catalão-Pari, para a formação de 629 lotes para fins de expansão comercial e urbana.

INDA APROVA CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA

Atendendo decisão favorável do Conselho Diretor do órgão, o presidente do INDA, sr. Dix-Huit Rosado, aprovou a contribuição financeira no valor de NCr\$ 26.600,00 (vinte e seis mil e seiscentos cruzeiros novos), destinada

ao 36.º Batalhão de Infantaria da 11.ª Região Militar, em Uberlândia, Minas Gerais, para ampliação das instalações da Fazenda Tatu.

Em outra portaria, o presidente do órgão homologou contribuição financeira de NCr 85.000,00 (oitenta e cinco mil cruzeiros novos), concedida ad referendum do Conselho Diretor, à Escola Normal Rural Murialdo, em Caxias, no Rio Grande do Sul, para implantação do projeto Ana Rech.

INDA INCREMENTA PRODUÇÃO LEITEIRA

O Presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA, sr. Dix-Huit Rosado, aprovou a renovação de convênio com a Associação Brasileira dos

Griadores de Zebu, no valor de NCr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos), para observação do desenvolvimento ponderal e controle leiteiro na região de Uberaba, Minas Gerais.

ELETRIFICAÇÃO RURAL CHEGA A ITARIRI — SP

O sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, Presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, aprovou a aplicação de mais NCr\$ 109.841,84 nas obras de eletrificação rural do Vale do Itariri, em São Paulo. Para esse fim, foi assinado termo aditivo ao convênio entre o INDA e a Cooperativa de Eletrificação Rural daquela região, objetivando o prosseguimento dos trabalhos.

IRRIGAÇÃO E DRENAGEM TEM CURSO NA PARAÍBA

Para o atendimento das necessidades de formação de engenheiros especializados em irrigação e drenagem para a área do Nordeste brasileiro, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário firmou convênio com a Universidade Federal da Paraíba para a promoção de um curso de treinamento e a elevação do nível técnico dos engenheiros-agrônomo daquela área. O INDA aplicará este ano a verba de NCr\$ 30 mil para a manutenção desse curso. O sr. Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, presidente da Autarquia, firmou convênio nesse sentido.

TRATORES PARA O EXÉRCITO

O INDA aprovou, em reunião do Conselho Diretor, a aquisição de tratores e conjuntos de arado e grade para cessão, em regime de comodato, ao Grupamento de Elementos de Fronteira da Amazônia, do Comando Militar daquela região. Foi empregada na transação a importância de aproximadamente 66 mil cruzeiros novos.

AUXÍLIO À SOCIEDADE DE AGRÔNOMOS: GO

Quarenta mil cruzeiros novos foram aprovados pelo

INDA, à guisa de auxílio à Sociedade de Engenheiros Agrônomos de Goiânia, em Goiás. Os recursos serão empregados na instalação de sede própria daquela sociedade de técnicos em agronomia.

LOTEAMENTO EM DIVINÓPOLIS: MG

Localizado no município mineiro de Divinópolis, teve seu projeto de loteamento aprovado pelo INDA o chamado Catalão-Pari, com área total de 474.000,00 m². O projeto prevê a formação de 29 lotes urbanos, para fins de expansão residencial e comercial.

RECURSOS DO INDA PARA O NORDESTE

Estêve no Nordeste o presidente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA, dr. Dix-Huit Rosado, a fim de entregar os recursos liberados pelo órgão, destinados a obras de desenvolvimento, expressas em convênios vigentes. O total da verba liberada soma NCr\$ 2.519.315,31, favorecendo seis Estados, nas seguintes parcelas:

Pernambuco, com NCr\$ 404.684,25, destinada à Cia. de Eletricidade de Pernambuco (CELPE);

Rio Grande do Norte, com NCr\$ 255.000,00, à Cia de Melhoramentos de Mossoró S.A.;

Ceará, com NCr\$ 489.898,17, à Cia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará (CENORTE); e NCr\$ 200.000,00, para a Cia. de Sondagens e Perfurações;

Paraíba, com NCr\$ 100.054,89, para a S.A. de Eletrificação da Paraíba; e NCr\$ 300.000,00, para a Sociedade Agrícola Industrial e Comercial do Estado da Paraíba;

Piauí, com NCr\$ 250.000,00, para as Centrais Elétricas do Piauí S.A.; e NCr\$ 100.000,00, para a Cooperativa de Minérios Sages Ltda.;

Alagoas, com NCr\$ 50.000,00, para a Cia. Industrializadora de Leite de Alagoas; e NCr\$ 369.678,00, para a Cia. de Abastecimen-

to D'água e Saneamento do Estado de Alagoas.

TRATORES PARA REVENDA SERÃO IMPORTADOS PELO INDA

A importação de 293 tratores de esteira e seus respectivos implementos, financiados em oito anos, com um ano de carência, para revenda aos agricultores através de cooperativas e outras entidades, foi aprovada por Deliberação do Conselho Diretor do INDA e pelo presidente da autarquia, dr. Dix-Huit Rosado Maia.

O plano de distribuição dos referidos tratores será o seguinte: 23 unidades para os Estados do Amazonas, Pará, Maranhão e Acre; 60 para os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe; 70 para o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e 140 para São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro Espírito Santo, Bahia, Goiás e Mato Grosso.

DOURADOS GANHA MAIS VAGAS NO COLÉGIO AGRÍCOLA

Na ampliação das instalações da Escola de Iniciação Agrícola Dom Bosco, em Dourados, Mato Grosso, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário aplicará a importância de NCr\$ 40 mil. Essa aplicação é feita com o objetivo de atender ao crescente número de pedidos de vagas por parte dos filhos dos agricultores locais. Dourados é uma imensa e próspera colônia agrícola, antigo núcleo colonial criado e instalado pelo Governo, que desenvolvido, foi emancipado.

ACRE TERA SILAGEM

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário financiará com NCr\$ 50 a construção de silos metálicos no Estado do Acre. Nesse sentido, firmou convênio com a Secretaria da Agricultura local. O sr. Dix-Huit Rosado Maia, presidente da entidade, firmou deliberação nesse sentido.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

O Prof. Heitor Grillo, Vice-Presidente da SNA e do Conselho Nacional de Pesquisas, proferiu na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em 1969, a aula inaugural que abaixo inserimos.

Trata-se de uma bem concatenada e oportuna resenha não só da vida daquele estabelecimento de ensino, como da pesquisa agrônômica no Brasil.

Foi o Prof. Grillo, ao tempo do Ministro Fernando Costa, o técnico escolhido para dar forma e conteúdo à Universidade Rural.

A sua vivência do assunto confere autoridade mais que suficiente às referências que faz aos fatos e pessoas, e que a sua magnífica aula faz desfilar perante o leitor.

É trabalho digno de leitura atenta, que recomendamos.

"Foi para mim uma grande honra a indicação do meu nome pelo Conselho Universitário desta Universidade Rural para proferir a aula inaugural do corrente ano letivo.

A última vez que ocupei esta tribuna, em situação idêntica, foi em 1946, quando proferi a aula inaugural a que dei o título de "O ensino e as pesquisas agrônômicas no Brasil".

Naquela ocasião éramos todos ainda jovens e imbuídos de um ideal superior, que felizmente ainda não se extinguiu. O ideal superior de dar a esta Universidade Rural, centro adiantado de ensino agrônômico e veterinário, as condições físicas necessárias à sua estabilidade funcional e à elevação do nível do seu ensino superior associado à pesquisa. Naquele ano de 1946 estávamos na fase final da instalação desta Universidade neste Quilômetro 47. As dificuldades a vencer eram numerosas, mas a decisão e o amor que todos nós tínhamos por esta instituição eram tão grandes que não havia obstáculos invencíveis. Acompanhamos a vida desta instituição desde a

nossa mocidade e sabíamos de sua instabilidade quanto à sua sede, que não permitia o desenvolvimento de um programa integrado de ensino e de pesquisa agropecuária. A sua instabilidade era tão grande que um dos mais ilustres professores desta Universidade, o saudoso zoólogo Cândido de Mello Leitão disse certa vez "que há nela um pouco de alma zingara, adquirida no muito viajar a que a obrigaram". De fato, fundada em 1913, no Palácio do Duque de Saxe, na cidade do Rio de Janeiro com a denominação de Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, foi depois transferida para Pinheiro, no Estado do Rio, depois para Niterói e, mais tarde, para o Rio de Janeiro, onde se instalou no grande edifício do Ministério da Agricultura, na Praia Vermelha. Depois veio o seu desdobramento em três escolas nacionais: — de agronomia, de veterinária e de química, as duas primeiras integradas no Ministério da Agricultura e a última na então Universidade do Brasil. Quando assumimos a direção da Escola Nacional de Agronomia em

1937, depois de uma grande reforma por que passou o Ministério da Agricultura, a situação de nossa profissão não era das mais brilhantes. A elite brasileira corria para as escolas de Direito, Engenharia e Medicina. O Ministério da Agricultura era, no dizer do grande Pandiá Calógeras, "o refúgio dos naufragos de todas as profissões". O panorama começou a se modificar com as sucessivas reformas do Ministério da Agricultura, especialmente a feita pelo ministro Juarez Távora, que criou grandes departamentos técnicos, onde colocou engenheiros agrônomos, médicos veterinários, químicos e engenheiros de minas. Quando o agrônomo Fernando Costa assumiu a direção do Ministério da Agricultura em 1937, nomeado pelo presidente Getúlio Vargas, os problemas da agricultura brasileira já recebiam melhor tratamento técnico. As nossas escolas superiores de agricultura e veterinária continuavam, entretanto, com um ensino excessivamente teórico e fora da realidade agrícola nacional, com poucos trabalhos práticos e quase nenhuma pesqui-

sa agropecuária. Foi, então, que se pensou em unir o ensino à pesquisa agropecuária, criando-se o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas (CNEPA). Para isso foi organizado um Plano Nacional visando a criação da rede nacional de pesquisas agrônomicas, com um instituto agrônômico e estações experimentais em cada uma das regiões brasileiras — norte, nordeste, centro, leste, oeste e sul. O comando seria aqui no Quilômetro 47, onde se projetou e se executou um dos maiores conjuntos de ensino e pesquisas agrícolas do mundo. Tive a honra de organizar esse plano e de executá-lo em grande parte. O trabalho foi árduo, mas coroado de êxito, porque encontrou total compreensão e apoio das autoridades da época, especialmente do dr. Luiz Simões Lopes, então presidente do DASP e da Comissão de Orçamento do Governo Federal. Com a sua visão de engenheiro agrônomo, de economista e de agricultor no Rio Grande do Sul, Luiz Simões Lopes deu integral apoio ao plano, que contou com o entusiasmo do presidente Getúlio Vargas. O interesse do presidente Vargas era tão grande, que aqui vinha constantemente acompanhar as obras do Quilômetro 47. O seu ministro da Agricultura, o agrônomo Fernando Costa era o grande animador desta obra do Quilômetro 47 e, certa vez, recebeu do presidente Vargas o título de "professor de entusiasmos". De fato, foi Fernando Costa o iniciador desta obra lançada para ser uma grande escola nacional de agronomia com numerosas estações experimentais. O plano inicial foi assim traçado e a mim coube a apresentação do projeto, depois de acurados estudos. Fernando Costa, grande ministro da Agricultura e saudoso amigo, recomendou que os edifícios deveriam ser em estilo colonial com pátios internos. E assim foram projetados e executados os três atuais pavilhões desta Universidade. Fernando Costa não podia compreender como as nossas Escolas Nacionais de Agronomia e de Veterinária sediadas no asfalto da Praia Vermelha poderiam formar verdadeiros engenhei-

ros agrônomos e médicos veterinários. Era Fernando Costa um agrônomo que conhecia os nossos problemas agrícolas, especialmente os do Estado de São Paulo. E afirmava sempre enfaticamente que a solução desses problemas cabia aos profissionais da agronomia e da veterinária, os únicos capazes de dar à nossa agricultura as condições técnicas necessárias para elevá-la a um alto nível tecnológico e econômico.

Fernando Costa deixou a semente e quando partiu para São Paulo para dirigir esse grande Estado, os três pavilhões da nossa Universidade Rural já estavam levantados. Veio depois a segunda fase — a da organização do ensino com a pesquisa agropecuária através da criação do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas (CNEPA), que foi executada neste local e em todo o território nacional. Foi a fase de trabalho árduo, sem horas de descanso. Contamos com uma plêiade de brilhantes colaboradores na execução desse Plano Nacional, que aí está prestando relevantes serviços à nossa agricultura e, especialmente, dando-lhe as bases técnicas e científicas de que carece para elevar a sua produtividade. Quando o Plano Nacional de união do ensino com a pesquisa agrícola já estava montado e em funcionamento e quando se esperava a integração de ensino e pesquisa para que associados dessem ao Brasil os rendimentos alcançados em países mais desenvolvidos, veio a reforma universitária e passou as Universidades Rurais para o âmbito do Ministério da Educação. Essa reforma, entretanto, permite convênios com os Institutos de Pesquisas Agrícolas, que permaneceram no Ministério da Agricultura como esteios da rede nacional de pesquisa e experimentação agropecuária. E é de se esperar que o convênio já assinado marque uma nova fase de pesquisa associada, somando esforços, capacidade e instalações em benefício da pesquisa agrícola brasileira.

Já é lugar comum dizer que a pesquisa deve estar sempre associada ao ensino

superior, que se renova através da investigação científica. Já é do conhecimento de todos, especialmente dos estudantes, que o desenvolvimento das nações se faz através de um trabalho árduo e persistente, no qual a ciência e a tecnologia ocupam papel relevante. Todos conhecem os exemplos americano e russo e o papel que a ciência e a tecnologia representaram para transformar os Estados Unidos e a Rússia nas superpotências de hoje. A política que esses países desenvolveram em planos previamente traçados, todos apoiados na investigação científica e tecnológica conduziu essas nações ao seu atual apogeu. O apoio, pois, aos verdadeiros cientistas e tecnólogos, núcleos desse desenvolvimento, serviu de exemplo às demais nações. Foi graças ao poder da ciência que nações subdesenvolvidas conseguiram elevar o padrão de seus povos, substituir agriculturas rotineiras por agriculturas de alta tecnologia, indústrias obsoletas e de baixo rendimento em indústrias prósperas. Foi através da ciência que o homem moderno conseguiu inventariar e melhor aproveitar os recursos naturais com que nos dotou a Natureza. Só através da ciência é que a humanidade hoje poderá obter alimentos em qualidade e quantidade suficientes às crescentes populações mundiais. É através da ciência que o homem domina o espaço cósmico e consegue dar voltas em torno da lua, para conhecer a sua estrutura. É através da ciência que a Cirurgia faz transplantes de órgãos, recriando o homem. É pela ciência que as telecomunicações aproximaram as nações distantes e tornaram o mundo um só. É através da ciência de computação que o homem criou máquinas de processamento de dados para a coleta e classificação de informes, abastecendo a memória dos computadores eletrônicos, que controlam as grandes organizações. É através da ciência que a Biologia desvenda os mistérios da célula e esclarece os complexos processos químicos da vida, conduzindo a uma revolução "muito maior, em potencial" a descoberta da bomba atômica

de urânio e hidrogênio. A ciência e a tecnologia são, pois, os meios de que dispõe o homem moderno para atingir o progresso econômico e social.

O Brasil não poderia ficar indiferente a esse movimento processado nos grandes países. de dar à ciência e aos cientistas o lugar que merecem no novo quadro mundial. O Conselho Nacional de Pesquisas criado para promover e incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico do País vem trabalhando silenciosamente, mas com grande eficácia na transformação do quadro científico brasileiro. A sua atuação tem sido tão benéfica no amparo aos verdadeiros cientistas e aos centros que realmente labutam na ciência, que já se afirmou que "a história da ciência no Brasil tem duas fases — antes e depois da criação do Conselho Nacional de Pesquisas". Realmente são numerosos os pesquisadores formados com bolsas do Conselho, no País e no exterior. São numerosos os pesquisadores que recebem auxílios para o desenvolvimento de um programa sério de trabalhos científicos ou tecnológicos. Onde há cientistas com programas em execução, o Conselho comparece com bolsas ou auxílios financeiros para complementar a ação das Universidades ou dos Institutos de Pesquisas onde os mesmos trabalham. A ação normal do Conselho junta-se agora a do seu Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil. A ciência e a tecnologia de hoje atingiram tal desenvolvimento que requerem planejamento e coordenação. A especialização alterou os conceitos antigos de trabalho individual e impôs o sistema de equipes nas quais diversos especialistas colaboram num projeto comum e multiforme.

O Plano Quinquenal de desenvolvimento científico e tecnológico foi elaborado no Conselho Nacional de Pesquisas sob a orientação do seu atual operoso presidente prof. Antônio Couceiro, que contou com a colaboração dos mais eminentes especialistas brasileiros nos vários setores de atividades. Na Introdução desse importante

documento, o primeiro no gênero que já se fez no Brasil, lê-se o seguinte:

"A ciência e a tecnologia não têm preferidos e Tecnologia Moderna é acessível a qualquer país, desde que seus governantes efetivamente se decidam a promover o desenvolvimento científico, assistindo convenientemente seus tributários: ensino de ciência mais prolongado e de alta qualidade, maior proporção de cientistas no corpo docente, laboratórios adequados aos diferentes setores da investigação, pós-graduação em padrão internacional, formação e condições salariais condignas à grandeza da missão que desempenha o pesquisador na sociedade moderna".

O Plano prevê medidas básicas visando a ampliação do pessoal científico, de alto nível, através de pós-graduação no País e no exterior; prevê melhoria de equipamento e reequipamento dos centros de pesquisas nacionais a serem atendidos prioritariamente, em termos de qualificação de pessoal e operosidade, medida em produção científica original e regular; prevê contratos de pesquisadores nacionais e estrangeiros para reforço dos centros de pesquisa mais qualificados; prevê programas setoriais de pesquisa fundamental e aplicada nos domínios da Agricultura, da Astronomia, da Biologia, das Ciências Sociais, da Física, da Geologia, da Matemática, da Química e da Tecnologia; prevê programas integrados visando a exploração e o inventário da região amazônica e o estudo da plataforma continental brasileira; prevê a integração dos Institutos do CNPq nesse Plano Quinquenal e do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) em particular com o centro nacional de informática, ligado a uma rede de informações técnicas e científicas que alimentariam as universidades e institutos de pesquisas.

O programa, como se vê pelo enunciado, é grandioso e requer recursos financeiros

vultosos, previstos já no Plano Trienal do Governo Federal.

Dentre os programas setoriais avulta o referente à agricultura, que tem por objetivo desenvolver a pesquisa agropecuária no Brasil, mediante a complementação de recursos pelo CNPq às instituições federais e estaduais para os seus programas científicos, evitando-se duplicações e dando-se prioridade aos problemas mais prementes e de maior interesse econômico e alimentar. O Plano Quinquenal prevê a melhoria da produtividade vegetal e animal, geralmente baixa no Brasil, prevê o aproveitamento dos recursos naturais em áreas já cultivadas, mas particularmente nas regiões de baixo índice habitacional, como a Amazônia, o Brasil Central e as áreas de cerrados. Um plano dessa natureza, abrangendo tantos setores, para alcançar melhor rendimento selecionou áreas prioritárias de pesquisa em cinco setores principais, a saber:

- 1 — recursos naturais;
- 2 — pesquisas fitotécnicas;
- 3 — pesquisas zootécnicas e veterinárias;
- 4 — pesquisas econômicas e sociais;
- 5 — pesquisas tecnológicas agrícolas.

Os órgãos participantes seriam os Institutos do Escritório de Pesquisa Agropecuária do Ministério da Agricultura, os órgãos de pesquisa agrícola das Secretarias de Agricultura dos Estados e as Universidades Rurais, entre as quais se acha a nossa Universidade Rural do Rio de Janeiro.

Na programação de cada um dos setores citados o Plano previu prioridades. Assim para os Recursos Naturais, visando o melhor conhecimento do solo, do clima, da vegetação e da água foram estabelecidas seis prioridades. Também o setor de pesquisas fitotécnicas estabeleceu prioridade para o estudo de melhoramento genético das plantas econômicas—cereais, leguminosas, café e cacau, raízes e tubérculos, fibras, oleaginosas, fruticultura tropical, das pragas e doenças das plantas, da fi-

siologia vegetal, introdução e domesticação de plantas e pesquisas com espécies florestais. No setor das pesquisas zootécnicas e veterinárias as prioridades visaram os campos da alimentação, dos sistemas de criação, manejo e instalações, melhoramento genético e doenças e reprodução; no setor das pesquisas econômicas e sociais os estudos prioritários prevêem os três seguintes itens: produção, mercados e preços e política agrícola; no setor de tecnologia agrícola o plano prevê o desenvolvimento da pesquisa aplicada à indústria de alimentos.

A execução de um Plano Quinquenal de Ciência e Tecnologia só poderá ser coroada de êxito se tiver como meta principal e prioritária o recrutamento, a formação e o aperfeiçoamento do elemento humano para a pesquisa fundamental e aplicada. "A falta de pessoal com formação adequada", assinala o Plano, para atender a intensificação da pesquisa científica e a renovação do ensino de ciências, sentida em todos os centros nacionais, necessita ser corrigida com urgência". E essa formação deve ser feita nos cursos de pós-graduação que apresentem altas condições quanto aos seus professores e equipamentos científicos e bibliográficos. Daí o projeto do Conselho de estabelecer os centros de excelência recrutados entre os melhores do País.

Estamos vivendo uma fase da vida nacional caracterizada por grandes reformas. A reforma da educação, já decretada pelo Governo Federal e a implantação do Plano Quinquenal de Desenvolvimento Científico e Tecnológico constituem peças mestras e essenciais para promover a saída do Brasil do seu estado de país subdesenvolvido para Nação em desenvolvimento. A reforma da educação tem como ponto de partida a reformulação do ensino primário e médio e a preparação de recursos humanos de alto nível, através da reforma do ensino superior. E para isso a reforma prevê a modificação da estrutura institucional da Universidade, do seu regime didático e científico, do seu

magistério, a integração da Universidade no processo de desenvolvimento e a integração do estudante na Universidade e nos programas de desenvolvimento.

Oxalá possa a atual Reforma da Educação brasileira modificar o quadro existente, alterando o academicismo, implantando novos métodos de ensino e introduzindo definitivamente a pesquisa nos quadros universitários. Só assim é que poderemos formar os líderes que faltam ao Brasil. Só assim é que poderemos formar os nossos cientistas e com eles implantar a ciência no País, alimentando o nosso desenvolvimento com o resultado das nossas investigações científicas e tecnológicas. Evidentemente não podemos dispensar a colaboração da ciência estrangeira e dos seus cientistas, indispensáveis, sobretudo, nesta fase atual de intensificação e implantação definitiva da ciência no Brasil. Já se tem escrito muito a esse respeito. Já se tem dito que o nosso progresso tecnológico se baseia em alugar a técnica de fora. E essa técnica é indispensável até que tenhamos a nossa própria feita com trabalho perseverante e através de homens preparados para esse mister. Foi pensando assim que idealizamos a rede nacional de pesquisa agrícola para o estudo dos nossos solos, das nossas plantas cultivadas, da nossa pecuária, das doenças que infestam a nossa agricultura e criação, para enfim conhecermos o nosso meio agrícola, melhorá-lo e elevá-lo a condições de alta rentabilidade e de segurança contra os seus inimigos naturais. Porque só com os nossos próprios experimentos e pesquisas agrícolas é que poderemos conhecer as variáveis dos nossos solos, das nossas plantas, dos nossos climas e dos demais fatores que presidem a produção agropecuária. Evidentemente muitas técnicas e ciências alienígenas podem ser aceitas depois de convenientemente experimentadas ou adaptadas. Mas é fundamental que tenhamos a nossa própria experimentação e pesquisa agropecuária, como também é indispensável lançarmos as bases de uma pesquisa industrial

mais realista e compatível com as necessidades de nossa indústria, que utiliza muito pouco a pesquisa. Um estudo realizado no Instituto Rob Simonsen de S.P. mostrou que menos de 1/4 da indústria paulista utilizava a pesquisa.

Já muito se tem escrito que as nações desenvolvidas têm organizações capazes de dominar as nações subdesenvolvidas, estabelecendo uma tutela econômica e financeira. O já famoso livro de Servan-Schreiber "O desafio americano" mostra que a indústria americana na Europa representa a terceira potência nesse Continente. E isso devido ao valor que os americanos dão à pesquisa e à tecnologia associadas às técnicas de fabricação e aos métodos de gestão gerencial. Os industriais europeus viram-se assim obrigados a racionalizar as suas fábricas e nelas introduzir as tecnologias modernas e os modernos métodos de administração e comercialização. E isso se passou na Europa, onde a civilização atingiu alto nível e a ciência e a tecnologia nasceram e floresceram em institutos de pesquisas renomados pelas suas descobertas. E esse fato vem nos mostrar que não basta desenvolver apenas a ciência. É indispensável preparar um programa estratégico de desenvolvimento com todos os fatores da produção associando governo com atividade privada. É o que está fazendo o Ministério do Planejamento e Coordenação no Brasil. E a taxa de crescimento do Brasil é boa e revela a capacidade que tem o país de resistir às suas crises políticas e econômicas.

Quando o meu caro amigo Prof. Fausto Alta Gai transmitiu-me o convite do Conselho Universitário desta Universidade para proferir a aula inaugural passei em revista retrospectiva tudo o que sabia dessa instituição e dos homens que a fizeram e a engrandeceram. E veio-me logo a figura daquele professor que dedicou toda a sua vida ao estudo dos insetos-Angelo Moreira da Costa Lima. Ele foi o verdadeiro cientista. O cientista nato, que se enriqueceu no estudo quotidiano e atingiu os mais altos pon-

tos na sua especialidade, a Entomologia. Ainda estamos a vê-lo no seu laboratório, estudando espécies novas, preparando trabalhos, revendo estudos, organizando coleções, respondendo cartas dos seus colegas brasileiros e estrangeiros, dando aulas, conversando com os seus amigos e aqui Costa Lima era a mais humana criatura que conheci. Era o desprendimento em pessoa. Era o dinamismo em pessoa. Era o dinamismo de trabalho infatigável. Tornou-se pelo seu trabalho científico conhecido no mundo inteiro, como um dos primeiros, senão o primeiro entomologista de sua época. Era um monumento de nossa cultura científica. A sua "Vida e Obra" já estão escritas pelo seu biógrafo, o escritor e teatrólogo Pedro Bloch, em volume encomendado pelo Conselho Nacional de Pesquisas, que quis assim perpetuar, em livro, a passagem luminosa desse extraordinário homem pela terra, êle que foi o exemplo da dignidade e do saber.

Em sua biografia de Costa Lima, Pedro Bloch escreve: "Que forças estranhas moviam êsse homem em sua desambição de glória e dinheiro, fama e riqueza, reconhecimento ou justiça?" "Que molas o impulsionavam, em seus derradeiros anos, o coração enfartado várias vezes, os olhos cegando, os passos recuando, a energia fugindo?" É que Costa Lima tinha o ideal da ciência e o sentido de sua responsabilidade como professor e pesquisador. A força que o alimentava nos seus últimos anos de vida era o seu amor pela ciência entomológica e a necessidade que sentia em revelar os seus estudos esclarecendo pontos duvidosos ou pouco conhecidos da ciência entomológica. Quando principiou a sua carreira o Ministério da Agricultura não tinha organização técnica nem científica, apenas burocrática. E Costa Lima venceu todas as dificuldades até encontrar melhores dias, melhores organizações científicas e colaboradores em maior número. Foi um exemplo do que pode a vontade férrea de um homem realizar em ciência uma obra duradoura e fundamental. Que a sua figura esteja sempre presente nos quadros des-

ta Universidade, que êle amou como a sua casa e onde formou discípulos, hoje mestres e espalhados por todo o país no exercício de sua profissão de entomologista ou de fitossanitarista,

E, neste momento, em que o Brasil procura os meios para implantar a pesquisa nas universidades e intensificá-la nos institutos científicos, o nome de Angelo Moreira da Costa Lima deve ser recordado como a figura simples e agradável do professor que foi um exemplo no ensino superior brasileiro e do pesquisador que se desdobrava em trabalhos e que fazia da ciência a sua profissão.

Não sei bem se deveria falar mais de ciência e desenvolvimento nesta cerimônia de inauguração dos cursos desta Universidade Rural. Estamos diante de professores e alunos que freqüentam os seus cursos e outros que agora iniciam a sua atividade escolar. Aos estudantes o que se pode dizer é que o problema fundamental do Brasil é o da Educação. Precisamos multiplicá-la e melhorá-la em todos os graus de ensino. Precisamos colocá-la em padrões internacionais, à altura dos padrões norte-americanos, que colocaram os Estados Unidos na vanguarda das nações desenvolvidas. O exemplo de suas instituições de ensino e pesquisas agrícolas deve ser estudado e analisado por nós brasileiros, que temos grandes e graves problemas a vencer na nossa conjuntura agrícola. Porque estudando e analisando o trabalho dessa grande nação, poderemos tirar conclusões que somadas à nossa experiência no domínio da agricultura nos habilitarão a diminuir o nosso atraso tecnológico e a recuperar o tempo perdido.

Aos estudantes das várias escolas que compõem esta Universidade Rural poderemos afirmar, depois de uma longa vida profissional, que não há profissão mais nobre e de maior interesse para o Brasil do que as do engenheiro agrônomo, do médico veterinário, do técnico em educação rural, do engenheiro químico, do engenheiro florestal, de educador familiar, do portador da licenciatura

em História Natural e Química e, em breve, zootecnista, porque todos têm por objetivo estudar os problemas da nossa agricultura, base e sustentáculo da Nação. Os que hoje iniciam os seus estudos vão adquirir novas técnicas mais poderosas do que as de ontem e capazes de gerar a transformação da nossa agricultura, cheia de empirismos na maior parte das nossas regiões agrícolas, em uma agricultura estável, como fonte produtora de alimentos.

A história de nossa agricultura começa com a célebre frase de Pero Vaz de Caminha, o escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral, que dizia: "a terra é tão graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo". Aqui encontraram os portugueses por ocasião do descobrimento, indígenas vivendo uma fase de economia primitiva caracterizada pela caça e pesca. Só algumas tribos praticavam uma agricultura incipiente, como os tupi-guarani, que cultivavam as duas espécies de mandioca, com 24 variedades e outras plantas como o milho, as batatas, o feijão, o gerimum, várias espécies de cucurbitáceas, a banana, o ananás, o caju, a mangaba, o mamão, o genipapo, etc. E foi com os índios que aprendemos os métodos de derrubada da mata e sua queima, ainda hoje infelizmente predominando em numerosas regiões agrícolas do País.

Se fizermos um balanço de nossas atividades técnicas em benefício da agricultura brasileira verificaremos que houve nesses últimos trinta anos consideráveis progressos, quer no domínio do fomento agropecuário, quer no domínio da pesquisa, quer na economia rural e no da tecnologia agrícola. Estamos agora traçando novos rumos para tornar efetiva a tão decantada reforma agrária brasileira. No domínio do fomento temos exemplos edificantes. Contamos com a ABCAR, que hoje se espalha em quase todos os estados da federação, promovendo a melhoria dos métodos de nossa produção através de um íntimo contato de seus técnicos com os fazendeiros, sítiantes e arrendatários de terra. Conta-

mos em alguns Estados com resultados certos na produção agropecuária através de programas bem conduzidos. No domínio da pesquisa já é reconhecida a ação dos Institutos agrônômicos do Ministério da Agricultura, e de suas estações experimentais, bem como o trabalho de alguns órgãos congêneres dos Estados, sobressaindo o Instituto Agrônômico de Campinas e o Instituto Biológico de S. Paulo.

No domínio da economia são exemplos dignos de imitação os praticados pelo serviço da Secretaria de Agricultura de S. Paulo. No da tecnologia de alimentos o Centro de Tecnologia Alimentar de Campinas marca uma nova fase no aproveitamento e industrialização de nossa produção agrícola. Os médicos veterinários alcançaram vitórias marcantes na sua luta contra os inimigos de nossa pecuária. Já conhecemos as doenças que limitam a nossa produção animal e já estamos habilitados a promover os meios para o seu combate e limitação da sua área de ação. O mesmo podemos dizer em relação às pragas e doenças que atacam as nossas plantas cultivadas. Contamos com bons fitopatologistas, entomologistas e fitossanitaristas, quer no âmbito federal, quer estadual. A contribuição científica no domínio da Fitopatologia e Entomologia Agrícola é vultosa e já pesa na balança das nossas realizações científicas. Os estudos de solos brasileiros têm merecido atenção especial do Governo Federal e de alguns Estados. Já é grande o acervo realizado através de mapas pedológicos de vários estados. As pesquisas fitotécnicas tomaram grande desenvolvimento nestes últimos anos e já contamos com o milho híbrido, com variedades de arroz selecionadas, com importantes pesquisas sobre o trigo e outros cereais, com variedades de feijão selecionadas, com estudos sobre o café e o cacau, com trabalhos sobre a mandioca e a

batata, com sementes melhoradas de algodão e outras fibras, com importantes estudos sobre o dendê e o amendoim, com trabalhos básicos sobre a nossa fruticultura tropical, com melhoramento genético de plantas olerícolas, com importantes estudos sobre espécies florestais para as diferentes regiões do País. As pesquisas zootécnicas e veterinárias assumem importância fundamental no mundo de hoje por causa do consumo de proteínas de origem animal. Carne, leite e ovos são alimentos essenciais e deficitários na dieta do brasileiro. E a situação da produção animal é idêntica à da produção vegetal no Brasil — baixo rendimento por unidade de área, redução de desfrute e infimo índice de tecnificação. Há, evidentemente, algumas exceções a essa regra geral. A experimentação animal é mais longa do que a experimentação vegetal. Exige mais tempo, mais dinheiro e mais pertinácia. O trabalho a seguir por sucessivas gerações de técnicos é fascinante, quer no domínio da alimentação animal, quer nos sistemas de criação e manejo, quer no estudo das instalações indispensáveis, quer, sobretudo, no melhoramento genético. Aguarda, pois, a bovinocultura brasileira, quer de carne ou de leite ou mista, a suinocultura, a avicultura, a ovinocultura e caprinocultura, os estudos dos técnicos brasileiros para elevá-las ao nível de suas congêneres americanas ou européias.

Não menor será o trabalho dos médicos veterinários no estudo da patologia animal. As doenças dos animais domésticos são fatores de redução do desfrute dos nossos rebanhos. A luta contra a febre aftosa, apesar de constante, constitui um dos mais graves problemas de nossa pecuária, porque reduz as possibilidades da exportação de carne brasileira para determinados mercados. Não só o controle da aftosa, mas o estudo das doenças de repro-

dução, especialmente a brucelose, o estudo das epizootias, das ecto e endoparasitoses, o dos helmintos em ruminantes e suínos, o estudo do berne, dos exidieos constituem capítulos para outras gerações de médicos veterinários estudarem e aplicarem à nossa pecuária o resultado de suas pesquisas.

O esboço feito não é completo. Apenas desejamos assinalar os problemas mais cruciais, aqueles que estão pedindo uma ação mais enérgica e duradoura dos poderes públicos e a cooperação das classes interessadas-agricultores, criadores e suas organizações de classe.

E a ação desta Universidade Rural já está traçada, quer na formação de seus alunos, através de um ensino superior moderno e condizente com a realidade agrícola brasileira, quer no domínio da pesquisa, esclarecendo os problemas agrícolas da região em que está situada e concorrendo assim para se integrar na agricultura local e elevá-la a um alto nível. Só assim é que conseguiremos atingir os nobres objetivos universitários: promover alto padrão de ensino superior, realizar pesquisas de nível internacional e difundir esses conhecimentos de modo que a instituição se integre no meio em que vive.

Aos estudantes e professores desta Universidade Rural eu apresento as minhas boas-vindas. E a todos eu convido a pensar e a trabalhar pelo Brasil.

A LAVOURA
1897 - 1969
72 ANOS

TOCAIA —

D. Carminha

Ilustração de Luiz Sá

Destruição de lavouras, pastagens, cercas e matas a poder de fogo, pôsto, salteado, à cautela, com uso de mecha; liquidação de gado, com sal envenenado jogado no campo — tudo feito à noite, sistemática, impiedosamente, sem possibilidade de identificação de autoria — provocações de toda espécie, em vão: nada do homem se ir; renitente como êle só; difícil de enxotar. Um subversivo, cabeçudo.

De dinheiro barato da cidade, trouxera, para a região, uma lotada de perturbadoras inovações: salário-mínimo, oito horas de trabalho, auxílio-doença, aposentadoria, pensão e, até, férias! Desassossegara o povo; gente boa de não discutir paga, pegar no serviço de escuro a escuro, morar, contente, em tapera, andava, agora, cheia de exigência de não se poder aturar.

O sujeito empregava um horror de pessoal, escolhido do melhor, atraído, de léguas em volta, por aquêles despropósitos.

Para acabar de estragar o lugar, construíra, para pobre, casa de rico, com chuveiro, pia e privada. Chegava (era o fim!) a ponto de dar, a diarista, o tratamento de patrão, convidando-o para refeição, em sua companhia, na casa grande. Além disso, audacioso e descarado, quando o velho chefe político, de então, o acusara, indignado, em encontro acidental, no cartório, de lhe ter roubado — contados pelos dedos, vinte e nove camaradas — a ca-



beceira de sua fazenda, respondeu lampeiro, a fazer graça desaforada: "Roubei, não. Libertei."

O jeito era, mesmo, acabar com o tipo. Seu Nico, entendido em lei e que já fora subdelegado, assegurou que se mais de dez mandassem a criatura ver S. Pedro, não havia crime.

O diabo é que o anjo da guarda do homem era forte p'ra valer. Os vinte e dois que na encruzilhada atacaram o carro, onde, conforme informação obtida, de certeza, o danado devia vir do Rio, só encontraram, na escuridão, quando, na bruteza, em gritaria, abriram a porta do automóvel, um major, amigo dêle, que vinha trazer o cobre do pagamento. Um imprevisto retivera o maldi-

to no fim da semana na Capital. O coitado do oficial, do susto grande que passou, andou de gagueira e fala fina até voltar para a cidade.

Ao saber que a polícia, a quem dera queixa, assistido de advogado caro, concluíra sob pressão política, que o militar entendera errada a cousa — o que os 22, todos, gente qualificada, donos de terra e parentela, queriam, é verdade que em ocasião e local impróprios e de forma inadequada, era obter uma contribuição para melhoria do cemitério, da localidade — doido de raiva, o peste, que desde que o caso começara a engrossar, tinha, na calada, de prevenção, trazido do norte, disfarçados, no meio de famílias de lavradores, uns

CLIMAS DE GOIÁS

(Estudo realizado no Conselho Nacional de Pesquisas)

Iniciaremos neste ponto a descrição dos
Climas Aw de Savana (inverso sêco) encon-
trados no nterior do Brasil.

CATALÃO — 18° 10' S — 47° 58' W — 840 m. — clima Aw

Atinge 21,3 a media anual da temperatura, sendo mais quente a primavera, com Setembro a Novembro acima de 22° (Outubro 22,9), e mais fresco o inverno, quando Maio a Julho têm menos de 20° (Julho — 18,5).

Será assim de 4,4 a amplitude anual, notando-se aliás uma segunda onda fraca, de Mínimo Dezembro (21,9), e Máximo Março (22,2). Aliás o período Janeiro-Março registra todo êle 22,2.

A média das máximas, 27,3 resulta de valores mensais entre 29,1 (Setembro) e 25,6 (Julho), numa amplitude 3,5. As tardes mais quentes ocorrem na primavera, superando 27,5 de Agosto a Novembro. Mas após o mínimo secundário em Dezembro (26,8) segue-se um novo período quente à tarde, entre 27° e 28°, de Janeiro a Abril, com máximo secundário 27,7 em Março.

Principia então o declínio até Julho, as máximas do período Maio-Julho sendo as mais baixas do ano, próximo de 26°.

A média das mínimas, 16,6 corresponde a extremos 18,5 (Janeiro) e 12,7 (Julho), permanecendo o elemento acima de 18° no período Novembro a Março, e abaixo dos 15° de Maio a Agosto, os meses realmente frios pela madrugada sendo Junho (13,3) e Julho (12,7). A amplitude anual é assim de 5,8, e a da segunda onda quase nula (0,1).

A amplitude diurna alcança 10,7, mais elevada no período Junho a Setembro, acima de 12° (13,3 em Agosto), e mais baixa de Novembro a Março, aquém de 10° (com 8,4 em Dezembro).

A máxima absoluta foi de 35,4 (Outubro), o elemento podendo superar 30° em todos os meses, mas nunca atingindo 31° em Junho e Julho, ou 33° no primeiro semestre.

A mínima absoluta desceu praticamente a zero, sendo aliás de 0,2 (Junho), e valores aquém de 5° ocorrem de Maio a Agosto, os abaixo de 10° podendo se verificar de Abril a Setembro. Nos meses restantes, as mínimas se situam acima de 10°, porém de 13° no período Dezembro-Março.

Temos em resultado a forte amplitude anual de 35,2.

Em Catalão quase todos os dias são quentes (301), com apenas 64 frescos por ano, e que ocorrem a taxas médias de 4-5 por mês em geral, ou 7-10 no período Maio-Julho.

Quanto às noites se apresentam sempre frescas, as raras quentes (9 por ano) ocorrendo à taxa de 1 cada mês, de Setembro a Março.

Os ventos, relativamente frescos, em média 1,8 mps, têm maior velocidade (2,2) em Setembro, e menor (1,6) em Maio. Mas somente 5 ventanias surgem em média por ano de Outubro a Março, 1 cada mês.

A umidade é regular, de média 72%, oscilando entre 82,6% (Dezembro) e 55,2% (Agosto), numa amplitude 27,4%. Os meses úmidos, Novembro a Abril, superam 75%, com Dezembro a Março acima de 80%. No período sêco, Agosto e Setembro têm menos que 60%.

A nebulosidade, com normal, 5,1, indica céu claro a nublado, sob índices acima de 6,0 no período Novembro a Março (7,9 em Dezembro), e aquém de 3,0 de Junho a Agosto (2,2 no último mês), do que resulta uma amplitude 5,5. O céu é portanto bastante claro na fase de Maio a Setembro.

Temos dêsse modo 105 dias encobertos: acima de 10 por mês de Outubro a Março, com 19 em Dezembro. Abaixo de 5 nos vários meses de Maio a Julho, sob mínimo 1 em Julho. Ou dias claros quase atingem aquela frequência, pois totalizam 97 por ano, superando 10 cada mês de Maio a Setembro (19 em Agosto), e com menos de 5 mensalmente de Novembro a Março. Há em resumo apenas 18 dias encobertos de Abril a Setembro, e 16 claros de Outubro a Março.

O Sol brilha por 2684 horas, mais que 200 por mês de Março a Outubro, com máximo de 290 em Agosto e mínimo 148 em Dezembro.

Vejamos a precipitação: totalizando 1787 mm, distribui-se com mais de 200 mm mensalmente de

cangaceiros sem alma, mandou um seu empregado — o falador mais afamado da terra — dizer ao coronel Felício, chefe da tocaia, para vir, no lugar em que ela se dera, no claro, em hora marcada, no dia seguinte, com os outros 21, preparados para decidir, a tiro, a questão. Se não comparecessem, largassem em definitivo, de causar aborrecimentos, porque, caso contrário, estivessem certos, incêndio e morte de bicho de toda espécie, ia suceder, p'ra todo lado.

Felizmente, o desafio não foi aceito. Tudo acabou em nada. Se tivesse sido, a des-

graceira não teria medida. Para dar idéia da ruindade do cara e dos jagunços, basta dizer que, como depois se soube, quando — após dar, feito fera, instruções para a luta, onde se incluía a recomendação de atirar no umbigo para que os adversários, atingidos mortalmente, sentissem o máximo de dor, durante o maior tempo, antes de expirar — indagou se alguém tinha alguma cousa para dizer, só houve um comentário, partido de um cabra de apelido Bom Mõço: "Achu mió atirá nu "figu". Dói mais que nu "bígu".

Novembro a Março, e menos 50 nos meses de Maio a Agosto, os do inverno apresentando 8 mm (Junho ou Julho), ou somente 5 (Agosto). Os extremos correspondem assim a Dezembro (367) e Agosto (5). 24 horas atingiu 116 mm (Janeiro), Junho a Agosto nenhum registro ultrapassando 50 mm.

Temos assim 124 dias de chuva, com máximo Dezembro (22), e mínimo 1 (Julho e Agosto).

Os meses de Novembro a Março apresentam cada um mais de 15 dias, os de Maio a Agosto menos que 5 cada, num total de 7 para o período.

No conjunto, perto de 55 dias registram acima de 10 mm.

A trovoadas não é muito frequente, numa contagem de 76 por ano, ocorrendo mais que 10 dias por mês, de novembro a março, com máximo de 13 em janeiro, seguindo-se um período mais escasso, sob 1 trovoadas cada mês de maio a agosto. Assim o total de abril a setembro alcança 13 dias.

O nevoeiro é porém muito raro, 14 por ano, à média mensal de 1, igualmente distribuída.

Quanto ao orvalho soma 95 dias, sendo mais frequente de março a junho, com 10 a 16 dias cada mês raro (1-2 dias) no inverno, mês (16 em abril ou maio), e de junho a agosto, sob total de 5 dias.

Catalão tem desse modo um clima bastante suportável, com máximas e mínimas reduzidas, as temperaturas oscilando de 35,4 a 0,2. Os dias são quentes, mas as noites sempre frescas. Chuvas regulares, a taxa de um dia cada três, e com poucas trovoadas.

A insolação é acentuada, e a nebulosidade não muito, predominando contudo os dias encobertos sobre os claros.

A umidade apenas regular, mas o vento fraco. De tudo resulta um clima satisfatório.

PIRENÓPOLIS — 15° 51' S — 48° 58' — 746 m. — Clima Aw

A maior altitude torna mais reduzida a temperatura média, com uma normal do ano 22,4. Os valores extremos são 24,1 — setembro e 20,3 — junho, sob amplitude 3,8 — a segunda ondulação ficando reduzida a um patamar de dezembro a abril, e todo o período conservando médias de 22,7. Assim, só se apresenta mais quente o conjunto setembro e outubro, em torno de 24, pois de novembro a abril temos o valor 22,7 (aliás 22,9 em novembro), o declínio se processando no inverno, com junho e julho abaixo de 21°.

A média das máximas já é sensivelmente menor que nas demais estações até agora versadas: 28,8, oscilando de 31,3 (setembro) a 27,5 (dezembro), sob amplitude 3,8, igual à da média.

Contudo, persiste o aquecimento à tarde no inverno, com dias quentes, a segunda ondulação tendo máximo em abril (29,0) e mínimo julho (28,0), numa amplitude 1,0.

As tardes são bem quentes de agosto a outubro, sob média superior a 30°, mas nos períodos de verão e inverno situam-se em torno a 28°.

As mínimas permanecem contudo mais elevadas que em Goiás, pois têm média anual 17,3. Sob as chuvas, conservam-se acima dos 18° de outubro até abril (18,8 em dezembro), só nos meses de inverno caindo abaixo de 16°, com 14,1 em julho e amplitude anual 4,7. O período de noites mais frescas, abaixo de 17°, decorre aliás de maio a agosto.

Temos por comparação uma amplitude média diária de 11,4 oscilando de 14,4, agosto) a 8,7 (dezembro), sendo de notar que só de novembro a abril o elemento fica abaixo de 11°, mas acima dos 13° no período junho a setembro.

A máxima absoluta atingiu 36,6 (setembro), e apenas durante a fase abril a julho não logra superar 33°, enquanto de setembro a novembro ultrapassa 35°.

Já a mínima absoluta foi menos pronunciada que em Goiás com 6,0 (julho). Todos os meses, de maio a setembro, estão sujeitos a valores aquém de 10° (ou de 7° entre junho a agosto). Mas de novembro a abril nunca se registrou valor menor que 13°. Foi assim de 30,6 a amplitude absoluta.

Os dias permanecem geralmente quentes (18 cada ano) ocorrem todos ocorrendo, distribuídos a taxas de 5 por mês, de dezembro a fevereiro e 1 a 2 dias nos meses restantes.

Pelo contrário, todas as noites são frescas, dado que as raras quentes (18 cada ano) ocorrem todas de setembro a abril, a taxas de 1-4 mensalmente.

Malgrado a altitude, são fracos os ventos, com média de 0,9 mps, mais elevada (1,3) em agosto e menos 0,6 em janeiro. Somente no período maio-setembro a velocidade supera, 1,0 mps, de tudo resultando 1 ventania por ano.

A umidade é acentuada, média anual 74,1%, e de dezembro a março supera 80% (81,7% no primeiro mês), enquanto fica abaixo dos 70% de julho a setembro (61,3% em agosto). É assim, de 20,4% a respectiva amplitude anual. Caso comparados à normal, 74,1%, os meses de novembro a maio a superam, a seca correspondendo portanto ao período abril-outubro.

Não é muito acentuada a nebulosidade, uma vez que a média do ano 5,4, ressalta de um máximo 7,7 em dezembro e mínimo 2,6 julho, com amplitude 5,1. Nota-se que os valores superam 6,0 de outubro a março, e 7,0 de novembro a fevereiro. Descem contudo abaixo de 4,0 entre maio e agosto, ou de 3,0 em junho e julho.

Há assim somente 88 dias encobertos por ano, mais frequentes (16) em dezembro, mas nunca ocorrendo (0) em junho e julho.

Na verdade, os meses de outubro a março registram todos acima de 10 (com o limite 16 já indicado) de maio a agosto só a 2 dias se verificando, a soma de abril a setembro atingindo 13, inferior portanto à contagem de janeiro, por ex. (14).

Os dias claros, logicamente, são mais comuns no inverno, os meses de junho e agosto superando 10 (com 16 em julho), enquanto de novembro a janeiro aqueles não ocorrem, apenas 1 surgindo em fe-

vereiro ou março. O total do ano é assim de 60.

A forte insolação acumula 2547 horas, sendo agosto o mês de máximo (293), e dezembro o de mínimo (130).

No período abril a outubro todos os registros superam 200 horas, ficando abaixo de tal limite nos demais meses.

As chuvas alcançam 1678 mm por ano, sendo mais pesadas em dezembro (293) e mais fracas em junho — 3 mm apenas. Prossegue bem seco o período junho-agosto (todos meses com menos de 10 mm) e mais chuvoso o de novembro a março, quando os vários registros superam 200 mm, ainda abril e outubro tendo mais que 100 mm.

Quanto à maior altura em 24 horas foi de 83,9 mm, só de junho a agosto os índices máximos não ultrapassando 30 mm, para superarem 60 nos demais meses.

O número dos dias de chuva é de 140, com máximo 23 em dezembro, e mínimo de 1 nos diversos meses do inverno.

Ocorrem acima de 19 dias de novembro a março, e menos que 10 em cada mês, de maio a setembro (total 12 no período).

No conjunto, 56 dias cada ano superam os 10 mm.

As trovoadas somam 95, sendo mais frequentes (24) em janeiro, e ocorrendo a taxas de 11-14 dias nos meses de outubro a março (Janeiro 24, como vimos). Apenas 1 trovoadas por mês se verifica de junho a agosto, o total do período seco (maio a agosto) sendo de 5.

Há por fim, somente 7 nevoeiros, todos concentrados no verão (1-2 cada mês, de dezembro a abril). Mas formam-se 70 dias de orvalho, com frequências 2-4 nos meses de agosto a fevereiro, e 14-15 em maio e junho.

O clima de Pirenópolis é assim quente de dia, mas não em demasia, e fresco à noite, com extremos de 37° e 6°. Úmido, de céu nublado, sob forte insolação e regularmente chuvoso, com frequentes trovoadas, mas raros nevoeiros.

Há mais dias encobertos (88) que claros (60), de tudo resultando condições bastante suportáveis.

SANTA LUZIA — 16° 16,S — 47° 53'W — 910 m. (Luziânia) — Clima Aw

Como já vimos, o clima da área não está bem representado por este posto, situado na vertente sul. Além disso, nenhuma estação de Goiás se enquadra realmente no clima Temperado do Planalto; para tanto, S. Luzia deveria ter o mês de julho com 17,9, em lugar de 18,1. Mas de qualquer modo, a marcha dos elementos em maiores altitudes não irá diferir muito da aqui consignada.

Temos média anual de 20,7, com outubro mais quente (24,0), e julho mais frio (18,1), numa amplitude térmica de 3,9. A segunda onda registra mínimo em dezembro (21,2) e máximo fevereiro (21,7), pouco sensível, portanto.

Na verdade, a temperatura se conserva elevada desde setembro (31,8, até abril (21,2), declinando então para a fase mais fria (junho 18,5, julho 18,1).

Climas de Goiás

O período maio-agosto é assim bem mais fresco que o anteriormente citado.

A elevada altitude confere 28º,1 à média das máximas, a qual só em setembro atingirá 30º,4. Há mínimo secundário de 27º,7 em dezembro, época chuvosa, com máximo de 28º,3 em março. O mínimo principal é julho (26º,4), numa amplitude 4º,0, quase igual à da média.

As máximas superam 28º na primavera (agosto a novembro) ou durante o verão (janeiro a abril), ficando aquém de 27º em junho e julho.

A média das mínimas é de 14º,4, o maior valor do elemento se verificando em dezembro (16º,7). Na verdade, desde novembro até março temos índices acima de 16º, numa situação estável, proveniente das chuvas. De maio a setembro o elemento está abaixo de 15º, ou mesmo dos 12º de junho a agosto. Julho é aliás bem frio de madrugada, sob média 9º,9. A amplitude anual atinge assim 6º,8, bem superior à da temperatura média. Mas só existe uma única onda, de máximo dezembro e mínimo julho.

A amplitude diurna, bastante elevada, alcança 13º,8 na média anual, oscilando de 11º,1 (dezembro) a 17º,4 (agosto). A fase estável, entre 11 e 12º, transcorre de novembro a fevereiro, enquanto de julho a setembro o elemento supera 16º.

Foi de 36º,0 a máxima absoluta registrada (novembro), os valores observados ultrapassando 35º de setembro a janeiro, exceto dezembro com 34º. Em julho nunca se verificou mais que 30º,4, de fevereiro a julho não tendo os termômetros passado além de 33º.

As mínimas absolutas são intensas, quase chegando a 0º. Temos com efeito 1º,2 (julho), salvo no período janeiro a março, quando o instrumento nunca desceu abaixo de 11º, no restante chegou a menos de 10º. Note-se que em qualquer dos meses maio a setembro, índices de 2º (maio-junho) ou 3º (agosto-setembro) foram observados.

Resultou assim 34º,8 para a amplitude absoluta no local

Este será beneficiado pela completa ausência de noites quentes, podendo-se dizer que todas são frescas (365); já os dias quentes alcançam 328, com apenas 37 frescos, em geral 2 a 5 nos meses do verão 6-7 nos de inverno.

Os ventos, fracos, têm média anual de 1,7 mps, praticamente constante nos diversos meses. Também só 2 ventanias ocorrem normalmente durante todo o ano.

A umidade, elevada, registra média anual de 79,9%, com máximo 86,9 (dezembro) e mínimo 68,2 (agosto), portanto amplitude 18%. O período úmido, acima de 80%, transcorre de novembro a maio, com dezembro a março ainda de 85%. O seco é mais nítido em agosto e setembro, abaixo dos 70%.

Atinge 4,9 a nebulosidade anual, assim relativamente fraca, o que é uma condição do Planalto Central. Torna-se mais elevada em dezembro (7,2) e menor em agosto (2,4), com amplitude anual 4,8. No período chuvoso permane-

ce acima de 6,0 (outubro a março), mas inferior a 4,0 de junho a setembro, ou a 3,0 em julho e agosto.

É aliás de 77 a contagem dos dias encobertos, que ocorrem a taxas de 1-3 mensalmente no período seco, de maio a setembro (mínimo 1 em julho); mas superam 10 no verão (novembro a janeiro), com 15 em dezembro.

Os dias claros, logicamente surgem mais no inverno (11 em junho, 15 em julho, 17 agosto, 13 em setembro) e menos no verão: 1 — novembro ou dezembro, 2 — janeiro ou fevereiro, 3 — março.

Chove bastante, um total de 1704 mm por ano, mais de 200 mm caindo cada mês, de novembro a março (330 em dezembro), e menos de 50 mensalmente de maio a setembro, com mínimo 5 em julho.

Quanto ao maior total em 24 horas atingiu 85 mm, valores acima de 60 podendo ocorrer de outubro a abril, mas com máximo de 20 mm em julho.

Dos 122 dias de chuva, 57 têm mais de 10 mm. O máximo ocorre em dezembro (21), os meses de outubro a março registrando entre 13 e 18 dias (dezembro 21). No período seco maio e setembro têm 3 e 5 dias, e os meses de inverno (junho a agosto) 1 cada, totalizando 11 dias.

A trovada é rara, 54 dias, e ocorre a taxas de 6-9 por mês de outubro a março, mas 1-0 no período de inverno, maio a agosto.

Prossegue raro o nevoeiro, 5 dias por ano, agrupados na fase de março a julho. Igualmente escasso o orvalho, total 9 dias, a taxas mensais de 1-2 no período dezembro-junho.

S. Luzia tem assim um clima úmido e chuvoso (122 dias) com poucas trovoadas, e apenas nublado.

A temperatura é reduzida, embora com tardes quase sempre quentes. Os extremos observados, de 1,2 e 36º,0 mostram que no Planalto, valores abaixo de 0º costumam ocorrer.

As noites são sempre frescas, tudo constituindo um clima bastante agradável.

BRASÍLIA — 15º 47'S — 47º 56'W
— 1.161 mm — Clima Cwa.

O clima da nova Capital ainda não pôde ser fixado, salvo na sua característica de Cwa, dada a curta série de observações (1961-64). Médias provisórias foram calculadas, constantes do quadro anexo e das quais se depreende o seguinte:

A temperatura média é de 20º,6 (valor anual) apresentando-se mais quente o mês de setembro, com 22º,4 e mais frio junho sob 17º,6, resultando assim 4º,8 de amplitude anual. A segunda onda, de mínimo dezembro (20º,8) e máximo março (21º,8) tem amplitude 1º,0.

As temperaturas superam 22º na primavera, de setembro a novembro (o último com 21º,8, aliás), e ultrapassam 20º de setembro a abril, mas em junho e julho estão abaixo de 18º.

As máximas, de média anual 26º,8, são mais elevadas de agos-

to a novembro, acima de 27º, atingindo o extremo em setembro com 29º,8. O período de verão, sob as chuvas, tem menores máximas, em torno a 26º, notando-se nova elevação no outono, quando março e abril superam 27º. Existe assim uma amplitude anual de 5º,3 (setembro 29º,8 e maio 24º,0 mês de menores máximas).

Quanto à onda secundária registra mínimo em dezembro (25,7) e máximo março (27,9). No período maio a julho os valores oscilam ao redor de 24º. Já a amplitude diurna, 11º,1 na média, desce para 8º,2 em dezembro, subindo até 14º,1 no mês de agosto.

A máxima absoluta alcançou 34º,5, mas no inverno nunca ultrapassa 28º.

Quanto à média das mínimas se situa em 15º,7 (valor anual).

O elemento é estável de outubro a março, em torno a 17º,5 sob as chuvas, e decresce abaixo de 14º no período de inverno, com junho e julho aquém dos 12º. Os extremos ficam situados em março (17º,0) e julho (11º,3), numa amplitude anual 6º,3, mas sob ondulação simples.

Valores abaixo de 10º ocorrem apenas no inverno, quando também se verificou a mínima absoluta: 6º,0.

Brasília tem um clima relativamente seco, de média anual 6%, as taxas superando 70% de novembro a maio e 80% em janeiro-fevereiro. Para agosto e setembro a umidade média desce a 50%, situando-se os extremos em 48% (setembro) e 82% (janeiro), com amplitude 34%.

A nebulosidade média é reduzida (4), o período bastante nublado correspondendo a outubro-março, acima de 5, com índice 7 em dezembro-janeiro. Os valores caem a 2 de junho a agosto, sob amplitude anual de 5. Dêsse modo, o inverno seco, sob baixa umidade céu limpo e muito insolado, é uma das características desagradáveis de Brasília.

A insolação anual atinge com efeito 2130 horas, superando 200 horas nos vários meses de maio a setembro.

Chove em média 115 dias por ano, com taxas mensais 15-20 de outubro a fevereiro (20 neste último), reduzidas a menos de 5 dias cada mês, de junho a setembro (0 em junho); neste período, o total é de 10 dias. A altura da precipitação alcança normalmente 1533 mm, os meses de novembro a fevereiro tendo acima de 200 (com 300 mm em janeiro) enquanto os de maio a setembro registram menos de 50 (0 em junho).

Quanto à maior precipitação em 24 horas foi de 133 mm. Estes os dados baseados nas tabelas. Ou-

ANUNCIE EM "A LAVOURA"

A LAVOURA

Climas de Goiás

tras conclusões podem ser extraídas do exame das cartas.

contraste à amplitude térmica anual de 4º,0.

responde a dezembro, junho e julho, mas em agosto ou setembro

Brasília Médias (1961-1964)

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Agos.	Sct.	Out.	Nov.	Dez.	Ano
Média Max.	26.0	26.7	27.9	27.4	24.0	24.7	24.9	27.3	29.8	28.1	27.6	25.7	26.8
Média Mín.	17.7	17.6	17.6	16.5	14.1	11.8	11.3	13.2	16.0	17.4	17.5	17.5	15.7
Temp. Média	21.0	21.3	21.8	21.3	19.0	17.6	17.7	19.9	22.4	22.1	21.8	20.8	20.6
Hum. relativa	82	81	74	74	73	65	60	52	48	64	73	74	69
Nebulosidade	7	6	5	4	4	2	2	2	3	5	6	7	4
Dias - chuvas	18	20	6	9	5	0	3	0	2	15	19	15	115
Precipitação	300	231	149	92	41	0	3	0	29	129	265	285	1.553

(Meses de maio a setembro acima de 200 horas) Insolação 2130 hs.
Precipitação máxima em 24 horas: 133 mm.

Máxima absoluta: 34º,5, em junho não ultrapassando 28º.

Mínima absoluta 6º,0 valores abaixo de 10º só ocorrendo em junho, julho e agosto.

De novembro a abril não se observam índices abaixo de 14º.

Clima Cwa, Temperado, de inverno seco, com verão quente.

É assim que os dias quentes podem ser estimados em 300 por ano, não existindo aliás noites quentes.

Os ventos sopram de N. no período novembro a março, evoluindo para E-SE na época seca, de abril a outono, sob uma velocidade fraca, de 2 mps. Reinam calmarias em 40% dos dias, havendo médias 5 ventanias por ano.

É muito baixa a pressão, (média 886,5 mb), o que agrava os males cardíacos, favorecendo porém a cura de doenças pulmonares, auxiliado o clima pela fraca umidade. Esta contudo agrava os males renais.

Quanto aos nevoeiros, alcançam uma contagem de 30 por ano, a trovoadas, em compensação, se fazendo ouvir por 100 dias. O orvalho totaliza 90 dias, os dias claros perfazendo 30 e os encobertos 120 por ano. O comportamento meteorológico da nova Capital se aproxima do tipo andino, de climas equatoriais, temperados pela altitude. Suas conseqüências no plano político têm sido comprovadas pela instabilidade que se apossou dos Governos ali estabelecidos.

FORMOSA — 15º 32'S — 47º 18'W — 914 m — Clima Aw.

A temperatura média é mais elevada que em S. Luzia, pois embora com máxima menor de 0º,6, a mínima sobe 1º,5.

Temos realmente média anual 21º,2 os valores mensais se conservando, de novembro a abril, entre 21º,5 e 21º,8, estáveis portanto. O período quente é a primavera, permanecendo setembro e outubro sob 22º,7. Fase mais fria o inverno-julho 19º,0 e julho com o mínimo de 18º,7, os demais meses registrando acima de 20º. A segunda ondulação, fraca, tem mínimo 21º,5 dezembro — máximo 21,8 — março — com oscilação 0,3 em

quanto às máximas, de média anual 27º,5, elevam-se bastante na primavera, acima dos 28º de agosto a outubro (29º,8 em setembro).

Há uma segunda ondulação, de mínimo dezembro (26º,7) e máximo abril (27º,5), o mínimo principal ocorrendo em julho (26º,1).

As menores máximas têm lugar assim de maio a julho (26º,1, a 26º,9) elevando-se de janeiro a abril (acima de 27º), e superando 28º de agosto a outubro. É pois de 3º,7 a amplitude.

As mínimas de média anual 15º,9 se mantêm acima de 17º de outubro a março (17º,8 em novembro) e abaixo de 14º nos meses do inverno (12º,0 em julho, com amplitude anual 5º,8).

É portanto estável o período chuvoso, a grande variação correspondendo à fase da seca.

A amplitude diurna torna-se menor que em S. Luzia, com 11º,6 de média anual, oscilando de 8º,8 em dezembro a 14º,9 (agosto). Permanece inferior a 10º no período novembro a março, acima cu próximo de 14º na fase de junho a setembro.

A máxima absoluta chegou a 35º,8 (outubro), valores acima dos 35º ocorrendo de setembro a novembro; mas de maio a julho nunca o termômetro ultrapassou 32º, ou mesmo 30º em junho.

É bem superior à de S. Luzia a mínima absoluta (5º,1 junho) as madrugadas podendo registrar valores de 5º a 6º no inverno, ou abaixo de 10º no período abril a setembro. Mas nos meses restantes o termômetro nunca declina aquém de 10º, ou dos 13º no verão (dezembro a março).

Em resumo, teremos 30º,7 para a amplitude absoluta.

Não existem noites quentes, todas sendo frescas, pois unicamente 1 quente ocorre em outubro.

Já os dias são na sua maioria quentes (306), os frescos ocorrendo no total de 59, em média 5 a 8 cada mês; o último valor cor-

só 2 dias frescos se verificam.

A velocidade do vento é regular, em média 2,2 mps, e praticamente constante, dado que oscila de 2,4 (agosto) a 2,0 (fevereiro).

Não foram registradas ventanias.

Examinando a umidade, constata-se que não é muito acentuada; média anual 71,6%, com extremos dezembro (83,3%) e agosto (52,9%) daí resultando uma amplitude 30%.

No período chuvoso, de novembro a março, temos índices acima de 80% e no seco, de julho a setembro, abaixo de 60%.

Analisando agora a nebulosidade, esta será mais acentuada que em S. Luzia, pois temos média de 6,0 com extremos 8,4 (dezembro) e 3,3 (agosto), numa amplitude 5,1. No período chuvoso, novembro e dezembro superam 8,0, e janeiro-fevereiro março a 7,0. Durante o inverno, valores entre 3 e 4 ocorrem de junho a agosto.

Existe contudo forte taxa de dias encobertos, 133 por ano, superando 15 por mês de outubro a março (23 em dezembro), com apenas 2-3 de junho a agosto, os meses de abril a setembro tendo menos que 10 dias cada um.

Em contraste, será fraco o número dos dias claros, apenas 51, de máximo 13 de agosto, contra 0 no período dezembro a fevereiro; 1 apenas ocorre em março, abril ou novembro, em contraste aos 11 de julho, ou 13 em agosto.

Permanece elevada a insolação, no total de 2672 horas, agosto registrando 308 e novembro só 144. Os meses de março a outubro têm acima de 200 horas, ou mesmo de 250 no período maio-agosto, contra menos de 150 em novembro e dezembro.

A precipitação é mais reduzida que em outros pontos, alcançando 1594 mm. O máximo (dezembro) chega a 349, e o mínimo em julho desce a 4 mm.

Mas só os meses de novembro a fevereiro ultrapassam 200 mm, menos de 50 cada mês ocorrendo de maio a setembro, ou aquém, de 10 desde junho até agosto.

Por outro lado, foi de 107 mm a maior altura registrada em 24 horas, índice que de novembro a fevereiro ultrapassa 100 mm, de maio a agosto, ficando abaixo de 50 mm.

Isto nos leva a examinar os dias de chuva, 133 por ano, máximo 22 (dezembro) e mínimo 1 nos meses de junho-julho ou agosto. De outubro a abril há mais de 10 dias (22 de dezembro, 21 de janeiro), de maio a setembro 5 ou menos, cada mês.

No conjunto, 49 dias têm precipitação de 10 mm.

As trovoadas são frequentes, 117 dias por ano, mais que 10 ocorrendo mensalmente de outubro a março (19 de janeiro), e apenas 1 em julho ou junho, com 3 em maio e 2 em agosto.

No período abril a setembro formam-se 22 trovoadas.

São relativamente comuns os nevoeiros, 51 por ano, a taxas mensais de 3-4 no segundo semestre, e 5-6 no primeiro. Também acentuada a contagem do orvalho, 101 dias; mais elevada no inverno, com 12-16 mensalmente de abril a julho, é mais fraca de agosto a dezembro, entre 2 e 6 dias cada mês.

Resumindo, atribuiremos a Formosa um clima quente de dia e fresco à noite, mas com baixa temperatura média, e extremos não muito pronunciados.

A umidade é apenas regular; e o céu muitas vezes encoberto; mas forte insolação e vento regular. A chuva não é excessiva, mas frequente, com trovoadas em

grande número, e nevoeiro mais raro. Resulta nessas condições um clima aceitável, mais fresco aliás que o de S. Luzia.

GOIÂNIA — 16° 41'S — 49° 17' —
732 — Clima Aw.

Não possuímos dados médios de nenhum elemento na capital de Goiás.

Contudo, algumas frequências e totais permitem obter uma noção do respectivo clima.

A insolação alcança 2570 horas, com máximo 292 em agosto, mínimo 132 em dezembro. De maio a agosto temos acima de 250 horas, e de março a outubro mais que 200.

São 136 os dias encobertos, chegando a 25 em dezembro; de novembro a janeiro, mais que 20 ocorrem por mês, de outubro a abril acima de 10, contra somente 3 a 5 em cada um dos meses do inverno. Os dias claros totalizam 42, com 8-10-20 em junho-julho-agosto, e de 0 a 1 nos demais, não ocorrendo aliás de novembro a fevereiro.

Apenas 11 noites quentes são encontradas por ano, a taxas de 2-3 nos meses de outubro a março. Mas cerca de 340 dias permanecem quentes. Chove normalmente 1575 mm, atingindo o máximo

em dezembro (269) e mínimo julho (6), os meses de novembro a fevereiro tendo mais que 200 mm., e março ou outubro acima de 100. No período de inverno caem 6-7-8 mm (junho a agosto o total da época seca, maio a agosto, atingindo 50 mm.

Há assim 138 dias de precipitação, com máximo 24 em dezembro e mínimo 1 em junho. Mais de 15 ocorrem para cada mês de outubro a março, e ainda 10 em abril; contudo, abaixo de 3 mensalmente no período maio-agosto, cujo total é de 7. No conjunto do ano, 52 dias superam 10 mm.

As trovoadas são apenas 53, mais frequentes, com 4 a 9 cada mês, de setembro a abril e só 1 mensalmente de maio a agosto (neste zero).

Assim de abril a setembro e fevereiro registra uma contagem de 11.

O nevoeiro surge 40 dias por ano, sobretudo de março a julho, sob taxas mensais 4-7, pois nos demais meses não ultrapassa 3, em novembro ou dezembro somente 1 sendo registrado.

Temos por fim 88 dias de orvalho, os meses de abril a julho apresentando mais que 10 cada um, e os de setembro a dezembro somente 3 ou 4.

Os poucos dados recolhidos não permitem uma análise do clima.

I CONGRESSO BRASILEIRO DE AVICULTURA

Sob os auspícios do Ministério da Agricultura, Secretaria de Economia da Guanabara e a colaboração de várias entidades de classe, será realizada nos dias 19 a 26 de julho próximo, no Museu de Arte Moderna, no Rio de Janeiro, o I CONGRESSO BRASILEIRO DE AVICULTURA, com a finalidade de congregar técnicos e industriais ligados à avicultura, bem como as pessoas que desempenham atividades a ela relacionadas, para o debate dos problemas atuais e futuros do ramo, cuja sessão solene de abertura, será presidida pelo Ministro Ivo Arzua, da Agricultura.

ESCOLA DE VETERINÁRIA DO EXÉRCITO

Conclusão do Curso de Auxiliares de Granja

Em solenidade realizada a 30 de junho, com a presença do General Stoessel Guimarães Alves, Diretor de Veterinária do Exército e do Sr. Luiz Marques Poliano, Diretor da Escola de Horticultura "WENCESLÃO BELLO", realizou-se a entrega dos certificados aos sargentos que concluíram o Curso de Auxiliares de Granja, num total de 10 graduados.

O Coronel Estevão Alves Correia Filho, Comandante da Escola, ao abrir os trabalhos, pronunciou o seguinte discurso:

"Exmo. Sr. Gen. STOESEL GUIMARÃES ALVES, Diretor de Veterinária do Exército;

Ilmo. Sr. Diretor, LUIZ MARQUES POLIANO, Diretor da Escola "WENCESLÃO BELLO";

Instrutores civis e militares; Formandos de 1969.

Concluíram hoje o Curso de Auxiliar de Granja, 2 sargentos enfermeiros Veterinários e 8 Sargentos Mestre-Ferradores.

Esse Curso iniciado a 3 de março teve um caráter intensivo até a presente data e contou com a proveitosa atuação dos dignos instrutores militares, com a colaboração eficiente, útil, prática e imprescindível dos professores da "Escola Wenceslão Bello".

A existência de cerca de 160 granjas militares das quais 22 na 1.º RM, 15 na 2.º RM, 53 na 3.º RM, 12 na 4.º RM, 16 na 5.º RM e na 8.º RM, 13 granjas na 9.º RM, além de granjas nas 6.º, 7.º, 10.º e 11.º RM tornam de real importância o Curso que ora

finda, com o número significativo de sargentos especializados.

A produção dessas granjas foi apreciável no ano técnico 67/68 chegando a um valor de NCr\$ 6.878.235,00, com um lucro de NCr\$ NCr\$ 486.367,00 tudo nas bases de preços dos produtos com um valor muito inferior aos do comércio local.

A existência dos animais nessas granjas é considerável, totalizando 170.402 aves, 13.979 suínos, 9.047 bovinos e 5.341 ovinos.

A produção desse efetivo considerável apresenta os seguintes dados tudo referente ao ano técnico 1967/1968:

Avicultura: 931.858 dúzias de ovos e 676.766 quilos de carne;

Suinocultura: 478.638 quilos de carne e 40.505 quilos de banha;

Bovinocultura: 2.513.464 litros de leite e 706.961 quilos de carne.

A produção agrícola não deixa nada a desejar comparativamente à produção pecuária. Aí notamos o desenvolvimento dessas atividades nas seguintes áreas:

Horticultura: 302 ha.

Pomicultura: 349 ha.

Forrageiras: 1.986 ha.

Lavoura: 20.054 ha.

Silvicultura: 1.281 ha.

Por aí os diplomandos de hoje vêem o que o Serviço de Veterinária está fazendo em proveito da produção agropecuária.

Haverá conseqüentemente uma alimentação adequada e a baixo preço ao pessoal militar.

As granjas também cooperam de maneira acentuada

no reforço das verbas das Unidades permitindo ao Comandante aumentar o patrimônio das organizações com as construções de novos pavilhões e instalações para essas atividades. A sua utilidade é de tal natureza que originou a Portaria n.º 241-GB de 16 de agosto de 1967, sobre instruções para o funcionamento de cursos de conhecimentos agropecuários, expedida pelo Exmo. Sr. Ministro do Exército que diz textualmente:

"O Exército na atual conjuntura brasileira, deve estender sua participação no desenvolvimento nacional do setor agropecuário, através de decidida colaboração com a política agropecuária governamental — estimular o homem proveniente das zonas rurais de convocação, a voltar para o seu meio, após a prestação do serviço militar — orientá-lo para que possa produzir mais e em melhores condições, por meio da aquisição de hábitos apropriados e da aplicação de técnicas modernas".

Foram também atribuídas as funções de instrutores desses cursos aos veterinários militares e aos elementos das Delegacias Regionais do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário e outros profissionais das Universidades Rurais de Agronomia.

A organização desses Cursos deve conter assuntos sobre:

— trato de gado leiteiro e de outros animais de criação;

— melhoria de pastagens, hortaliças e frutas;

— obtenção de sementes e mudas;

— obtenção de crédito rural;

— aplicação de novas práticas agrícolas;

— assistência técnica especializada;

— defesa sanitária, vegetal e animal;

— cuidados com as habitações rurais.

Existem ainda instruções sobre aquisições de hábitos positivos, criação de tendências e desenvolvimento de práticas e idéias de interesse social.

Por aí os senhores vêem a importância do Curso que acabam de concluir e a sua alta relevância face às missões que serão atribuídas aos seus concluintes.

Cabe-me agora expressar os nossos agradecimentos à equipe de professores da Escola "Wenceslão Bello" que tão bem vem orientando os alunos desta Escola, na teoria e prática dos assuntos agropecuários que lhes são solicitados.

Os instrutores desta Escola colaboraram também eficientemente na transmissão dos seus conhecimentos atualizados, buscando nas várias Faculdades o que de novo surgia para orientar os seus alunos.

Agradeço penhorado a presença das autoridades que aqui vieram para abrilhantar esta solenidade simples mas que representa o esforço dos instrutores civis e militares para cumprir com eficiência a missão que lhes foi confiada.

A todos meu muito obrigado e os votos de felicidades a mais uma Turma especializada em agropecuária".

O Diretor da Escola "Wenceslão Bello, por motivo imperioso, não esteve presente, mas se fez representar e recebeu do General Stoessel Guimarães Alves expressivo diploma de agradecimento pela colaboração que o estabelecimento que dirige vem prestando àquela tradicional Unidade do nosso Exército.

PARA ATIVAR A LAVOURA ALGODOEIRA

Os Estados do Maranhão, Piauí, Minas Gerais e Goiás tiveram as suas plantações de algodão beneficiadas com a liberação pelo Ministro da Agricultura, Sr. Ivo Arzua, de NCr\$ 86,8 mil a serem aplicados em quatro programas visando o aumento da produtividade das culturas.

Os recursos deverão ser aplicados em áreas previamente selecionadas naquelas regiões, através dos dois Institutos de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias a elas referentes, sendo que, para os dois primeiros Estados trata-se do estabelecimento do Nordeste — IPEANE — e para os dois últimos o do Centro-Oeste — IPEACO.

REUNIÃO DE ZOOTÉCNICOS EM BELO HORIZONTE

A Sociedade Brasileira de Zootécnica, que congrega os técnicos em zootécnica do país, realizará uma reunião em Belo Horizonte, de 15 a 18 de julho próximo, sob os auspícios da Escola de Veterinária. Serão discutidos diversos trabalhos de pesquisa, realizados em instituições oficiais e particulares e reformulados os estatutos da entidade.

Os sócios que tiverem trabalho original para apresentação, até dez dias antes do início da reunião devem entregar com o pedido de inscrição 200 exemplares do resumo, para ser discutido.

CURSO DE CRÉDITO RURAL

A partir do dia 15 de julho estarão abertas as inscrições para o CURSO DE CRÉDITO que o INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E ORGANIZAÇÃO, em convênio com o INSTITUTO DE POLÍTICA ECONÔMICA, fará realizar a partir de 1.º de agosto próximo.

A duração do CURSO é de dez (10) semanas, a inscrição será feita na Av. Rio Branco, 277/17.º andar, conjunto n.º 1703 A, das 13 às 17 horas e custará NCr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros novos). Independentemente das aulas haverá Conferências sobre CRÉDITO RURAL a serem pronunciadas por técnicos especialmente convidados.

Notícias e Informações

CAI A PRODUÇÃO ARGENTINA DE TRIGO

Após manter a média, nos cinco anos anteriores, de 7.969 milhões de toneladas na sua produção de trigo, a Argentina baixou para 7.320 milhões em 1967/68 e a estimativa para a safra 68/69 prevê uma queda para 5,9 milhões de toneladas.

O volume exportado do cereal também acompanhou a queda, descendo da média nos mesmos cinco anos de 3,979 milhões de toneladas, para 2,414 milhões em 1967/68. Também os demais cereais produzidos naquele país — à exceção do milho — sofrerão uma baixa considerável na última safra, segundo as estimativas, em relação àqueles cinco anos.

PLANTIO DE LARANJA NA ZONA DE SOROCABA

Terminou a proibição da cultura de plantas cítricas na região sorocabana do Estado de São Paulo. A interdição é parte do programa de combate a terrível praga, e já se prolongava há mais de 12 anos. Técnicos do Instituto Biológico continuam porém mantendo severo controle: só poderão ser plantadas, por exemplo, mudas fornecidas pela Secretaria da Agricultura. O plantio das primeiras doze mil mudas foi festivo, e até o fim deste mês deverão ser plantadas mais de 50 mil.

DEFICIT DE MADEIRAS EM 1970

Cerca de NCr\$ 154,9 milhões foram investidos no reflorestamento, em um ano e meio. A informação é do Ministério da Agricultura, que acrescenta ser equivalente à plantação de 396 milhões de árvores, numa área total de 171 mil hectares de sete Estados do Centro e Sul do Brasil.

Esses números perdem muito de sua grandiosidade quando se compara com a área destruída nos últimos 42 anos; a plantação de julho de 1967 para cá representa apenas 0,003% (três milésimos por cento) das árvores abatidas, ou seja, foi plantado um pé para cada 33.333 abatidas.

O consumo de madeira no Brasil mostra uma tendência nitidamente crescente. A madeira é o material estratégico mais importante (celulose, explosivos, álcool, borraça sintética, óleos pesados). Na Conferência da FAO realizada em 1965, em Viña del Mar (Chile), os países latino-americanos foram alertados para explorarem racionalmente suas reservas de madeiras, visto que em 1975 a demanda de produtos florestais será superior a US\$ 1,7 bilhões por ano. A importação apenas de celulose e papel deverá atingir US\$ 1 bilhão, o que abre possibilidades extremamente favoráveis ao pinheiro, que fornece uma das me-

lhores madeiras para a fabricação de celulose.

A partir de 1970, os países em desenvolvimento, como o Brasil, enfrentarão grande deficit de madeiras. Caso nosso país efetue um reflorestamento sistemático de suas reservas florestais, em grande escala, serão oferecidas grandes possibilidades.

Segundo o Ministro Ivo Arzua, da Agricultura, os portadores de títulos de terras distribuídas pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) serão obrigados a conservar numa certa extensão uma reserva florestal como cobertura florestal permanente. Além das tarefas florestais, cabem ao IBDF também a comercialização e as medidas de controle da indústria e exportação madeireiras.

De qualquer forma, ainda são derrubadas 300 mil árvores por ano no Brasil, e muitas sem qualquer justificativa de aproveitamento econômico.

BOA COLHEITA DE CAFÉ

A colheita de café no sul de Minas será uma das maiores dos últimos dez anos, segundo informações do engenheiro Abdênago Lisboa, do Ministério da Agricultura, na última reunião da Sociedade Mineira de Agricultura. Fêz um relato de sua viagem aos cafés do sul de Minas, com técnico enviado pelo Ministério da Agricultura.

No relatório de viagem, elogiou o trabalho que vem sendo realizado pelos cafeicultores da região, os quais "estão seguindo as determinações oficiais de conservação das matas e florestas do Estado, para evitar as devastações, que trazem grandes prejuízos às qualidades dos cafézais".

Para o engenheiro Abdênago Lisboa "há um espírito nôvo de conservação da natureza florestal no sul do Estado. Em tôdas as cidades que visitei, via plantação de novas árvores formando verdadeiras matas. Isto representa que as mensagens de doutrinação não se perderam e devem continuar educando o povo brasileiro, principalmente o homem do campo, que é o primeiro a sentir os efeitos das derrubadas de matas. A recuperação é promissora em numerosas regiões do sul mineiro".

Depois da leitura do relatório, o plenário aprovou um voto de louvor ao trabalho que está sendo desenvolvido pelos cafeicultores do sul de Minas, no sentido da melhoria de sua produção e da conservação do solo da região.

FINANCIAMENTO PARA A AGRICULTURA

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil concederá empréstimos especiais, extra-limite de suas aplicações, destinados à aquisição de tratores, máquinas agrícolas e seus implementos de fabricação nacional, a agricultores e pecuaristas que comprovem dispor de condições para obtê-los. O financiamento é de 80% do valor da máquina e dos implementos, podendo porém, ser elevado até 100%, segundo as necessidades do interessado. Prazo e forma de pagamento: 5 anos para tratores, em prestações anuais de 10%, 15%, 20% e 30%, vencendo a primeira dentro de um ano após a assinatura do contrato; até 5 anos para máquinas e implementos, fixando-se as prestações de acordo com a capacidade de pagamento dos proponentes. Juros: 12% ao ano.

PREJUÍZOS NA RIZICULTURA GAÚCHA

Atingem 15% os prejuízos da lavoura de arroz no Rio Grande do Sul, em consequência da incidência da brusone. A previsão da safra, logo após o plantio, era de 23 milhões de sacas, mas até agora já se perderam cerca de 3,4 milhões. Haverá ainda o problema qualitativo, que só será conhecido quando do beneficiamento do produto. Três aviões do Ministério da Agricultura estão sendo usados no combate à praga em Santo Antônio, Osório e Rosário do Sul, municípios duramente atingidos.

LEVANTAMENTO DE TERRAS EM PARATI

O Departamento de Recursos Fundiários do INDA já iniciou um levantamento do uso potencial das terras que estão sendo invadidas por mais de 3.000 famílias no Município de Parati, e provocando a devastação das reservas florestais, "a fim de discriminá-las em áreas para atividades agro-pastoris, para reserva florestal, e para turismo e mineração".

Informou o INDA que "esse estudo é a busca de uma fórmula de cooperação do INDA com o IBDF, do Estado do Rio, cujo diretor, sr. Camilo Fonseca Klein, nos expôs a situação daquele município e nos pediu contribuição para encontrar uma solução para o problema". Devido à intensidade do problema, "pois os lavradores invasores estavam devastando as matas e plantando bananais nas áreas devastadas", o sr. Camilo Klein chegou a pensar "em pedir auxílio da Marinha, porque o IBDF só conta com dois guardas florestais para fazer a fiscalização naquela região".

Os principais estudos que o DRF promove são de estereoscopia, ou seja "fotos de interpretação" da região. Por esse sistema é delimitada a geomorfologia e as características determinantes "do uso potencial das terras". O INDA, solicitou ao

sr. Camilo Fonseca Klein que "indicasse as áreas de maior atrito daquela região", para que "se dê a elas um caráter prioritário nos estudos".

O problema da invasão, segundo diversos técnicos, "é muito mais sério do que se pensa". Isso porque, embora a maioria daquelas terras pertençam ao Estado do Rio, "muitos dos ocupantes já estão de posse de documentos das mesmas".

CRESCIMENTO DA AMÉRICA LATINA

Buenos Aires será, dentro de 11 anos, a mais populosa capital da América do Sul, seguida de São Paulo, Rio, Bogotá, Cidade do México, entre as 27 cidades que terão mais de um milhão de habitantes cada.

Estas e outras revelações foram dadas à luz pelo relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento dedicado às modificações urbanísticas da América Latina, no qual se adverte que, se a atual tendência de urbanização continuar, a AL enfrentará uma problema em proporções consideravelmente maiores do que as já enfrentadas.

"É também claro que além dos problemas de ordem econômica, haverá os de caráter sócio-político" afirma o relatório, solicitando, em seguida, uma maior e mais eficiente ajuda no investimento, que deve ser orientado primeiramente para atividades produtivas, tais como trabalho intensivo em indústrias de manufatura.

Buenos Aires, em 1980, terá 9.815.000 habitantes; São Paulo, 7.780.000; Rio, 6.290.000; Bogotá, 5.208.000; Cidade do México, 4.550.000; Santiago do Chile, 4.400.000; Caracas, 4.115.000 e Lima .. 3.563.000. Estas e outras vinte cidades terão mais de um milhão de habitantes, sendo que as sete primeiras constituirão "zonas metropolitanas gigantes de tamanho e características semelhantes aos maiores complexos metropolitanos".

No corpo de seu estudo, o relatório do BIRD afirma ainda, que embora a agricultura conte somente para

20% do produto bruto da AL, ela emprega 45 por cento da população economicamente ativa da região, e consequentemente "o auxílio para uma taxa mais alta de desenvolvimento nesse setor seria justificado não somente para aumentar a disponibilidade do produto agrícola, mas também para elevar o rendimento per capita dos agricultores".

Entre os países da região, que mais recentemente se desenvolveram, o relatório cita o Brasil, a Argentina e a Colômbia.

FINANCIAMENTOS DA CREA

Os financiamentos concedidos pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, do Banco do Brasil, no período de janeiro a setembro de 1968, segundo o último Boletim Trimestral daquele estabelecimento, indicam um sensível incremento em relação à época idêntica no ano de 1967. A Agricultura, nos nove primeiros meses daquele ano, com recursos daquele ordem de NCr\$ 742 milhões, em 1968, em igual período, recebeu NCr\$ 1.040 milhões, um aumento portanto da ordem de 40%. A Indústria, em termos relativos, foi mais beneficiada, com um incremento de aproximadamente 80%, já que em 1967 recebeu NCr\$ 255 milhões e em 1968 NCr\$ 469 milhões. A Pecuária, com financiamento, em 1967, da ordem de NCr\$ 163 milhões e em 1968 de NCr\$ 312 milhões, indica uma elevação superior a 90%.

ISENÇÃO DA COBRANÇA DO ICM

A extinção da cobrança do ICM sobre os produtos agropecuários na sua primeira transação comercial voltou a ser defendida pelo Ministro da Agricultura, Sr. Ivo Arzua, que ponderou que as mesmas, pelo menos, poderiam ser minimizadas.

Idêntica posição foi assumida pelo presidente da Confederação Nacional da Agricultura.

Em sua explanação o Ministro Ivo Arzua ressaltou que a sua posição é uma ve-

lha reivindicação do Governo federal, no sentido de que os produtores agrícolas deixem de pagar o ICM, como forma de incentivar a aceleração de suas atividades. Pelo menos — frisou — as alíquotas do tributo deveriam ser reduzidas ao mínimo possível, de modo a não terem participação volumosa nos custos da produção agrícola.

Referindo-se à projetada reunião dos Governadores do Nordeste, que se declaram insatisfeitos com as isenções e reduções nos impostos concedidas por São Paulo e Paraná para o algodão, alegando que as mesmas iriam prejudicar a produção nordestina daquela fibra, declarou que as possíveis decisões que venham a tomar somente serão definidas na própria área estadual, uma vez que não é possível uma intervenção federal no assunto, de competência exclusiva das legislações estaduais.

ANÁLISE DO SOLO FLUMINENSE

O INDA, através da Delegacia Regional do Estado do Rio de Janeiro, reunirá em solenidade os criadores e agricultores da região norte-fluminense, para conhecimento dos resultados das análises objetivas do levantamento agrológico visando à recuperação daquela área rural, bem como do estado sanitário do gado bovino da região.

O levantamento efetuado abrange 190 estudos analíticos do solo na zona de Porciúncula com recomendações para uso agrícola adequado beneficiando o total de 129 fazendas, bem como estudos sobre as condições climáticas, fornecendo sugestões técnicas.

Em Natividade, os mesmos processos foram aplicados em benefício de 180 fazendas.

AJUDA AS EXPOSIÇÕES NO INTERIOR

O Conselho Deliberativo do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário aprovou proposta da Delegacia de Goiás para que o INDA

colaborasse com os Sindicatos Rurais dos municípios onde houvessem exposições de gado, este ano. O Conselho aprovou a solicitação, recomendando que a verba de 78 mil cruzeiros novos fosse distribuída, de acordo com o movimento social de cada Sindicato.

EXPANSÃO DA AGRICULTURA

Estimam os economistas que a taxa de desenvolvimento do país, este ano, deverá alcançar uma média global em torno dos 7%, o que é considerado como excelente e dentro de todas as previsões. Quanto à expansão do setor industrial, estima-se que venha a atingir 9% e a agricultura em torno dos 5%. No ano passado, a indústria experimentou um desenvolvimento superior a 14%, mas isso se deve a que ela recuperou, no período, toda a capacidade ociosa de produção que havia perdido. Os técnicos mais abalisados são da opinião de que ainda não alcançamos uma taxa de crescimento muito maior, em virtude das limitações a que fica imposta a área de investimento no setor da importação. Essa anomalia só poderá ser corrigida no passar dos anos, com uma coerente política de exportação cada vez mais profunda.

VOLUNTÁRIOS DA PAZ EM GOIÁS

Procedentes dos Estados Unidos e com destino a Goiânia, chegaram 39 Voluntários da Paz, que deverão substituir no Estado de Goiás o grupo ali atuante. Após um período de 6 semanas de treinamento em Goiânia, os Voluntários darão início à sua tarefa de 2 anos trabalhando em clubes agrícolas do interior goiano.

O treinamento constará de estudo da língua portuguesa, da cultura brasileira e de instruções técnicas diversas, complementando assim um período idêntico de treinamento de 6 semanas já realizado nos Estados Unidos. Após o treinamento em Goiânia os Voluntários serão enviados para pequenas cidades do in-

terior do Estado onde, em grupo de dois, receberão instruções dos Voluntários já experimentados na comunidade. A seguir serão designados para trabalhar nas escolas primárias e organizações brasileiras interessadas no desenvolvimento da agricultura e do bem-estar social.

FINANCIAMENTOS ESPECIAIS

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil vai conceder empréstimos especiais, extra-limites de suas aplicações, destinados à aquisição de tratores, máquinas agrícolas e seus implementos de fabricação nacional. Os contratos das operações observarão as instruções em vigor, no que não colidirem com as seguintes condições especiais: **Limite de financiamento** — 80% do valor da máquina e dos implementos financiados, podendo tal percentagem ser elevada até 100%, de acordo com as necessidades do interessado; **Prazo e forma de pagamento** — a) 5 anos para tratores, em prestações anuais de 10%, 15%, 20%, 25% e 30%, respectivamente, do valor do empréstimo, vencendo-se a primeira, dentro do período de um ano, a contar da assinatura do contrato, à época em que os ruralistas auferiram as rendas de suas atividades preponderantes; b) até 5 anos, para máquinas e implementos, fixando-se as prestações em função da real capacidade de pagamento dos proponentes, em parcelas anuais e sucessivas; **Juros** — à taxa de 12% a.a., calculados sobre os respectivos saldos devedores, para pagamento juntamente com as prestações anuais; **Comissão de fiscalização** — à taxa de 3% a.a., exigível simultaneamente com os juros, no vencimento de cada prestação anual e na liquidação da dívida.

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

O Projeto de Impacto do Ministério da Agricultura, destinado ao fornecimento de verbas para os trabalhos

de congelamento de sêmen, método revolucionário de inseminação artificial e que consiste — ao contrário do observado nos demais países que o conservam em pote único — no acondicionamento de doses próprias em ampolas de plásticos que são mantidas em temperatura de 196° abaixo de zero, já proporcionou ao Brasil lucro na ordem de NCr\$ 9,544 milhões.

INCIDÊNCIA DE BROCA NOS CAFÉZAIS

Ocorre sensível redução nos índices de incidência da broca nos cafezais paranaenses, segundo levantamento realizado pelo Serviço de Combate à Broca do Café da Secretaria da Agricultura do Paraná. O grau médio de infestação revela que no Norte Velho, principalmente, a broca foi praticamente extinta. Um programa de trabalho que visa reduzir mais ainda estes índices em outras áreas já foi elaborado e consta basicamente de: a) construir em Maringá um depósito de inseticidas, mantendo com antecipação estoques e equipamentos para atender toda a região do Norte Novíssimo; b) automatização das operações de carga na nova unidade misturadora para a produção de inseticidas; c) ampliar os postos de revenda de inseticidas; e d) intensificar a prestação de assistência técnica aos cafeicultores no combate à broca.

Na realidade mais de quatro mil visitas foram feitas pelos técnicos do Serviço de Combate à Broca do Café, aos cafeicultores nos últimos meses, com a finalidade de melhor aproveitar a aplicação de inseticidas e fungicidas indicados no controle das doenças e pragas que afetam o café.

OS NÚMEROS

Para se ter idéia da redução nos índices de infestação das brocas nos cafezais, depois de um sistemático trabalho de combate, aquele serviço informou que em Jacarézinho a infestação é hoje de 1,67 por cento contra

4,99 em 1961. Em Santo Antonio da Platina este índice era de 11 por cento e hoje não alcança mais de 4,68. Em Ribeirão do Pinhal, Jundiá do Sul, Cambará, Santa Mariana, Cornélio Procopio, Sertaneja e Uraí o índice de grau médio de infestações não ultrapassa agora mais de 1,82 quando já chegou a ter mais de 4,13 por cento.

FINANCIAMENTO PARA O ARROZ

A diretoria do Banco do Brasil decidiu deferir o pedido de financiamento, formulado pelo IRGA, para comercialização de excedentes exportáveis da safra de arroz do Rio Grande do Sul. Essa decisão foi tomada após entendimentos com esse estabelecimento de crédito, mantidos pelo presidente do Instituto Riograndense de Arroz, sr. Ubirajara de Jesus Pereira, que veio ao Rio para tratar do assunto.

O contrato de financiamento, num montante de 60 milhões de cruzeiros novos, entre o IRGA e o Banco do Brasil, será celebrado brevemente.

Com a utilização do crédito obtido, o IRGA pretende retirar do mercado os excedentes de produção, de modo a evitar o aviltamento dos preços pagos ao produtor, pelo produto em casca, que pode ocorrer em virtude da safra abundante, ora em fase de colheita. Estima-se em cerca de 28 milhões de sacos a produção de arroz em casca do Rio Grande do Sul. O preço mínimo básico, que é o do grão médio, é de NCr\$ 13,76 por sacco de 50 quilos. O IRGA vai comprar o produto já beneficiado, dos usineiros, desde que estes se comprometam a pagar aos produtores do arroz em casca os preços mínimos estabelecidos.

Ao contrário do que vinha fazendo nos anos anteriores, o IRGA irá adquirir arroz com 25 a 30% de grãos quebrados, o que facilitará a exportação, podendo entrar em mercados menos exigentes. Adquirindo o pro-

duto com reduzida porcentagem de grãos quebrados, cujo preço é mais elevado, encontrará dificuldades em mercados de maior poder aquisitivo, como os europeus, pois terá de concorrer com exportadores tradicionais do produto de tipos especiais, como a Tailândia e os Estados Unidos. Este ano, o arroz beneficiado adquirido para exportação, será dos tipos A e B. O tipo A contém 25% de quebrados, sendo 20 de "canjição" e 5 de "canjica". O tipo B tem 30% de quebrados, sendo 25 de "canjição" e 5 de "canjica".

PARA MELHORAR A PRODUÇÃO

O Departamento de Zootecnia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul iniciará, brevemente, a execução de importante projeto destinado ao estudo de diferentes métodos de criação e alimentação sobre o desenvolvimento de animais da raça holandesa, durante o período de crescimento. Para isso, a UFRGS acaba de firmar convênio com o Escritório de Pesquisas e Experimentação do Ministério da Agricultura, através do SERPA.

O projeto se desenvolverá na Estação Experimental da Palma de UFRGS, tendo como fase física, para avaliação dos resultados a área de influência da Universidade. Seus objetivos prioritários são os seguintes: 1) Determinar um sistema de aleitamento artificial adequado para a região, tendo em vista as condições ecológicas e econômicas predominantes; 2) Estudar os diferentes sistemas de criação das terneiras, no período de aleitamento; 3) Estudar o efeito do manejo das pastagens sobre o desenvolvimento das fêmeas, tendo em vista reduzir a idade da primeira cobertura.

A curto prazo, visará estabelecer normas de criação para as terneiras, capazes de baixar seu custo de produção (aleitamento artificial), diminuir a idade da primeira cobertura e, em consequência, aumentar sua vida produtiva. A médio prazo,

buscará comprovar os resultados experimentais obtidos, em escala-piloto, com a colaboração dos criadores regionais. A longo prazo, finalmente, recolherá recomendações, destinadas aos órgãos competentes, contendo as técnicas comprovadamente susceptíveis de proporcionar o aumento da produção leiteira.

COMBATE À AFTOSA

Seiscentos e setenta e cinco mil cruzeiros novos, destinados especificamente a dar continuidade à Campanha de Combate à Febre Aftosa no Rio Grande do Sul, já se encontram depositados, pelo Ministério da Agricultura, no Banco do Brasil. A informação foi dada pelo Sr. Athos Muniz Vasconcellos, diretor estadual daquela Pasta. Acentuou que a verba foi liberada graças ao esforço do ministro Ivo Arzua, com vistas a não interromper a campanha de vacinação do rebanho gaúcho. O sr. Athos Muniz Vasconcellos disse que com um saldo de cerca de NCr\$ 60.000,00 elevam-se acima de NCr\$ 700.000,00 os recursos para o prosseguimento da campanha.

FEIRA DO BAIXO-AMAZONAS

Será promovida este ano a I Feira Agropecuária do Baixo-Amazonas. A Secretaria da Agricultura do Pará, já está em entendimentos com as cooperativas de produtores que lá farão "stands". O regulamento da feira já foi elaborado. Um consórcio internacional com predominância italiana está interessado na compra de enormes quantidades de fibra de juta — o maior produto do Baixo-Amazonas — e vai mandar um representante acertar pessoalmente com os produtores e exportadores amazônicos um esquema de embarque, preços e condições de pagamento. Os entendimentos foram iniciados por intermédio do Itamarati.

AMÉRICA LATINA

O relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento, referente ao ano passado, consigna referências de especial destaque sobre a melhoria das condições econômicas da América Latina, em geral, e notadamente, do Brasil, Argentina e Colômbia. O crescimento econômico do Continente foi de 5 a 5,5%, significativamente superior ao do ano passado. Destaca aquele documento que a América Latina avança rapidamente no rumo de uma economia tipicamente industrial, embora persista um hiato no que concerne à expansão agrícola que não acompanha o ritmo da atividade fabril. A manufatura latino-americana sofreu considerável incremento, ao passo que a produção rural estacionou num compasso de espera injustificável. Daí, operar-se, nesta parte do hemisfério, fenômeno verdadeiramente absurdo, tal como o de haver nações que simultaneamente exportam produtos industriais, de mais alta qualidade, e importam gêneros alimentícios, que somente não cultivam por displicência em armar uma infra-estrutura agrária adequada. É ilusória a idéia de que um país pode ser grande, no plano industrial, sem o ser igualmente no domínio agrícola. O relatório do BID, no cunho pragmático e imparcial em que foi impresso, comporta sugestões de inapreciável valor para os Governos latino-americanos, todos eles, decerto, animados de propósitos em favor do desenvolvimento harmônico desta parte do mundo, de relevante papel no futuro.

CENTRO DE ABASTECIMENTO EM TRIBOBÓ

A construção do primeiro centro de abastecimento da região da Guanabara e Estado do Rio será iniciada brevemente, em Tribobó, Município de São Gonçalo.

O contrato para a obra deverá ser firmado entre a Secretaria da Agricultura e

Abastecimento do Estado do Rio e a firma Atlanta Engenharia. O centro será o segundo do Brasil, adotando a experiência da Ceasa, em São Paulo.

O centro de abastecimento é um conjunto de armazéns, estufas, frigoríficos, bancos, escritórios técnicos de agricultura e pecuária, que servem de apoio à produção agropecuária, ao tempo em que garantem o abastecimento da área de grande densidade demográfica. Basicamente procura atender ao mercado de consumo e, pela garantia de comercialização, oferecer uma política estável de preço mínimo, com financiamento da produção e orientação técnica aos plantadores e criadores.

Não tem característica de mercado de atacadista, servindo, inclusive, de apoio à distribuição de produtos para eles e à rede de mercadinhos populares, para venda ao consumidor. Os centros de abastecimento eliminam a atividade do intermediário, que no Estado do Rio, para garantir um preço abaixo da realidade, chegavam a financiar os pequenos e médios produtores, fornecendo sementes, adubos e transportes para os centros de consumo dos produtos.

COMPRA DE SACARIA COM FINANCIAMENTO

Objetivando remover dificuldades que possam surgir no escoamento das safras agrícolas, devido à escassez de sacaria nos locais de produção e beneficiamento, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil resolveu conceder empréstimos destinados à aquisição de sacaria nova para o acondicionamento da produção.

Somente em casos excepcionais, quando o mercado local não dispuser de sacaria nova para atender à demanda, a CREA I financiará a aquisição de sacos usados, desde que em bom estado de conservação, para acondicionamento de qualquer produto e quando sejam, também seus beneficiários, exclusivamente, pro-

dutores agrícolas ou suas cooperativas.

DIMINUIÇÃO DO GADO DE CORTE

Nos próximos três anos haverá considerável diminuição da produção do gado de corte no Rio Grande do Sul, o que está preocupando os pecuaristas e determinando providências que possam atenuar as conseqüências do mal. Enquanto isso, em outros Estados atiram-se trabalhos para incremento da produção.

Entre os Estados que contam com esse serviço organizado racionalmente, está o de Minas Gerais, graças, em boa parte, aos esforços da Associação Brasileira de Criadores de Zebu. Essa entidade de classe, sediada em Uberaba, acaba de pôr em execução um plano de reformas, inclusive dos estatutos sociais, elaborado por uma equipe de técnicos pertencentes aos quadros do Instituto de Organização Racional do Trabalho — IDORT, de São Paulo.

REFLORESTAMENTO DO PAÍS

Quase 500 milhões de árvores estão sendo plantadas em oito Estados por particulares que se beneficiam dos incentivos fiscais para reflorestamento instituídos pelo Governo e, por outro lado, os exploradores de florestas e exportadores de madeiras estão obrigados a plantar quatro mudas por metro cúbico extraído ou exportado.

A informação foi prestada pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, a propósito da conferência do paisagista Burle Marx, no Conselho Federal de Cultura, na qual afirmou que, se o Governo não fizer legislação mais adequada, vastas regiões se transformarão em desertos.

A mesma fonte disse que seria um aqodamento pretender fazer, agora, nova legislação sobre as florestas, pois o Código Florestal foi aprovado em 1965, os incentivos fiscais para reflorestamento e o IBDF foram criados em 1967, estando, praticamente, no início a

implantação da nova política florestal do Governo.

FINANCIAMENTO PARA REPRODUTORES BOVINOS

Os pecuaristas nacionais podem utilizar-se dos financiamentos oferecidos pelo Banco do Brasil, que são proporcionados pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) e pela Carteira de Comércio Exterior (CADEX). Os financiamentos da CREA I visam a sustentar vendas a prazo e beneficiam os pecuaristas tradicionais e conceituados, possuidores de rebanhos de criação puros de origem e por cruzas.

Estabelece-se como limite de financiamento o necessário para permitir a venda anual das crias machos, de plantéis de alta linhagem.

O levantamento do crédito é feito mediante a apresentação, para cobrança por intermédio do Banco, de promissórias rurais emitidas pelos criadores a favor do beneficiário do crédito aberto e que representam o valor da venda de touros e touros produzidos pelo rebanho do mutuário.

CRÉDITO RURAL NO NORDESTE

Vinte e sete mil, trezentas e vinte e quatro operações de crédito rural foram contratadas, no ano passado, pelo Banco do Nordeste, do Brasil.

O valor de tais operações é estimado em NCr\$ 198 milhões com a média de NCr\$ 7 mil por empréstimo, situando-se 72% dos financiamentos na faixa de NCr\$ 6,5 milhões.

Somaram 16.591 as operações destinadas a custeio, o que representa recursos equivalentes a NCr\$ 101 milhões, enquanto as destinadas a investimentos atingiram a 10.733, consumindo NCr\$ 97 milhões, com a média de NCr\$ 9 mil por operação contratada.

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL NA PARAÍBA

A Paraíba contará, em breve, com um Banco de Inseminação Artificial para aprimoramento do rebanho

bovino do Estado e melhoria de suas condições sanitárias, o que possibilitará ainda aos pecuaristas uma acentuada redução nos custos de manutenção do gado leiteiro e de corte.

O Banco de Inseminação Artificial foi idealizado pela equipe técnica da Delegacia Regional do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário na Paraíba e o plano, submetido à apreciação da administração central do órgão, foi recentemente aprovado.

Aprovado o plano, o INDA entrou em entendimentos com a Equipe Técnica de Fisioterapia da Reprodução e Inseminação Artificial, que enviará à Paraíba um grupo de técnicos para cuidar da implantação do projeto em todos os seus aspectos e treinar o pessoal que prestará serviços no Banco de Inseminação Artificial.

FESTA DO ABACATE

Muitas cidades ou regiões promovem festas agrícolas, como Patos de Minas, a capital brasileira do milho, que realiza todos os anos sua "Festa do Milho". Em São Paulo muitas cidades fazem regularmente festas de colheita de seus produtos — uva, em Jundiá; pêssego, em Itaquera; caqui, em Mogi das Cruzes; morango, em Valinhos, etc. Isso parecia restrito às frutas de maior consumo, mas agora também o abacate entrou na lista das promoções. Em Novo Horizonte, município paulista da antiga linha douradense, os plantios dessa fruta se expandiram, e já conseguiram sua inclusão na programação oficial das festividades. Assim, de agora em diante, no mês de janeiro haverá o "Dia do Abacate", em Novo Horizonte.

CAI SAFRA DE ARROZ

Goiás terá este ano um prejuízo de mais de 6 milhões de sacos de arroz, pois sua produção não ultrapassará 12 milhões, quando as estimativas iniciais, à época da plantação, eram de que as colheitas se elevariam a 18 ou 20 milhões de sacas.

É que extensa área agrícola em Goiás foi prejudicada, dentre elas as de Goiatuba, Quirinópolis, Vale de São Patrício e parte da zona de São Luiz de Montes Belos.

REDUÇÃO NA SAFRA ALGODOEIRA

A safra algodoeira do Paraná deverá sofrer uma redução de 20% no volume e não deverá, portanto, ultrapassar a casa das 656 mil toneladas. A cultura de um modo geral vinha exibindo ótimo aspecto vegetativo, embora apresentando menor carga que as lavouras do período 67-68, com predominância nas lavouras mais tardias e naquelas onde há excesso das plantas. O clima que até dezembro se apresentava mais favorável do que negativo à cultura, foi responsável, no final, pela queda prevista, que será da ordem de 20%.

Se ocorrer a quebra prevista, a responsabilidade caberá exatamente ao problema climático. Os elementos essenciais de composição da safra funcionaram de maneira considerada excelente.

A "Café do Paraná" vendeu, para a corrente safra, cerca de 756.696 sacas de sementes de algodão, das quais 5 mil foram levadas para o Estado de Mato Grosso. Estima-se que entraram no Paraná, procedentes de São Paulo, sem controle daquela empresa mista, 82 mil sacas. Assim sendo foram plantadas nesta safra 833.696 sacas de sementes de algodão, ocupando uma área de 601 hectares da safra passada, numa proporção de 77%. A cultura expandiu-se mais nas regiões chamadas Norte Novo e Norte Novíssimo, com grande destaque para as regiões de Campo Mourão, onde se registrou superior a 200%; Maringá, com 100%; e Cruzeiro do Oeste, com 85% de aumento da área cultivada. No Norte Velho, as regiões de Cornélio Procopio e Andara apresentaram os maiores índices de aumento, com 100%.

A lavoura algodoeira foi retardada em relação à safra passada; houve grande retardamento na germinação, que geralmente quase

só ocorreu a partir da segunda quinzena de novembro e outras só nasceram em dezembro, embora em áreas insignificantes.

BRASIL — 1980

De acordo com informação do IPEA, a população total do Brasil, em 1980, poderá atingir aproximadamente 123 milhões de almas. Embora se trate, apenas, de uma estimativa da ordem de grandeza provável das populações estaduais até aquele ano, há que inquirir as exigências desse alto índice demográfico aos setores primordiais da Nação. E a primeira delas refere-se à produção agrícola, responsável pela alimentação e sobrevivência dessas grandes camadas populacionais.

O índice de mecanização da nossa lavoura é um dos mais baixos do mundo: enquanto na Inglaterra há um trator para cada sete hectares e, na Alemanha Ocidental, há um para cada doze, no Brasil a proporção é desnordeante — um trator para 470 hectares. Mais ainda; mesmo que já tivéssemos colocado em serviço mais cem mil tratores, ainda assim, continuaria o índice dramático de um para quatrocentos e vinte hectares.

REVOLUÇÃO NA ÁREA RURAL PAULISTA

Quarenta e nove projetos; sendo 11 referentes ao programa de conservação do solo, 6 relativos à fitotecnia, 14 de defesa sanitária vegetal, 5 de zootecnia, 6 de defesa sanitária animal e 7 de sócio-economia, estão em plena execução na região de Sorocaba. Trata-se de plano elaborado pela Diretoria Regional Agrícola e que conta com 6 programas e 12 diretrizes.

O objetivo do plano é o de melhorar a agropecuária paulista pelo único caminho possível, o da técnica. O mecanismo empregado será o de elaborar projetos próprios a cada situação, a partir da análise das atuais condições agrícolas regionais.

Denominado Plano Regional de Assistência Técnica à Agricultura — Prata — o programa vem exposto em 3 volumes e 900 páginas e foi elaborado pelos técnicos assessôres da DIRA de Sorocaba.

PIAUI É O 2.º PRODUTOR DE ARROZ DO NE

O Piauí é o segundo produtor de arroz no Nordeste, contribuindo com 10,5% da produção rizícola da região, segundo o trabalho "Aspectos Econômicos e Agrônômicos do Arroz no Piauí", publicado pelo Departamento (ETENE), do Banco do Nordeste.

Evoluindo a um ritmo de 15% no período 1960-67, o arroz piauiense representa 10% na formação da renda interna, assumindo lugar de destaque na agricultura, da qual é o segundo produto em termos de valor da produção.

ERRADICAÇÃO

A erradicação de cafêzais nas Zonas da Mata e do Rio Doce começou a trazer preocupações às classes produtoras daquelas regiões, onde, segundo estimativas otimistas, gira em torno de duzentos mil o número de trabalhadores agrícolas ociosos. Inúmeras famílias, cujos chefes são lavradores sem trabalho, já iniciaram penosa marcha migratória para a Guanabara e São Paulo, à procura de ocupação.

As autoridades locais não condenam inteiramente a política de erradicação do IBC. Sustentam, entretanto, que a falta de uma política para implantação de uma nova infra-estrutura agrícola gerou uma série de problemas sociais e econômicos que poderão ter graves conseqüências.

FLORESTAS VÃO SER PRESERVADAS

A preservação de maciços florestais situados no Vale do Paraíba será objeto de estudos especiais, a cargo de comissão nomeada pelo governador do Estado de São Paulo, em cumprimento à lei sobre o assunto, assinada

no ano passado. A presidência da comissão caberá ao engenheiro-agrônomo Raul Audi, do Serviço de Fotointerpretação do Instituto Agrônômico, e será constituída pelos engenheiros Pedro Luís Donzell, do mesmo Serviço; Celso Merbach Chagas e Francisco José Ribeiro Kronka, ambos do Serviço Florestal da Secretaria da Agricultura.

CEREAL DO FUTURO SERÁ PRODUZIDO EM LABORATÓRIO

Triticale, um combinado de trigo e centeio obtido em laboratório, será, dentro de alguns anos, um dos cereais mais cultivados no mundo, segundo revelou o Sr. Marcelino F. Garcia, delegado norte-americano à V Conferência Latino-Americana sobre Produção de Alimentos.

Ao tratar do problema da diversificação da cultura, o Sr. Marcelino Garcia explicou que os geneticistas de todo o mundo estão provocando evoluções instantâneas de espécies, que, "naturalmente, levariam milhões de anos para se transformarem".

Para Consumo

O novo combinado deverá ser entregue aos lavradores de todos os países até 1970. Atualmente ele já é cultivado, de modo experimental, no México, Canadá e Equador.

Algumas espécies de Triticale apresentam 18% de proteínas, contra 14% apresentados pelas melhores qualidades de trigo e os 12% contidos na aveia. Na avicultura, o novo produto pode substituir perfeitamente o trigo.

O delegado norte-americano informou que um outro tipo de cereal, denominado Crambe, que dá com facilidade no Mediterrâneo, vem subindo muito no conceito dos especialistas, devido às suas boas propriedades.

— Basta dizer que antes de 1967 não havia cultura da espécie. Hoje, somente em dois Estados norte-americanos, estão sendo plantados 50 mil acres.

O Sr. Marcelino F. Garcia revelou que os investimentos aplicados na cultura do crambe são sensivelmente menores do que se os agricultores tivessem plantado milho ou soja.

Do crambe pode ser obtido um óleo de ótima qualidade, que poderá ser aproveitado pelas indústrias de aço. A semente do produto é também rica em proteína.

Até agora, o cereal apresentou dois inconvenientes: um deles é a presença de Tioglicosídeos, que podem inibir o crescimento. O outro é uma substância amarga que desagradava aos animais. Os estudiosos buscam uma fórmula de afastar esses problemas.

Durante a sessão falaram também o norte-americano P. J. Muender e o brasileiro Gervásio Inoue, um dos diretores da Cooperativa Agrícola de Cotia, de São Paulo.

PIMENTA

Até o ano de 1948, o Brasil importava pimenta-do-reino para atender ao seu consumo. Hoje, vinte anos depois, somos até exportadores.

A produção brasileira de pimenta-do-reino é obtida no Norte e no Nordeste. Sobre a 5 mil hectares a área plantada, e a safra de 1967 foi de 13 mil toneladas de sementes, no valor de 11 milhões de cruzeiros.

No Pará está o maior contingente de produção — cerca de 3 mil hectares plantados e produção de mais de 12 mil toneladas. A região da serra da Borborema oferece condições excelentes para esta cultura, com sua temperatura variante de 20 a 25°C e com chuvas entre 1.200 a 2.200 mm por ano.

Atualmente, a produtividade das lavouras é reduzida: colhe-se, em média, um quilo e meio por pé, enquanto em Bombaim o rendimento é de 24 quilos por pé.

CACAU "TEMPORÃO" RENDERÁ ESTE ANO US\$ 80 MILHÕES

A CEPLAC e outros órgãos do comércio e indústria do cacau estimam a safra do temporão, cuja colheita já

se iniciou, em 1.400.000 a .. 1.600.000 sacos que aos preços atuais proporcionarão uma receita em dólares de 75 a 80 milhões, mais que toda a safra do ano passado.

O temporão é colhido de maio a setembro e a safra propriamente dita de outubro a janeiro. A colheita total, segundo estimativa da CEPLAC, deverá proporcionar uma receita em dólares que devolverá ao cacau sua posição de relêvo na balança das exportações brasileiras, colocando-o, no mínimo, em quarto lugar.

A Associação Baiana da Indústria de Cacau informa que persiste o deficit no mercado internacional, comparadas as cifras do consumo atual, os estoques e as estimativas da produção. Esse deficit aproxima-se de 500 mil toneladas, daí a reação das cotações, que passaram de 26 centavos de dólar por libra peso, em julho-agosto de 1968, para 38-40 centavos no corrente ano. Os estoques em Nova Iorque, em abril deste ano, são de 146.714 sacos, contra 416.054 e 577.770 sacos nos anos de 1968 e 1967, respectivamente. Em Filadélfia a posição é mais séria ainda: 261.157 sacos em 1969, contra 683.940 e 1.003.14 em 1968-1967.

Comercialização

A Bahia, nesta altura do ano, já vendeu aproximadamente 200 mil sacos de cacau do temporão, tendo a comercialização se iniciado no dia 9 de abril. Tudo indica, segundo a ABIC, que esse será um bom ano para o cacau e, conseqüentemente, para a lavoura e o Governo.

SUBEMPREGO NO PAÍS

A estimativa do subemprego no Brasil é de aproximadamente 50% da população ativa. Entende-se por subemprego o trabalho inferior a 39 horas por semana. Diversos estudos feitos estabelecem que o subemprego abaixo de 15 horas semanais pode ser considerado como desemprego em caráter permanente ou temporário.

O problema do subemprego também existe nos países de agricultura racionalizada,

mas em menor escala, uma vez que o contingente de trabalhadores rurais é reduzido. No Brasil, a mão-de-obra agrícola está ocupada durante um determinado período do ano, ou seja, na época do plantio e da colheita. O mesmo fato também pode verificar-se com relação às áreas de turismo ou veraneio, que ocupam parte da população ativa somente durante um determinado período mais ou menos curto do ano.

Desemprego

Um estudo feito no ano passado pelo Departamento Nacional de Pesquisas do IBGE por amostra de domicílios demonstrou que o índice de desemprego no Nordeste foi naquele ano de 2,7%; na região Sul, de 2,5%; e no Centro de 2,6%. Levando em conta que a faixa compreendida até 5% de uma população ativa desempregada pode ser tomada como fato normal em qualquer país, constatou-se que os levantamentos feitos não correspondem à realidade.

Para que fôsse feita uma estimativa real do desemprego, a partir deste ano, estão sendo realizados novos trabalhos estatísticos pelo IBGE em conjunto com o Ministério do Trabalho. Outro fato que também ficou demonstrado pelo estudo anterior é que no Nordeste, onde pode ser verificado o maior índice de desemprego cerca de 22,5 da população ativa trabalham um total inferior a 39 horas por semana.

Mercado

Para 1969, a previsão de oferta de novos empregos, de acordo com o regime da CLT, é de 900 mil empregos. Em 1968, a oferta do emprego efetivamente preenchida foi de 700 mil, correspondendo a 6,5 milhões de pessoas, cerca de 20% da população ativa do País. O INPS, que levantou esses dados, fixou ainda a necessidade de novos empregos em aproximadamente um milhão por ano. A maior oferta foi observada com relação ao setor industrial, com 400 mil empre-

gos, incluindo-se a construção civil, que tem uma taxa de crescimento do emprego industrial acima de 10%. Logo a seguir vem o setor do comércio e prestação de serviços, com um índice de 300 mil empregos aproximadamente, como foi verificado em 68. Ainda no ano passado, foram admitidos no País, cerca de 2.968.402 empregados sendo 488.337 no primeiro emprego. No mesmo período, o total de desligamentos foi da ordem de 2.380.241.

DISTRIBUIÇÃO DE COLHEDEIRAS

Mais 35 colhedadeiras da marca "Zmaj", importadas da Iugoslávia pelo Ministério da Agricultura, aproveitando nosso saldo na balança de pagamentos, chegaram a Curitiba, totalizando, com as 10 entregues em 1968, 45 máquinas que a Diretoria Estadual do MA está entregando aos agricultores paranaenses, em financiamento de 6 anos, à taxa de 6% ao ano, de juros.

As colhedadeiras, que estão sendo entregues através do Grupo Executivo de Engenharia, destinam-se exclusivamente a agricultores, que pagarão por unidade NCr\$. 42.766,30, sendo que desta importância, apenas NCr\$. 5.397,68 no ato do recebimento. Seis colhedadeiras serão distribuídas a agricultores da região de Curitiba, 15 foram enviadas ao município de Cascavel, 7 ao município de Maringá e 7 ao município de Londrina.

ANUNCIE

EM

"A LAVOURA"

Livros e Publicações

COMPÊNDIO VETERINÁRIO

Indicador Terapêutico dos Produtos para Medicina Veterinária — 5.^a Edição Revisita e Atualizada. Organização Andrei Editôra S.A. Caixa Postal 4989 — Fones: 220 — 7246 e 51-3839 — São Paulo — 328 pgs.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA DO BRASIL

Volume VI — Parte VIII
Roberto Macedo — 291 pgs.
DASP — Serviço de Documentação 1964.

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA DO BRASIL

Volume IV — Alfredo Libâ-

nio Guedes — DASP — Serviço de Documentação — 196 pgs. 1962

INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA

Anteprojeto do Plano de Reforma Agrária da Área Prioritária de Emergência do Estado do Ceará — 293 pgs. Rio de Janeiro — IBRA 1968.

CASTANHA DO PARÁ RELATÓRIO E ESTUDO

Economista Frederico Alberto Andrade — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia SUDAM — Ministério do Interior — Belém — Pará 1968, 23 pgs.

MADEIRAS DA AMAZÔNIA

Economista José Roberto

M. Rodrigues — Superintendência do Desenvolvimento ad Amazônia-SUDAM-Belém — Pará — 1968, 38 pgs.

RELATÓRIO AO GOVERNO DO BRASIL SÔBRE PRODUÇÃO E MERCADO DE MADEIRA NA AMAZÔNIA

O. H. Knowles — Técnico Florestal da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO).

Traduzido do original inglês por Délcio Seawright Salgado — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — (SUDAM) — Ministério do Interior — 169 pgs. Belém-Pará 1966.

“A LAVOURA” — HÁ 70 ANOS

JUNHO DE 1899

Dr. Campos da Paz, G. V.; As pestes importadas II G.V.; Criação no Brasil, Alberto Araujo F. Jacobina; Núcleos Coloniais, O. B.; Sobre uma nova moléstia do fumo (continuação), Trad. de Dr. S. Barradas; A peste dos suínos, Dr. Julio Leite; Prêmios à Lavoura, indicação à Câmara Municipal de São Paulo pelo Vereador Dr. Veiga Filho; As nossas galinhas, G. V.; Estrumeiras II. G. V.; Ferrugem do Feijão, G. V.; Parasitas da Videira, Carlos Moreira; Charles Naudin (necrologia), red.; Variedades: Imigração estrangeira da República Argentina; Máquinas de beneficiar o arroz; Sociedade Cooperativa Agrícola (Bangu).

JULHO

As pestes importadas III, (il) Germano Vert; Pomologia — A indústria da conservação das frutas, Antonio de Medeiros; Queijo de manteiga do Seridó, Red.; Efeitos de certos métodos de tratamento do solo sobre a produção do milho, T. L. Lyon, Trad. do Dr. Germano Vert; A cultura do aspargo nas regiões tropicais, G. V.; As lagartas do repolho e sua destruição, G.V.; Variedades: Os adubos e a produção do açúcar; A propaganda do Chá em Ceilão; Semeadores de Milho; Museu Comercial de Filadélfia; Aguardente de Ananás; A degeneração das Batatas; A água, os terrenos e os fertilizantes.

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA

Leis, decretos-leis, portarias, demais atos oficiais dos governos federal, da Guanabara e de São Paulo, relativos a janeiro e fevereiro de 1969

GOVERNO FEDERAL

AÇÚCAR — Assistência Social

O Conselho Deliberativo do IAA determinou que os produtores de cana de açúcar e álcool são obrigados a aplicar, em benefício dos trabalhadores agrícolas e industriais das usinas, destilarias e fornecedores de cana, e no de suas famílias, em serviço de assistência médica, hospitalar, farmacêutica, e social, importância correspondente, no mínimo, às seguintes percentagens, de 1% sobre o preço oficial do saco de açúcar de 60 quilos, de qualquer tipo; de 1% sobre o preço oficial da tonelada de cana entregue, a qualquer título, às usinas e destilarias, pelos fornecedores ou lavradores da referida matéria; de 2% sobre o valor oficial do litro de álcool, de qualquer tipo, produzido nas destilarias.

Foi determinada, outrossim, a forma de aplicação da assistência citada (MIC-IAA — Revolução n.º 2.017, de 27-11-68 DO—II de 3-1-69, p. 9).

AÇÚCAR — Produção Individual — Pernambuco — Safra de 1968/69

O Presidente do IAA determinou que a produção autorizada às usinas do Estado de Pernambuco, na safra de 1968/69, fica mantida em 14,4 milhões de sacos de açúcar. A distribuição da produção será a seguinte, por sacos de 60 quilos: contingente a produzir um açúcar demerara — 7.300.000; em mel rico invertido — 1.400.000; em açúcar cristal — 5.700.000.

O programa de fabricação de mel rico invertido, na safra de 1968/69, fica reduzido a 140 mil toneladas métricas, equivalentes a 1,4 milhões de sacos de açúcar demerara, em decorrência da transferência para a safra de 1969/70 da produção de uma parcela de 600 mil toneladas métricas de mel rico invertido, correspondente a 600 mil sacos de açúcar demerara.

A Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco ficará responsável pela integral realização do saldo de 22 mil toneladas métricas de mel rico invertido, transferido da safra de 1967/68 para a safra em curso, cabendo a ela indicar as usinas que deverão produzir esse saldo e atribuir os respectivos volumes individuais. O volume de 220 mil sacos de açúcar, referentes ao saldo supracitado, será deduzido das parcelas individuais de açúcar cristal atribuídas às respectivas usinas (MIC—IAA — Ato n.º 28, de 21-12-68 — DO—II de 13-1-69, p. 69).

BORRACHA — Programa — Cotas de Suprimento

O Conselho da Borracha decidiu que as projeções das séries históricas de consumo e produção nacional de borrachas vegetais e sintéticas deverão ser preparadas pela Superintendência da Borracha até 31 de dezembro de cada ano civil. Estas projeções serão utilizadas em conjunto com informações individuais complementares na elaboração das previsões de consumo e suprimento do produto no mercado nacional.

Com base no estudo da Superintendência, o Conselho Nacional da Borracha aprovará os valores-límites de importação para os diversos tipos de borrachas para o exercício seguinte (MIC — CNB — Resolução n.º 20, de 14-11-68 DO—II 8-1-69, p. 52).

CARNE BOVINA — Abastecimento — Preços — Brasília

O Delegado Regional da SUNAB em Brasília, fixou os preços máximos de carne verde de vaca no comércio varejista do Distrito Federal, liberando apenas os preços do filé e do contrafilé. (MA—SUNAB—DF — Portaria n.º 1, de 8-1-69 — DO de 10-1-69, p. 298).

CARNE BOVINA — Abastecimento — Preços — Pernambuco

O Superintendente da SUNAB estendeu ao Estado de Pernambuco as normas relacionadas aos preços máximos de venda da carne bovina, que inicialmente abrangiam a Guanabara e a cidade de São Paulo (MA—SUNAB — Portaria n.º 1.391, de 19-12-68 — DC de 7-1-69, p. 124).

CAVALO DE CORRIDA — Plano Nacional para Criação e Exploração

O Presidente da Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional ordenou o cumprimento, pelos órgãos federais e atividades privadas em atitudes sujeitas à coordenação da CCCCN, do Plano Nacional para Criação e Exploração Racional de Equídeos (MA—CCCN — Portaria n.º 52, de 26-11-68 — DO de 17-1-69, p. 569).

COBAL — Fundo para Melhoria da Distribuição de Gêneros Alimentícios — Extinção.

O Fundo para Melhoria da Distribuição de Gêneros Alimentícios da COBAL foi estimado, sendo os recursos adicionados ao Fundo para a Constituição de Estoques Reguladores (Decreto n.º 63.922, de 30-12-68 — DO de 2-1-69, p. 1).

CONGRESSO NACIONAL DE AGROPECUÁRIA II — Carta de Brasília

Foram aprovadas as faixas de atuação e as áreas de execução, em âmbito nacional, fixadas nas Reuniões Regionais Preparatórias ao II Congresso Nacional de Agropecuária, bem como os objetivos da Carta de Brasília com a atualização feita nesse conclave (Decreto n.º 64.003, de 17-1-69 DO de 24-2-69, p. 1.617).

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA — Regimento Interno.

O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia teve o seu novo Regimento Interno aprovado pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e revogado o Regimento de 25 de janeiro de 1966 (MTPS — CREA — DO—II de 6-2-69, p. 260).

ERVA-MATE — Exportação — Mercado Chileno

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal fixou os seguintes preços para exportação, para pagamento à vista, de erva-mate beneficiada, com destino ao Chile, através dos portos de embarque dos Estados do Paraná e Santa Catarina:

legislação agrícola

Tipo PC-1: Acondicionada em pacotes de um e dois quilos — US\$ 195 a tonelada; em bôlsas ou sacos de 5 a 25 quilos — US\$ 180 a tonelada.

Tipo PC-5: Acondicionada em pacotes, somente de um e dois quilos — US\$ 145 a toneladas; em bôlsas ou sacos de 5 a 25 quilos — US\$ 130 a tonelada.

As vendas fechadas antes da vigência da portaria terão validade, uma vez comprovada a existência de carta de crédito bancário irrevogável (MA-IBDF — Portaria n.º 787, de 29-1-69 DO—II de 11-2-69, p. 287).

ERVA-MATE — Exportação — Preços Mínimos

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal fixou os preços mínimos de erva-mate beneficiada tipo chá, verde ou queimado, por tonelada FOB — portos brasileiros, para venda nos mercados externos: Tipo queimado PP-1 (pura fôlha), US\$300,00 a ton; Tipo verde PVE-1 (pura fôlha), US\$ 285,00 a ton. Estes preços se referem ao mate acondicionado em caixas de madeira com 22,700 kg — o equivalente a 50 libras (MA-IBDF — Portaria n.º 763, de 9-1-69 — DO-II de 22-1-69, p. 137).

ERVA-MATE — Preço Mínimo — Safra de 1969

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal fixou em NCr\$ 3,50 por quinze quilos o preço mínimo para a safra de erva-mate em 1969, produzida nos Estados do Paraná e Santa Catarina e colocada em Curitiba ou Mafra. Nas demais localidades, o preço será idêntico, deduzidas as despesas de transporte entre os locais de aquisição e um daqueles dois pontos de referência (MA-IBDF — Portaria n.º 786, de 29-1-69, DO—II de 11-2-69, p. 287).

FRUTOS CÍTRICOS — Exportação — Padronização — Normas

O Conselho Nacional do Comércio Exterior aprovou as novas especificações, com vigência a partir de 1-3-69, de padronização, classificação e fiscalização das frutas cítricas destinadas à exportação (MIC-CONCEX — Resolução n.º 45, de 22-2-69 — DO de 26-2-69, p. 1.729).

GADO BOVINO — Abastecimento — Abate em 1969

O abate de fêmeas até cinco anos de idade, inclusive bezerras, foi proibido em todo o território nacional. Excluem-se dessa proibição as fêmeas que tenham deficiências orgânicas, apresentem defeitos fisiológicos ou estejam afetadas por doenças que justifiquem o seu abate. No Rio Grande do Sul, o abate será regulado pelo Instituto Sul-Rio-grandense de Carnes, em convênio com o Ministério da Agricultura (Decreto n.º 64.047, de 31-1-69 — DO de 4-2-69, p. 1.163).

GADO BOVINO — Marcação — Alteração

Foi suspensa, durante o ano de 1969, a aplicação de multa de valor equivalente a 5% do maior salário-mínimo vigente no País aos estabelecimentos de abate que sacrificiem gado cuja marcação não tenha sido feita de acordo com as seguintes determinações:

a) marcação a ferro candente na cara, no pescoço e nas regiões situadas abaixo de uma linha imaginária, ligando as articulações fêmuro-rótulo-tibial e úmero-rádio-cubital, de sorte a preservar de defeitos a parte do couro de maior utilidade, denominada "grupon";

b) proibição de uso de marca cujo tamanho não possa caber em círculos de onze centímetros de diâmetro;

c) proibição do emprêgo de marca de fogo, por parte dos estabelecimentos de abate de gado bovino, para identificação de couros (Decreto-lei n.º 460, de 10-2-69 — DO de 10-2-69, p. 1.329).

LEITE "IN NATURA" — Abastecimento — Preço — Pernambucano

O Superintendente da SUNAB homologou portaria baixada pela delegacia regional de Pernambuco, fixando para esse Estado os preços máximos para o leite in natura (MA-SUNAB — Portaria n.º 17, de 12-2-69 — DO de 25-2-69, p. 1.681).

MADEIRAS — Exportação — Proibição

O Conselho Nacional do Comércio Exterior manteve a proibição de exportações de diversos tipos de madeira, em toros, blocos para laminação ou peças serradas sem esquadrar ou reffilar. Entre essas madeiras figuram jacarandá, pau-ferro, caviúna, pau-brasil, mogno, cedro, canela, pau-roxo, peroba e sucupira (MF — CONCEX — Resolução n.º 44, de 22-1-69 — DO de 5-2-69, p. 1.222).

MAQUINARIA AGRICULTURA — Financiamento

O Conselho-Diretor do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário autorizou a alteração da Cláusula Sexta do convênio-padrão para financiamento de máquinas agrícolas, implementos e materiais agropecuários diversos destinados à revenda, cuja redação passa a ser a seguinte: "Quando o valor do material fornecido for acima de 100 e inferior a 310 salários-mínimos: a) prazo de carência — 6 meses; b) prazo de amortização — 54 prestações iguais e mensais; c) juros de 8% ao ano".

"No que tange à taxa de Administração visando a facilitar a amortização da mesma por parte dos interessados, a importância relativa ao seu pagamento deverá em todos os casos, ser incorporada equitativamente ao valor das promissórias emitidas" (MA-INDA — Deliberação n.º 1.678, de 30-1-69 — DO—II de 30-1-69, p. 219).

MECANIZAÇÃO AGRICULTURA — Grupo de Trabalho

O Ministro da Agricultura determinou a constituição de Grupo de Trabalho incumbido de estudar o aperfeiçoamento do Plano Nacional de Mecanização Agrícola e de definir o programa de mecanização a ser adotado em 1969. O GT será integrado por representantes dos Ministérios da Agricultura e do Planejamento (MA-Gb — Portaria n.º 6, de 23-1-69, DO de 4-2-69, p. 1.170).

PESCA — Acôrdio Brasil/Argentina

Foi aprovado o Acôrdio de Pesca firmado entre o Brasil e a Argentina em 29-12-67, pelo qual cada uma das partes contratantes autoriza os nacionais da outra pescar, com isenção de taxas, nas águas exteriores a um limite de 6 milhas, contadas a partir das linhas de base que servem para calcular a largura do respectivo mar territorial (Decreto-lei n.º 453, de 5-2-69 — DO de 6-2-69, p.1. 241).

PESCA — Acôrdio Brasil-Uruguai

Foi aprovado o Acôrdio de Pesca e Preservação de Recursos Vivos entre o Brasil e o Uruguai, assinado em Montevideú a 12 de dezembro de 1968 (Decreto-lei n.º 412, de 9-1-69 — DO de 10-1-69, p. 273).

PINHO — Exportação — Liberação de Contingente

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal liberou o contingente de 40.012.000 pés quadrados de madeira de pinho destinado à exportação no período janeiro/abril de 1969 pela Comissão Coordenadora de Exportação de Madeira. As parcelas foram assim distribuídas:

Curitiba	6.294.400
Joinville	6.909.200
Itajaí	11.930.400
Pôrto Alegre	14.878.000
TOTAL	40.012.000

(MA-IBDF — Portaria n.º 758, de 6-1-69 — DO—II de 29-1-69, p. 211).

PRODUTOS HORTIGRANJEIROS — Abastecimento — Notas Fiscais

O Superintendente da SUNAB determinou que as notas fiscais emitidas pelos atacadistas, com relação aos produtos hortigranjeiros, devem discriminar a

espécie do produto, sua quantidade em quilogramas ou dúzias e o respectivo preço por quilo ou dúzia. Na venda do produto ao consumidor, o varejista fica obrigado a oferecê-lo separado, por espécie e qualidade, a fim de ser identificado em relação ao preço da nota fiscal emitida pelo atacadista (MA—SUNAB — Portaria n.º 1.392, de 20-12-68, DO de 6-1-69, p. 73).

PRODUTOS VETERINÁRIOS — Fabricação — Fiscalização

Foi estabelecida a obrigatoriedade da fiscalização da indústria, do comércio e do emprego de produtos destinados ao uso veterinário em todos os estabelecimentos privados e oficiais, cooperativas, sindicatos rurais, ou entidades congêneres que se dediquem ao fabrico, fracionamento, comercialização ou armazenamento desses produtos. A fiscalização se estenderá, também, à manipulação, ao acondicionamento e à fase de utilização. Essa tarefa é da competência do Ministério da Agricultura, através do Serviço de Defesa Sanitária Animal, do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária.

Todos os produtos veterinários, parcial ou totalmente importados, deverão ser integralmente elaborados no País dentro do prazo de três anos, a contar de 14 de fevereiro de 1969. A licença relativa à comercialização de tais produtos — total ou parcialmente importados — terá a validade de três anos (Decreto-lei n.º 467, de 13-2-69 — DO de 14-2-69, p. 1.465).

PROPRIEDADE RURAL — Estrangeiro — Proibição

Art. 1.º A aquisição de propriedade rural no território nacional somente poderá ser feita por brasileiro ou por estrangeiro residente no País.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos casos de transmissão causa mortis.

Art. 2.º Para os efeitos deste Ato, considera-se residente no País o estrangeiro que nele possua permanência definitiva.

Art. 3.º Lei especial determinará as condições, restrições, limitações e demais exigências a que ficará sujeita a aquisição de imóvel rural por pessoa estrangeira natural ou jurídica, tendo em vista a defesa da integridade do território nacional, a segurança do Estado e a justa distribuição da propriedade (Ato Complementar n.º 45, de 30-1-69 — DO de 31-1-69, p. 1.081).

RECURSOS NATURAIS DO Atlântico-Sul — Conservação dos — Acôrdio Brasil—Argentina.

Foi aprovado o Acôrdio Brasil—Argentina, assinado a 29 de dezembro de 1967, em Buenos Aires, para Conservação dos Recursos Naturais do Atlântico-Sul (Decreto-lei n.º 454, de 5-2-69 — DO de 11-2-69, p. 1.377).

REFLORESTAMENTO — Projetos — Incentivos Fiscais

Os projetos de florestamento ou de reflorestamento apresentados ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal até 29 de novembro de 1968 e ainda não aprovados pelo órgão darão direito à dedução ou abatimento condicional nas declarações de renda de pessoa física ou jurídica. Os comprovantes de aprovação do projeto cujas despesas foram condicionalmente abatidas — fornecidos pelo IBDF — deverão ser apresentados até a data da declaração do exercício financeiro de 1970, ano-base de 1969 (Decreto-lei 461, de 10-2-69, DO de 10-2-69, p. 1.330).

VINHO — UVA — Produção — Regulamento

Foram reguladas a produção, a circulação e o consumo dos vinhos e seus derivados e dos vinagres, e fixadas as normas para o controle e a fiscalização desses produtos. A denominação vinho será reservada exclusivamente ao líquido obtido pelo processo de fermentação alcoólica do mosto da uva fresca e madura, ficando proibida a venda, sob essa denominação, de produtos obtidos por outra qualquer forma, sob pena de apreensão e multa.

Para efeito de produção e comercialização, os vinhos, os produtos derivados da uva e dos vinhos e os

vinagres de origem nacional terão as suas características especificadas de acôrdo com normas técnicas e padrões fixados pelo Ministério da Agricultura, que constarão de regulamentação posterior.

Todos esses produtos — de procedência estrangeira — somente poderão entrar no País acompanhados de certificados oficiais de origem e análise, sem prejuízo da fiscalização.

Os vinhos e seus derivados, tanto os nacionais como os estrangeiros, e outras bebidas derivadas da uva somente poderão ser comercializados ou entregues ao consumo depois de prévio exame em laboratório oficial, devidamente credenciado pelo Ministério da Agricultura (Decreto-lei n.º 470, de 25-2-69 — DO de 26-2-69, p. 1.705).

ESTADO DA GUANABARA

FEIRAS-LIVRES — Matrículas

O Diretor do Departamento de Abastecimento decidiu reabrir, a partir de 3-69, o protocolo para revisão das matrículas dos feirantes, lavradores e mercadores. Fixou ainda, até 31-3-69, o prazo para requerimento de matrícula definitiva por parte dos portadores de autorizações provisórias para comercialização nas feiras livres (SE—DAB — Ordem de Serviço 'E' n.º 1, de 16-1-69 — DO—GB de 27-1-69, p. 1.284).

FEIRAS-LIVRES — Matrículas Novas — Prazo

O Diretor do Departamento de Abastecimento autorizou, a partir de 3-2-69, a entrada de requerimento para a concessão de matrículas novas para todas as categorias de feirantes das Zonas Norte, Suburbana e Rural (SE—DAB, Ordem de Serviço 'E' n.º 6, de 28-1-69 — DO—GB de 7-2-69, p. 2.003).

ESTADO DE SÃO PAULO

CAÇA E PESCA — Fauna Indígena — Preservação

O Diretor-Técnico da Divisão de Proteção e Produção de Peixes e Animais Silvestres, do Departamento da Produção Mineral da Secretaria da Agricultura, instituiu a lista oficial das espécies animais, sob ameaça de extinção no Brasil, proibindo em todo o País a captura, coleta ou caça, compra ou venda, comércio, transporte e a exportação de exemplares das espécies constantes da lista salvo para fins científicos ou exibição em instituições científicas, desde que o IBDF conceda licenças especiais (SA—DPA — Portaria n.º 569, de 28-1-69 — DO—SP de 5-2-69, p. 13).

COOPERATIVAS — Consignações — Descontos — Associações

O Coordenador da Administração Financeira comunicou aos órgãos preparadores e pagadores, da Capital e do Interior, que somente efetuem descontos de consignações a favor de associações cooperativas ou entidades de classe de servidores públicos estaduais, após as mesmas terem sido regularmente admitidas como consignatárias por despacho do Secretário da Fazenda (SF—CAF — Comunicado n.º 4, de 27-2-69, — DO—SP de 28-2-69, p. 11).

FLÔRES E PESCADO — (V. Produtos Hortigranjeiros)

LEITE CRU — ICM

A primeira saída de leite cru do estabelecimento em que tenha sido produzido com destino a comerciante ou industrial do Estado, inclusive cooperativas, dará direito ao estabelecimento destinatário, até 30-6-60, a um crédito correspondente ao imposto que seria devido sobre o valor da operação. Para este efeito, o valor da operação não poderá exceder a NCR\$ 0,26 por litro de leite.

A cooperativa que optar pelo favor fiscal agora concedido não fará jus à isenção aludida no inciso XXXIII do artigo 5.º do Regulamento do ICM (Decreto n.º 51.469, de 27-2-69, DO—SP de 28-2-69, p. 3).

legislação agrícola

PLANTAS MATRIZES — Registro

Foram instituídos, na Coordenação de Assistência Técnica Integral, o Registro de Plantas Matrizes e a Comissão de Registro de Plantas, a fim de estimular a produção de mudas de boas qualidades genéticas, fitossanitárias e cultivares (Decreto n.º 51.292, de 20-1-69, DQ—SP de 21-1-69, p. 3).

PRODUTOS HORTIGRANJEIROS — Abastecimento — Flores e Pescado — Intermediação — São Paulo

O Delegado Regional da Superintendência Nacional do Abastecimento determinou que as operações no comércio atacadista de produtos horti-frutigranjeiros, flores e pescado só poderão ser efetuadas no Entrepósito Terminal de Jaguaré, do Centro Estadual de Abastecimento S/A — CEASE. Os preços máximos deverão ser obrigatoriamente praticados no período de sua vigência, ficando proibidas a marcação de caixarias, a qualquer pretexto, e as vendas de qualquer espécie antes do início da comercialização, bem como as vendas entre usuários localizados no entreposto, isto é, a realização de mais de uma transação interna (MA—SUNAB — SP — Portaria n.º 1, de 10-1-69 — DO—SP de 11-1-69, p. 48).

PRODUTOS PRIMÁRIOS — ICM — Exportação

Os produtos primários exportados pela praça de São Paulo, com exceção do café cru, ficam isentos do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias. Para esse benefício, consideram-se produtos pri-

mários aqueles in natura ou que tenham passado por qualquer espécie de beneficiamento.

A isenção do ICM será igualmente aplicada às saídas de produtos primários com destino a empresas comerciais que operam exclusivamente no comércio de exportação e a armazéns alfandegários e entrepostos aduaneiros (Decreto n.º 51.344, de 31-1-69 — DO—SP de 1-2-69, p. 3).

PROPRIEDADE RURAL — Estrangeiro — Proibição de Compra

O Diário Diário Oficial de São Paulo de 27-2-69 p. 45, publicou o Ato Complementar n.º 45, de 1969, que dispõe sobre a aquisição de propriedade rural no território nacional.

TRIGO NACIONAL — ICM — Banco do Brasil

O Coordenador da Administração Tributária determinou que o ICM incidente sobre as sucessivas saídas de trigo nacional procedente de outra unidade da Federação, efetuadas no Estado pelo Banco do Brasil, será por este recolhido, após a venda do produto a moinho situado em território paulista, até o quinto dia útil de cada quinzena. O documento hábil para movimentação do trigo será o conhecimento de transporte expedido por empresa devidamente credenciada pelo Banco ou conta de embarque por este emitida.

O trigo será armazenado em silos ou armazéns utilizados neste Estado para manutenção dos estoques reguladores (SF—Gb — Instrução n.º 3, de 13-1-69 — DO—SP de 14-1-69, p. 10).

SOJA EM ESCALA COMERCIAL

A necessidade de organizar a produção de sementes de soja em escala comercial, visando à substituição de variedades de baixa produtividade por outras que melhor se adaptaram às regiões produtoras do Sul do País, foi anunciada pelo ministro da Agricultura, Sr. Ivo Arzua, ao criar as Comissões Estaduais de Sementes de Soja, nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

As comissões serão organizadas mediante acordos entre os órgãos do Ministério da Agricultura, as Secretarias de Agricultura dos Estados produtores, e entidades públicas ou privadas de qualquer natureza, que estejam interessadas na produção de sementes de leguminosa, em escala comercial a fim de atender à demanda, nas épocas de plantio.

Esclareceu o ministro Ivo Arzua que caberá ao Governo apenas organizar, orientar e fiscalizar a produção de sementes de soja, dentro de um sistema conveniente-

mente adaptado às condições e peculiaridades de cada Estado, ficando o Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Sul (IPEAS) e o Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias Meridional (IPEAME) com a incumbência de constituírem as Comissões Estaduais nas respectivas áreas de jurisdição, dentro do princípio da descentralização executiva preconizada pela Carta de Brasília.

Frisou o ministro Ivo Arzua que a execução dos trabalhos e a comercialização das sementes serão entregues aos produtores, através de suas associações de classe, ou realizadas diretamente pelos órgãos do Governo, seguindo a filosofia da nova política nacional agropecuária, que só admite a intervenção estatal em caráter supletivo e desde que não concorra com a iniciativa privada.

Concluiu o ministro Ivo Arzua afirmando que as Comissões Estaduais de Semente de Soja constituem

mais uma fase do Plano Nacional de Sementes (PLANASEM), elaborado pelo Ministério da Agricultura e que se encontra em estudo nos órgãos governamentais desde o ano passado, depois de aprovado no II Congresso Nacional da Agropecuária.

EXPOSIÇÃO DE CORDEIRO

Será realizada pela Secretaria de Agricultura do Estado do Rio, no período de 13 a 17 de julho próximo, a II Exposição Estadual de Cordeiro. Na mesma oportunidade será promovida a XXVII Exposição Agropecuária e Industrial do município. A solenidade de abertura deverá contar com a presença do Ministro da Agricultura, Sr. Ivo Arzua, e do Governador Geremias Fontes, além de técnicos federais e estaduais, e criadores de várias regiões. A programação ainda está sendo elaborada pela Secretaria de Agricultura.